



PESQUISA

Ativismo

no Contexto Urbano

Diagnóstico para ação nas cidades



BY



SA

Ativismo no Contexto Urbano: Diagnóstico
para Atuação nas Cidades de Escola
de Ativismo está licenciado com uma
Licença Creative Commons - Atribuição
4.0 Internacional.

Ativismo no Contexto Urbano

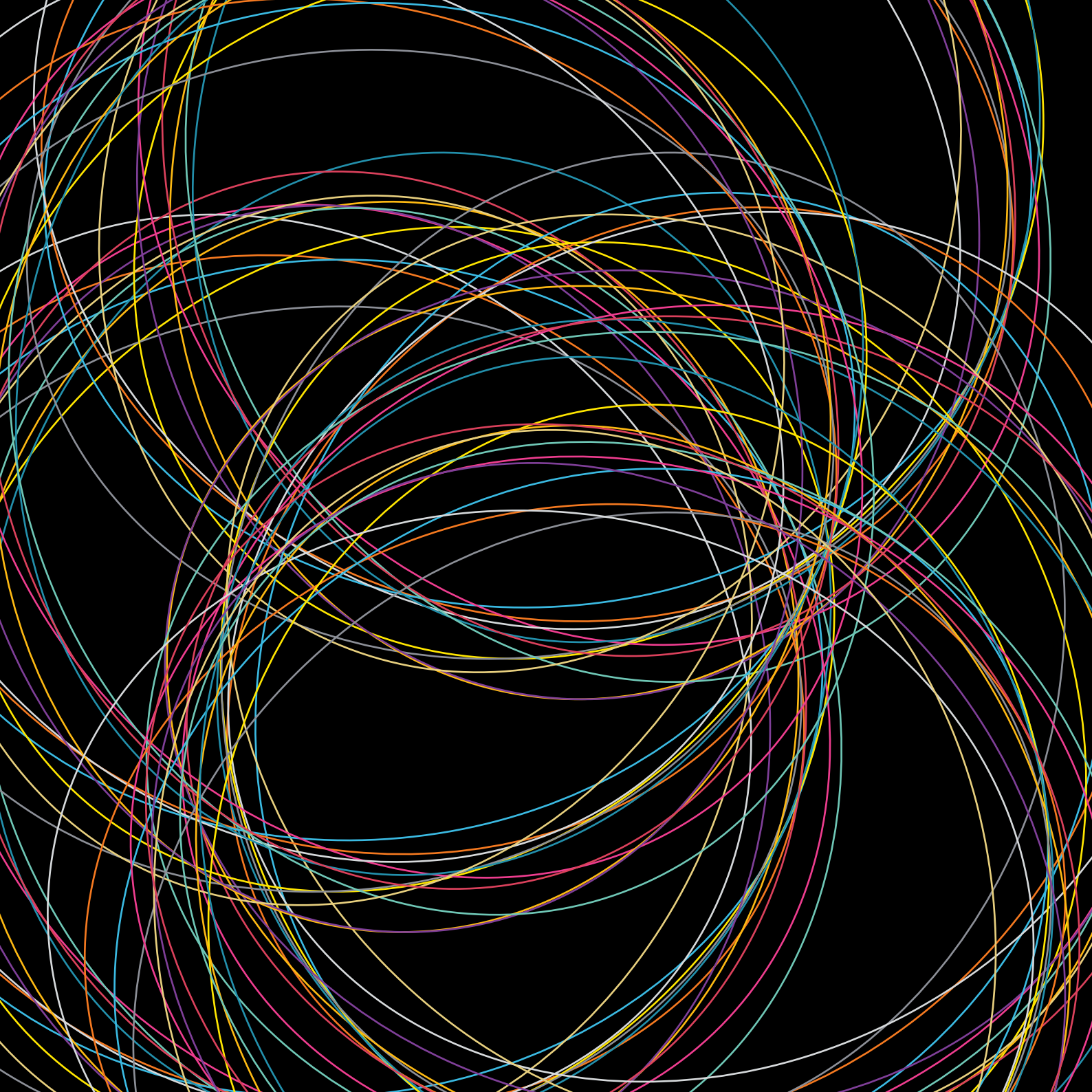
Diagnóstico para ação nas cidades


Este diagnóstico foi financiado pelo
Latin America Regional Climate Initiative
www.larci.org



sumário

- 08** DE QUE ATIVISMO ESTAMOS FALANDO?
- 10** ESCOLA DE ATIVISMO
- 11** PESQUISA ATIVISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NO CONTEXTO URBANO
- 13** ASPECTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
- 19** TRANSFORMAÇÕES NAS CONFIGURAÇÕES DOS GRUPOS
- 59** CAMPO DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS EM MOBILIDADE
E TRANSPORTE, RESÍDUOS SÓLIDOS E
INFRAESTRUTURA NAS CIDADES
- 87** MUDANÇAS NO CAMPO DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS
PÓS-JORNADAS DE JUNHO DE 2013
- 103** PERCEPÇÃO DOS GRUPOS ACERCA DA
AGENDA CLIMÁTICA
- 120** ANEXOS





Só quando permanecemos podemos assentar raízes. Isto é fundamental. É um fato da era da informação que muitos movimentos surgem como lindas flores e morrem rapidamente. E isto ocorre porque eles não têm raízes. Não têm planos de longo prazo para se sustentar. Quando vem a tempestade, eles são alagados. Ser horizontal e democrático é maravilhoso. Mas esses princípios são compatíveis com o trabalho duro de construir instituições que sejam sólidas o suficiente para aguentar as tempestades que virão. Tenho muita fé que isso acontecerá.

Naomi Klein, no seu discurso do Occupy Wall Street, "A coisa mais importante do mundo", 2011.

DE QUE ATIVISMO ESTAMOS FALANDO?

CC SA BY Lunaé Parracho



O termo “ativismo” geralmente é pensado como sinônimo de ações de rua, protestos, manifestações. O imaginário popular, contudo, pode ser impreciso e não representar a complexidade do trabalho do ativista. Mas ele tem sentido: **o ativismo exige que a demonstração política se dê no espaço público.**

Historicamente, isso não mudou. Era assim no século XIX, quando os agentes políticos saíam às ruas para manifestar seu descontentamento. Aconteceu o mesmo no século XX e tem sido assim agora, em 2015. **A luta pela transformação é contínua.**


O ativismo de hoje é fruto da confluência de tradições distintas de mobilização política que assume múltiplas expressões, desde as lutas do movimento operário comunista ou anarquista do final do século XIX até o ciberativismo e o uso sistemático da internet e das tecnologias da comunicação como ambiente e instrumento da mobilização, representado pelas manifestações recentes no Egito, Portugal,

Grécia, Chile, Tunísia, Síria, Ucrânia e Palestina, os “indignados” da Espanha, o fenômeno “Occupy Wall Street”, Occupy Gezi Parki na Turquia e as Jornadas de Junho no Brasil.

Nesse quase um século e meio o ativismo teve forte influência dos movimentos de esquerda; das lutas anticoloniais de países da Ásia e da África no século XX (que contribuíram com marcos fundamentais, como a desobediência civil não-violenta praticada pelos indianos, que teve como sua figura paradigmática Gandhi); dos movimentos de contracultura dos anos 50 e 60; da luta pelos direitos civis nos EUA e na África do Sul; do movimento hippie; dos levantes estudantis de 1968 na Europa, na América do Norte e na América Latina; dos movimentos antiguerra, antinuclear e pacifista; do movimento ecológico e ambientalista, a partir da década de 70 e na década de 80 (com ações

de forte apelo midiático como aquelas promovidas pelo Greenpeace); dos movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra (que surge em 1984 no Brasil e atualiza a dinâmica dos movimentos de massa); do Exército Zapatista de Libertação Nacional no México, a partir de 1994 (que reinventa a forma do “exército” e da organização popular e incorpora o uso inovador da linguagem política, das tecnologias da informação e da comunicação); da globalização definitiva dos movimentos na década de 90 (a Eco-92 proporcionou as primeiras grandes articulações em âmbito global, como a Ação Global dos Povos que reuniu do MST brasileiro ao Reclaim the Streets britânico) que vão culminar nas grandes manifestações do período 1998-2001 em cidades cosmopolitas como Londres, Seattle, Quebec, Praga, Gênova, Cancún, entre outras, contra a globalização neoliberal e a Organização Mundial do Comércio.

Mais recentemente, a ameaça iminente do planeta se tornar inabitável pela alteração das condições de sustentação da vida humana introduziu novos desafios ao ativismo contemporâneo.

Nós, da Escola de Ativismo, somos resultado e parte desse processo. 

ESCOLA DE ATIVISMO

ativismo.org.br
fb.com/ativismo
twitter.com/eativismo
flickr.com/photos/escoladeativismo



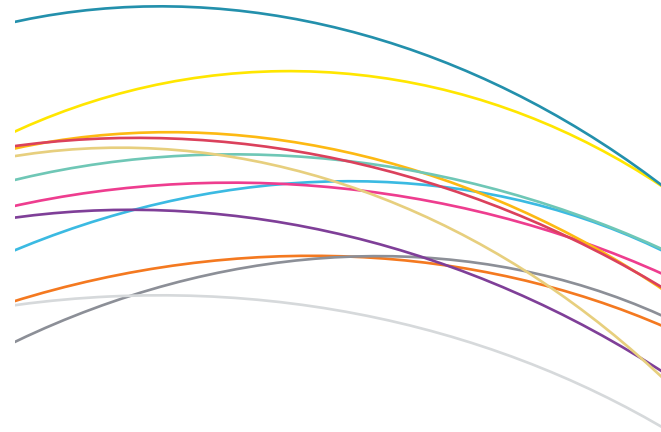
A Escola de Ativismo tem a missão de aumentar a capacidade de incidência política das organizações, movimentos e coletivos e fortalecer os agentes políticos que atuam na promoção e defesa da sustentabilidade, dos direitos humanos e da democracia. O coletivo se dedica à promoção e multiplicação de processos de aprendizagem e produção de conhecimento em ativismo, em áreas como estratégias e técnicas de ações não-violentas, campanhas, comunicação, mobilização, ações diretas e criativas e segurança da informação.

A Escola de Ativismo é uma organização sem fins lucrativos e apartidária constituída formalmente em 2012, mas que se organiza coletivamente numa estrutura horizontal e democrática com múltiplas lideranças em diferentes cidades do Brasil. Suas iniciativas são pensadas e criadas de maneira complementar, transversal e estratégica mas gozam de autonomia na sua execução.

O coletivo mais envolvido na Escola atualmente é formado por um grupo multidisciplinar de ativistas especialistas em campanhas, comunicação, pedagogia, defensores de direitos humanos e cientistas sociais com diferentes especialidades e trajetórias profissionais.

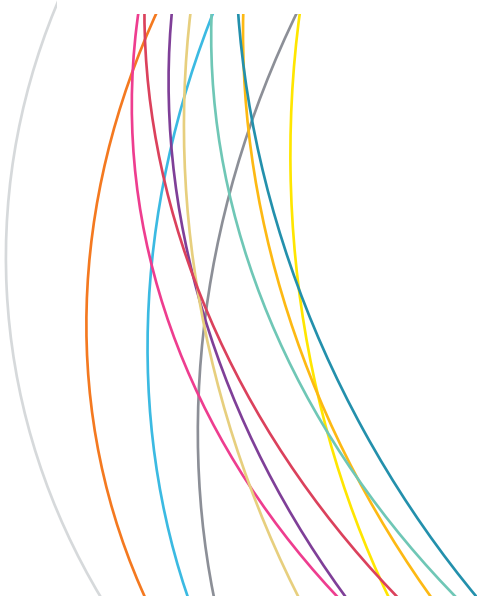
A Escola trabalha de maneira autônoma e independente das organizações apoiadoras, de partidos políticos, sindicatos, igrejas, empresas ou governos. 🇧🇷

PESQUISA ATIVISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTEXTO URBANO



Uma peculiaridade da crise planetária contemporânea é que ela não permite uma transição lenta e gradual. É preciso agir de forma rápida e substantiva para precipitar uma mudança de padrão: da insustentabilidade do atual modelo econômico e do nosso modo de vida à emergência de uma sociedade sustentável.


A construção dessa sociedade requer ação política criativa, consistente e transformadora. Se, de um lado, é essencial a construção de processos e modelos alternativos de organização social, de tomada de decisão, de produção e troca econômica, por outro persiste a necessidade da atuação política, da pressão, do debate incisivo e assertivo, da denúncia, da mobilização social e da ação direta contra um modelo social-político-econômico predatório, excludente e injusto.




É dentro desse contexto moldado simultaneamente pela recente efervescência das manifestações de junho de 2013, pela urgência da agenda climática no Brasil e pela necessidade de uma incidência política mais transformadora, que a Escola de Ativismo e uma equipe de colaboradores realizou a pesquisa exploratória **Ativismo e Mudanças Climáticas no Contexto Urbano** no período de setembro de 2013 à julho de 2014.

Esse relatório apresenta os resultados da pesquisa em cinco capítulos que podem ser lidos de maneira integrada ou independente:

1. Aspectos e procedimentos metodológicos;
2. Transformações nas configurações dos grupos;
3. Campo de atuação dos grupos em Mobilidade e Transporte, Resíduos Sólidos e Infraestrutura nas cidades;
4. Mudanças no campo de atuação dos grupos pós-Jornadas de Junho de 2013;
5. Percepção dos grupos acerca da agenda climática.

Os resultados dessa pesquisa servirão para subsidiar a constituição de processos de aprendizagem com foco no fortalecimento estratégico de organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil para dar respostas mais efetivas e apropriadas à escala dos problemas que estamos enfrentando, principalmente em temas ligados às mudanças climáticas nas 12 cidades pesquisadas. 

O objetivo principal da pesquisa foi de coletar informações institucionais, temáticas e políticas para compreender a dinâmica de atuação de diferentes grupos nos temas de mobilidade e transporte, resíduos sólidos e infraestrutura em 12 cidades do País e identificar potenciais correlações com a agenda de mudanças climáticas no contexto do ativismo contemporâneo no Brasil.

 Os dados utilizados para elaboração deste relatório estão disponíveis publicamente para acesso no seguinte endereço:
<ativismo.org.br/pesquisa-contexto-urbano>



**Aspectos e
procedimentos
metodológicos**

ETAPAS DA PESQUISA

DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

A pesquisa “Ativismo e Mudanças Climáticas no Contexto Urbano” foi definida inicialmente como uma investigação em caráter exploratório pelo desconhecimento da amostra, ausência de informações públicas e sistematizadas, e insuficiência de dados iniciais. A definição da amostra foi baseada em dois critérios: **temas-chave e localização**.

Os temas-chave escolhidos foram **mobilidade e transporte, resíduos sólidos e infraestrutura**, respectivamente as áreas responsáveis pela alteração no padrão de emissões de gases de efeito estufa no contexto urbano no Brasil. Em relação a localização, a escolha de 12 cidades **[Belém, Belo**

Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo] foi baseada em critérios complementares aos temas-chave que foram os dados oficiais referentes ao tamanho populacional (IBGE 2013), tamanho da frota de veículos automotores (Denatran 2013), e volume da produção anual de resíduos sólidos (IBGE 2000). Outro critério adicional foram as obras de infraestrutura de dez cidades sede da Copa do Mundo de 2014. Além desses critérios, foram incluídos grupos com abrangência nacional como um agrupamento específico, totalizando 13 divisões por localização.

DADOS RELACIONADOS A MOBILIDADE, RESÍDUOS SÓLIDOS E EMISSÕES NO BRASIL E POR CIDADE

	População estimada 2013 ¹	Emissões	Resíduos ² (t/dia)	Frota de veículos ³	Veículos / habitante	Ciclovias e ciclofaixas (km)	Ciclovias e ciclofaixas previstas (km)
Brasil	201.032.714	1.246.477 Gg CO ₂ eq ⁴	228.413	84.063.191	-	-	-
Belém	1.425.922	não há	2.012	384.754	0,26	65 ⁵	100 até 2016 ⁶
Manaus	1.982.177	não há	2.400	599.563	0,30	14,6 (em construção) ⁷	65,4, até 2016 ⁷
São Luís	1.053.922	não há	740	337.442	0,32	informação não disponível	informação não disponível
Fortaleza	2.551.806	3,82 milhões de ton de CO ₂ e ⁸	2.375	933.052	0,36	76,4 ⁹	227,6 ⁹
Recife	1.599.513	3,12 milhões de ton de CO ₂ e ¹⁰	1.376	622.937	0,38	28,5 ¹¹	249,2 ¹²
Salvador	2.883.682	não há	2.490	802.784	0,27	informação não disponível	217 ¹³
Brasília	2.789.761	não há	2.567	1.550.368	0,55	398 ¹⁴	200 até 2014 ¹⁵
Belo Horizonte	2.479.165	3,75 milhões de ton de CO ₂ e ¹⁹	4.921	1.620.801	0,65	52,8 ¹⁶	307,2 até 2020 ¹⁷
Rio de Janeiro	6.429.923	22, 3 milhões de ton de CO ₂ e ²²	8.343	2.513.132	0,39	355 ¹⁸	145 ¹⁸
São Paulo	11.821.873	16.430 Gg CO ₂ eq ²⁴	20.150	7.156.906	0,60	71,68 ¹⁹	400 até 2016 ²⁰
Curitiba	1.848.946	não há	1.549	1.458.254	0,78	127 ²¹	300 ²¹
Porto Alegre	1.467.816	não há	1.610	817.386	0,55	17,26 ²²	395,2 ²³

Ver Referências
ao final do documento

EQUIPE DE TRABALHO

A pesquisa foi realizada por uma equipe de colaboradores responsáveis pelo mapeamento prévio e pelo contato com os grupos nas 12 cidades para participação na pesquisa por meio de preenchimento do questionário online. Em cada cidade foi selecionada uma pessoa como ponto focal para sanar dúvidas e garantir uma maior proximidade com os grupos.

MAPEAMENTO PRÉVIO DOS GRUPOS /

OUTUBRO - NOVEMBRO DE 2013

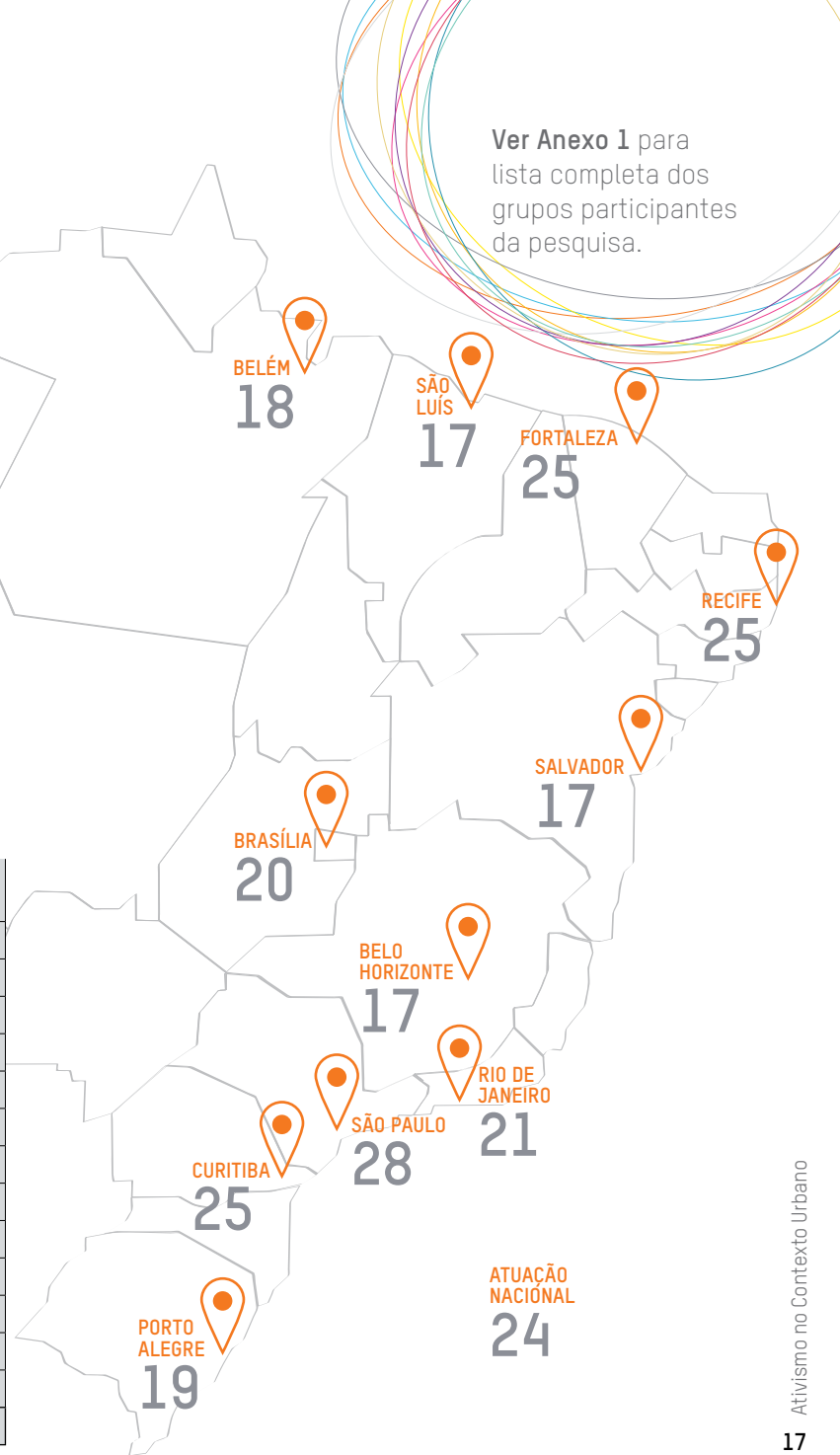
O mapeamento prévio foi baseado na delimitação temática (mobilidade/transporte, infraestrutura e resíduos sólidos) e geográfica (12 cidades), e foi realizado a partir de indicações, contatos pessoais por telefone, e-mail e mídias sociais, busca na internet e pesquisa com ex-participantes de processos de aprendizagem da Escola de Ativismo, além de um levantamento em diferentes espaços de participação como conselhos, redes, fóruns, comitês, associações e grupos de trabalho. Foram mapeados grupos com base no seu grau de importância e reconhecimento na cidade, seu potencial ativista e sua natureza institucional. As organizações ativistas foram delineadas de maneira ampla pela sua prática política voltada para a transformação profunda das relações desiguais de poder e suas implicações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais.

Partidos políticos, sindicatos, associações de classe, empresas, organizações cujo objetivo seja voltado para a comercialização de bens e produtos, ou exclusivamente para a formação profissional, grupos adeptos da violência como filosofia e prática política e associações de moradores ficaram de fora da pesquisa. O mapeamento também foi orientado pelas atividades desempenhadas pelos grupos, especialmente aquelas nas áreas de: ativismo, conscientização, educação, desenvolvimento, pesquisa, monitoramento, análise de indicadores, denúncia, investigação, mobilização, ação direta, advocacy, lobby, fomento, articulação, implementação de políticas públicas, e/ou outras iniciativas. No total foram **mapeados 792 grupos**, mas após o recorte final a lista para **aplicação do questionário ficou em 511 grupos**.

Ver Anexo 1 para lista completa dos grupos participantes da pesquisa.

QUANTOS GRUPOS PARTICIPARAM?

	Mapeados	Selecionados para amostra	Participaram da pesquisa
Belém	45	37	18
Belo Horizonte	41	34	17
Brasília	42	34	20
Curitiba	83	46	25
Fortaleza	69	41	25
Manaus	64	43	21
Porto Alegre	55	40	19
Recife	56	42	25
Rio de Janeiro	47	48	21
Salvador	74	38	17
São Luis	44	29	17
São Paulo	108	45	28
Nacional	64	34	24
TOTAL	792	511	277



APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO ONLINE /

NOVEMBRO DE 2013 - MARÇO DE 2014

A aplicação da pesquisa foi conduzida por meio de um questionário online no site Survey Monkey (surveymonkey.com) composto por 78 questões (55 fechadas e 23 abertas) relacionadas ao perfil dos grupos, suas áreas e formas de atuação, às informações referentes ao planejamento interno dos grupos, sua capacidade ou interesse na aquisição de parcerias, articulações e mobilização assim como suas formas de capacitação e financiamento. A elaboração do questionário foi baseada na definição de categorias preliminares que foram atualizadas após uma fase de aplicação teste com três grupos em cada cidade. Os questionários foram respondidos seguindo os parâmetros de autopreenchimento, exceto em ocasiões especiais em que foram realizadas entrevistas presenciais sobretudo quando os grupos não tinham acesso a internet ou precisaram de informações adicionais de esclarecimento dos objetivos da pesquisa. Como orientação para o preenchimento do questionário foi sugerido um perfil de contato que pudesse ter condições de responder perguntas relativas ao perfil da organização, planejamento interno, articulação, mobilização, financiamento

e capacitação. Responderam o questionário 277 grupos. 95 grupos mapeados acabaram não sendo localizados, portanto apenas 139 optaram por não responder a pesquisa.

O cenário pós-Jornadas de Junho de 2013 no País, marcado pelo recrudescimento da ação policial nas ruas, violação de direitos constitucionais de liberdade de expressão e manifestação, criminalização de manifestantes e aumento de ações de espionagem, monitoramento e vigilância dos movimentos sociais – respaldadas pela Lei de Segurança Nacional (Lei no. 7.170/1983), e Lei de Organização Criminosa (Lei no. 12.850/2013) – inviabilizou a participação de determinados grupos na pesquisa.

Ver Anexo 2
para modelo do
questionário
aplicado.



**Transformações
nas configurações
dos grupos**

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de práticas transformadoras.

Manuel Castells, "Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet", 2013.

A pluralidade cada vez mais expressiva de atores políticos no contexto urbano tem chamado a atenção em relação às formas tradicionais de organização que historicamente demarcaram o campo de atuação da sociedade civil no Brasil, sobretudo as associações, organizações não-governamentais e movimentos sociais tradicionais.

A natureza da ação coletiva manifestada em protestos recentes no País e em diferentes lugares do mundo tem reinserido no cenário contemporâneo um tipo de padrão de organização menos institucionalizada, sem lideranças definidas, estruturas menos hierarquizadas e mobilizações autoconvocadas.

As novas tecnologias de comunicação ajudam a catalisar esses arranjos coletivos autônomos e independentes das instituições convencionais, por possuir custos operacionais reduzidos e possibilitar uma dinâmica de relações por afinidade. As ferramentas de troca de mensagens instantâneas, os celulares, os blogs, as mídias sociais, os wikis, ao ampliar consideravelmente a comunicação direta e multidiversa entre as pessoas, promovem uma alteração no padrão de constituição e organização dos grupos sociais, seja pela facilidade cada vez maior de compartilhamento de informações, de cooperação ou de ação coletiva. Os dados da pesquisa apresentam indicativos interessantes sobre esse fenômeno recente de proliferação de grupos a partir de uma configuração mais horizontal e local.

A seguir, essas informações estão apresentadas de forma mais detalhada a partir de quatro aspectos de caracterização das configurações dos grupos: natureza institucional, planejamento estratégico, fortalecimento institucional, e recursos financeiros.

Há uma tendência a partir de 2007 de surgimento de grupos de natureza não institucionalizada na forma de Movimentos, Coletivos e Grupos com atuação mais local e municipal se diferenciando de grupos institucionalizados como ONGs e OSCIPs com atuação de abrangência nacional. Esses grupos mais recentes são compostos em sua maioria por ativistas ou militantes, diferente dos grupos mais institucionalizados que possuem funcionários contratados e voluntários.

A partir de 2011, acentua-se um padrão de atuação dos grupos que não fazem planejamento estratégico, indicando possivelmente uma nova forma de atuação, ou sugerindo de que é uma prática de grupos mais consolidados ao longo do tempo.

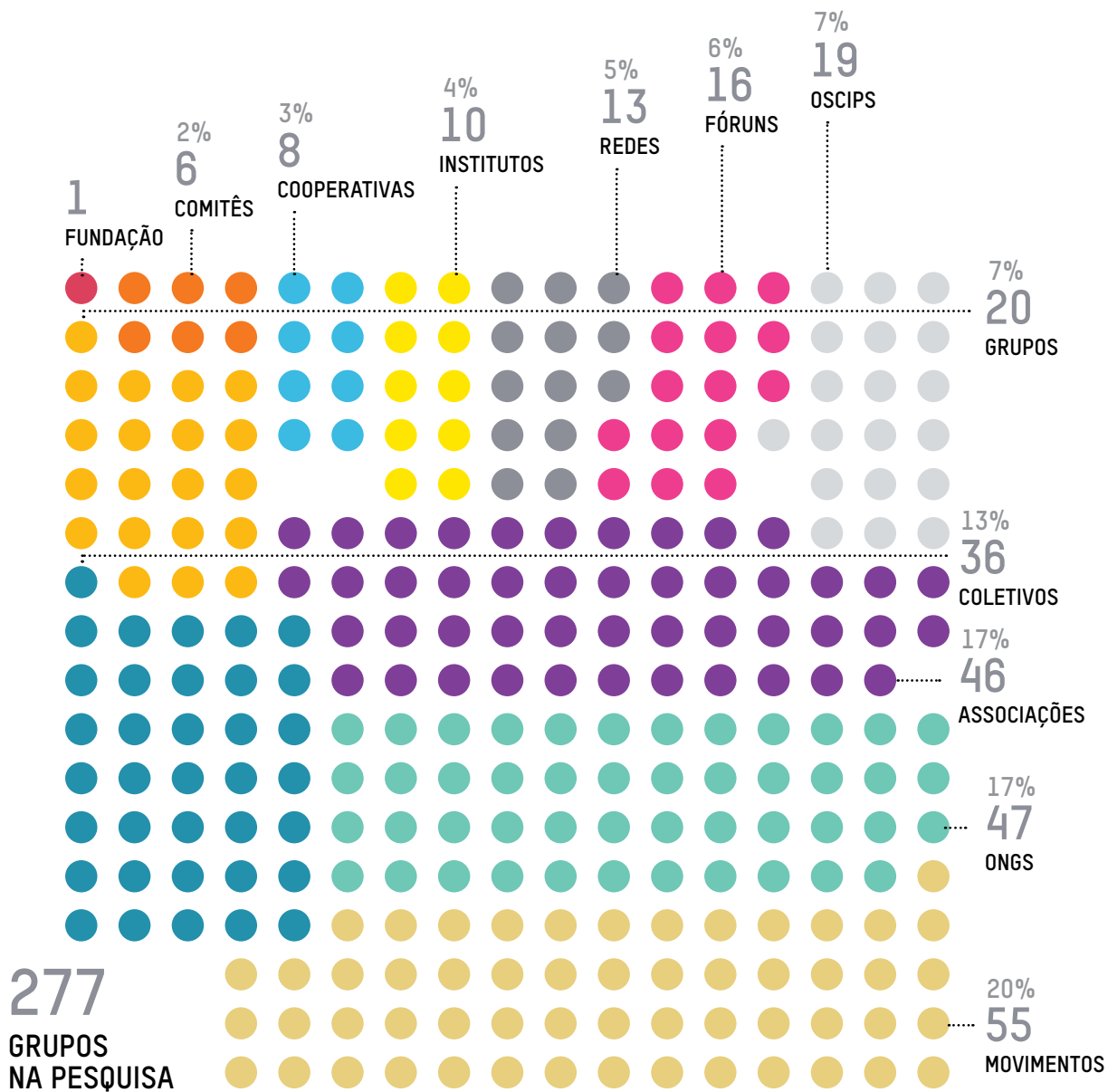
Os grupos que atuam nacionalmente surgem em ordem crescente até 1997, quando passa a haver um decréscimo contínuo. Nesse mesmo período desde 1997, aumentam progressivamente o surgimento de grupos com atuação local em diferentes cidades.

NATUREZA INSTITUCIONAL DOS GRUPOS PESQUISADOS

AMOSTRA DOS GRUPOS PESQUISADOS

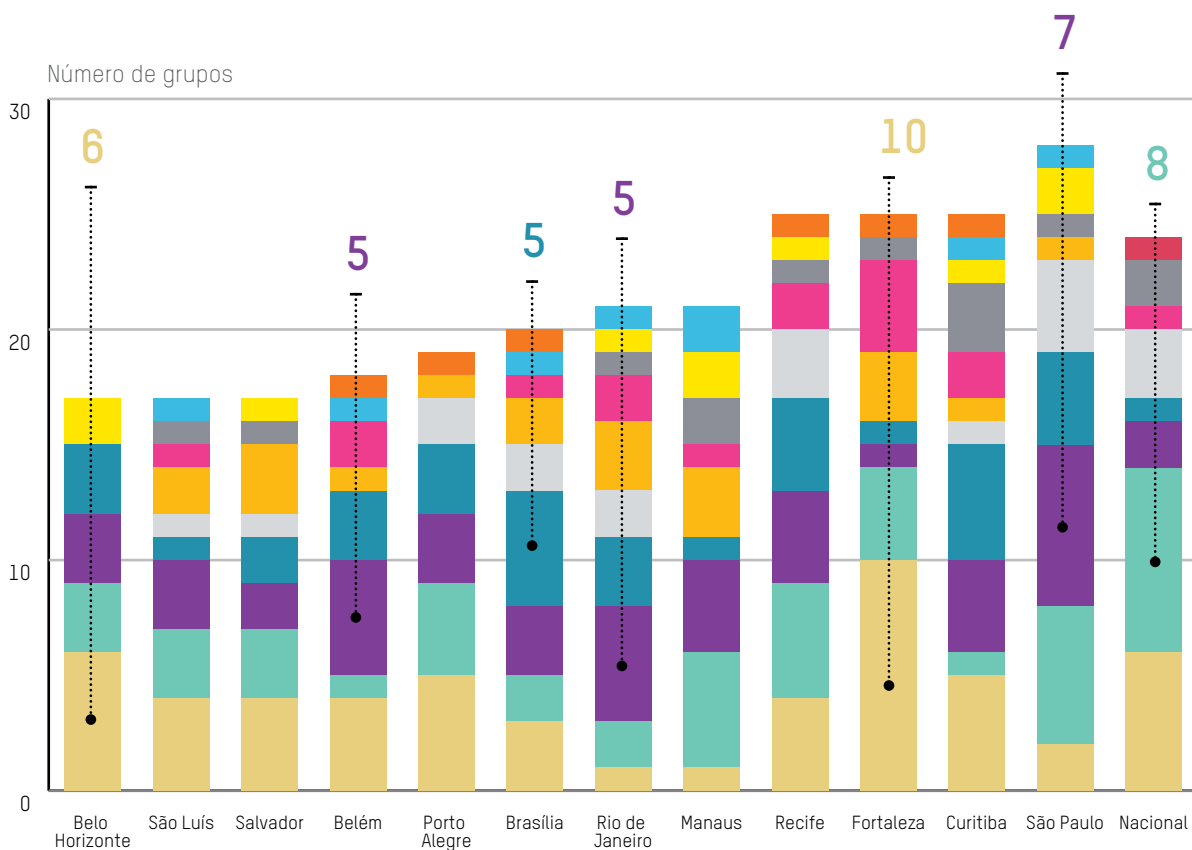
A pesquisa contou com a participação de 277 grupos, dos quais 20% são de Movimentos (55), 17% de ONGs (47), 17% de Associações (46), 13% de Coletivos (36), 7% como Grupos (20) e OSCIPS (19), 6% como Fóruns (16), 5% como Redes (13), 4% como Institutos (10), 3% como Cooperativas (8), 2% como Comitês (6), uma Fundação. (Valores percentuais arredondados)

NATUREZA DOS GRUPOS PESQUISADOS



A NATUREZA DOS GRUPOS POR CIDADE

Percebe-se uma preponderância de alguns grupos em determinadas cidades: Movimentos em Belo Horizonte e Fortaleza, Associações em São Paulo, Rio de Janeiro e Belém, Coletivos em Brasília e ONGs no agrupamento Nacional.



LEGENDA

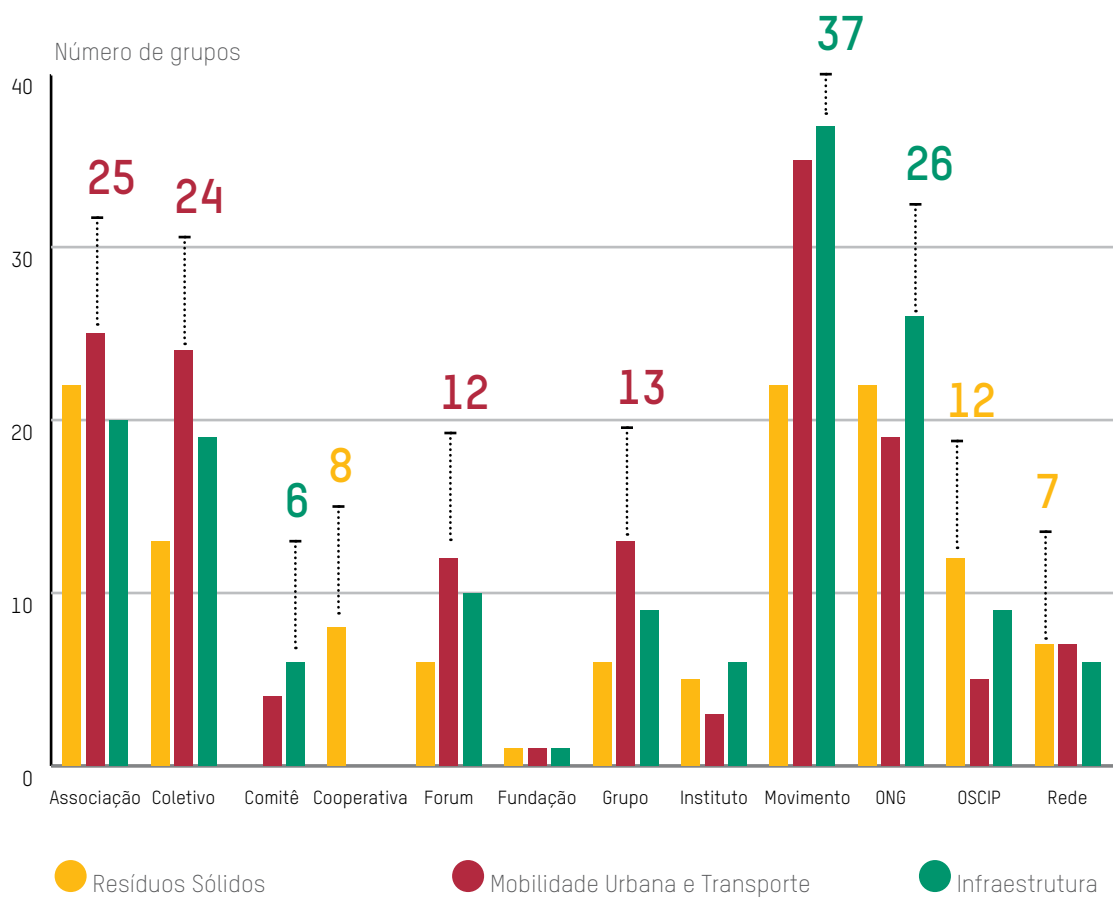


NATUREZA DOS GRUPOS POR CIDADE

	Belo Horizonte	São Luís	Salvador	Belém	Porto Alegre	Brasília	Rio de Janeiro	Manaus	Nacional	Recife	Fortaleza	Curitiba	São Paulo
Movimento	6	4	4	4	5	3	1	1	6	4	10	5	2
ONG	3	3	3	1	4	2	2	5	8	5	4	1	6
Associação	3	3	2	5	3	3	5	4	2	4	1	4	7
Coletivo	3	1	2	3	3	5	3	1	1	4	1	5	4
OSCIP		1	1		2	2	2		3	3		1	4
Grupo		2	3	1	1	2	3	3			3	1	1
Fórum		1		2		1	2	1	1	2	4	2	
Rede		1	1				1	2	2	1	1	3	1
Instituto	2		1				1	2		1		1	2
Cooperativa		1		1		1	1	2				1	1
Comitê				1	1	1				1	1	1	
Fundação									1				
Total geral	17	17	17	18	19	20	21	21	24	25	25	25	28

A NATUREZA DOS GRUPOS POR TEMAS

De acordo com as áreas temáticas, também há uma caracterização dos grupos. Proporcionalmente, de acordo com o universo total de respostas de cada cidade, Comitês, Movimentos e ONGs são os que mais atuam na área de Infraestrutura e os que menos atuam são as Cooperativas e as Redes. Na área de Mobilidade e Transporte, a atuação mais presente é de Associações, Fóruns, Coletivos e Grupos. As Cooperativas, Redes e OSCIPs são as que mais atuam na área de Resíduos.



NATUREZA DOS GRUPOS POR TEMA DE ATUAÇÃO

	Resíduos	Mobilidade e Transporte	Infraestrutura
Associação	22	25	20
Coletivo	13	24	19
Comitê	0	4	6
Cooperativa	8	0	0
Fórum	6	12	10
Fundação	1	1	1
Grupo	6	13	9
Instituto	5	3	6
Movimento	22	35	37
ONG	22	19	26
OSCIPI	12	5	9
Rede	7	7	6
Total geral	124	148	149

SURGIMENTO DOS GRUPOS AO LONGO DO TEMPO

A partir do ano de 2000, podemos notar **dois momentos de aumento significativo no surgimento de novos grupos**:

No primeiro momento, **em 2003**, foram criados **17 novos grupos** – 2 Cooperativas, 2 Institutos, 2 OSCIPS, 1 Coletivo, 5 Associações, 3 ONGs, e 2 Movimentos –, seguido de um decréscimo em 2004, ano em que foram criados apenas 3 grupos.

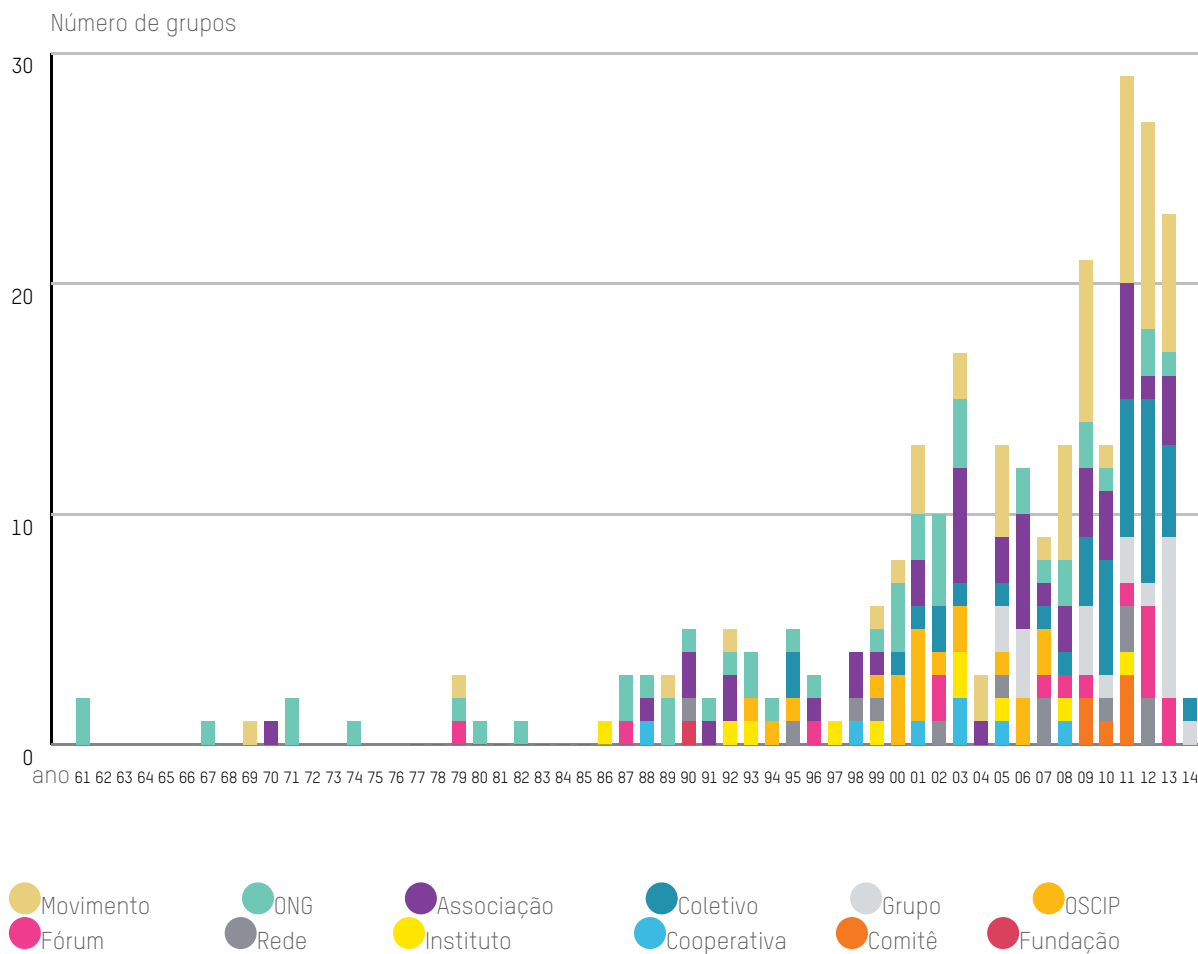
No segundo momento, a partir de 2008, tivemos a criação de **29 grupos em 2011** – 3 Comitês, 1 Instituto, 2 Redes, 1 Fórum, 2 Grupos, 6 Coletivos, 5 Associações e 9 Movimentos – **27 grupos em 2012** – 2 Redes, 4 Fóruns, 1 Grupo, 8 Coletivos, 1 Associação, 2 ONGs, 9 Movimentos – e **23 grupos em 2013** – 2 Fóruns, 7 Grupos, 4 Coletivos, 3 Associações, 1 ONG e 6 Movimentos. Nesse período há um aumento significativo no surgimento de Movimentos e sobretudo de Coletivos: 67% do total de Movimentos que participaram da pesquisa e 75% do total de Coletivos. É importante ressaltar que a identificação do surgimento de um maior número de grupos menos institucionalizados não seja necessariamente um fenômeno recente, mas retrate a efemeridade constitutiva desses grupos ao longo do tempo. Dos 128 grupos criados neste período, 21% são Coletivos e 28% são Movimentos. 100% dos Grupos surgiram a partir de 2005, 80% delas foram criadas entre 2008 e 2014.

A criação de ONGs tem uma certa constância ao longo do tempo, embora com mais expressividade na década de 90 e início dos anos 2000, período que ficou conhecido pela “onguização” da sociedade civil no País. As ONGs que surgiram neste período representam 25% de todas as ONGs que participaram da pesquisa e 26% dos grupos que surgiram entre 1990 e 2000. O mesmo vale para as OSCIPs já que 84% delas (16) surgiu entre 1998 e 2007.

	1961 - 1997	1998 - 2007	2008 - 2014
Associação	8	19	18
Coletivo	2	7	27
Comitê	0	0	6
Cooperativa	1	5	1
Fórum	3	3	9
Fundação	1	0	0
Grupo	0	5	15
Instituto	4	4	2
Movimento	4	14	37
ONG	22	16	8
OSCIP	3	16	0
Rede	2	6	5
Total geral	49	96	128

SURGIMENTO DOS GRUPOS POR NATUREZA

Em um período de apenas 7 anos (2008-2014) surgiram 128 grupos - 37 Movimentos, 27 Coletivos, 18 Associações, 15 Grupos, 9 Fóruns, 8 ONGs, 6 Comitês, 5 Redes, 2 Institutos e 1 Cooperativa -, correspondente a 46% da amostra, o que pode significar o aumento significativo de uma nova configuração de organização de grupo (Movimento, Coletivo) e/ou da atualidade dos temas-chave pesquisados.



No período entre 1998 e 2007, São Paulo foi a cidade com maior quantidade de grupos criados nesse período, 16 novos grupos (57%). Porto Alegre e Salvador tiveram 9 grupos criados, 47% e 53% do total de grupos de cada cidade.

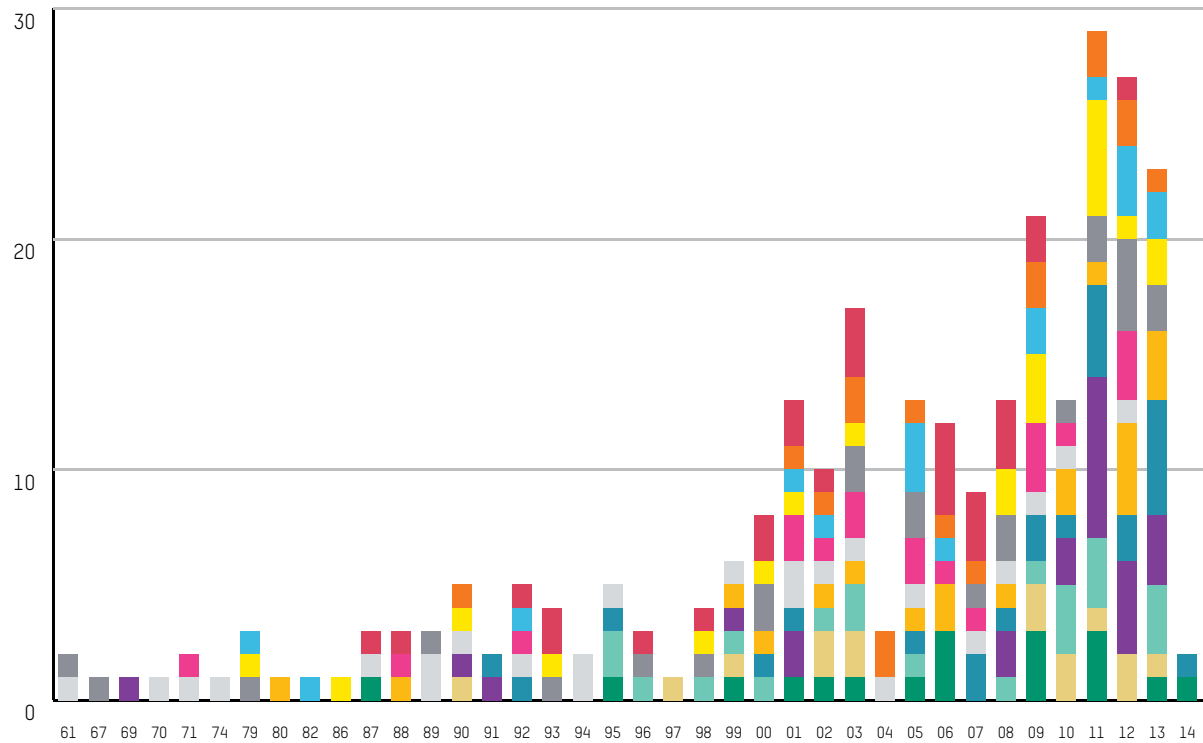
Fortaleza foi a cidade com a maior quantidade de grupos criados entre 2008 e 2014, 18 ao todo - entre eles, 7 são Movimentos - o que representa 72% dos grupos que responderam a pesquisa na cidade, e 14% do total de grupos criados nesse período. Em Curitiba, neste mesmo período, foram criados 16 novos grupos - entre eles, 5 Coletivos e 4 Movimentos - , 64% do total de grupos que responderam a pesquisa na cidade e 12% do total de grupos criados nesse período.

No período pós-1997, acontece um crescimento contínuo no surgimento de novos grupos nas cidades de Belo Horizonte, São Luís, Brasília, Manaus, Curitiba, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro, com o aumento contínuo no surgimento de novos grupos.

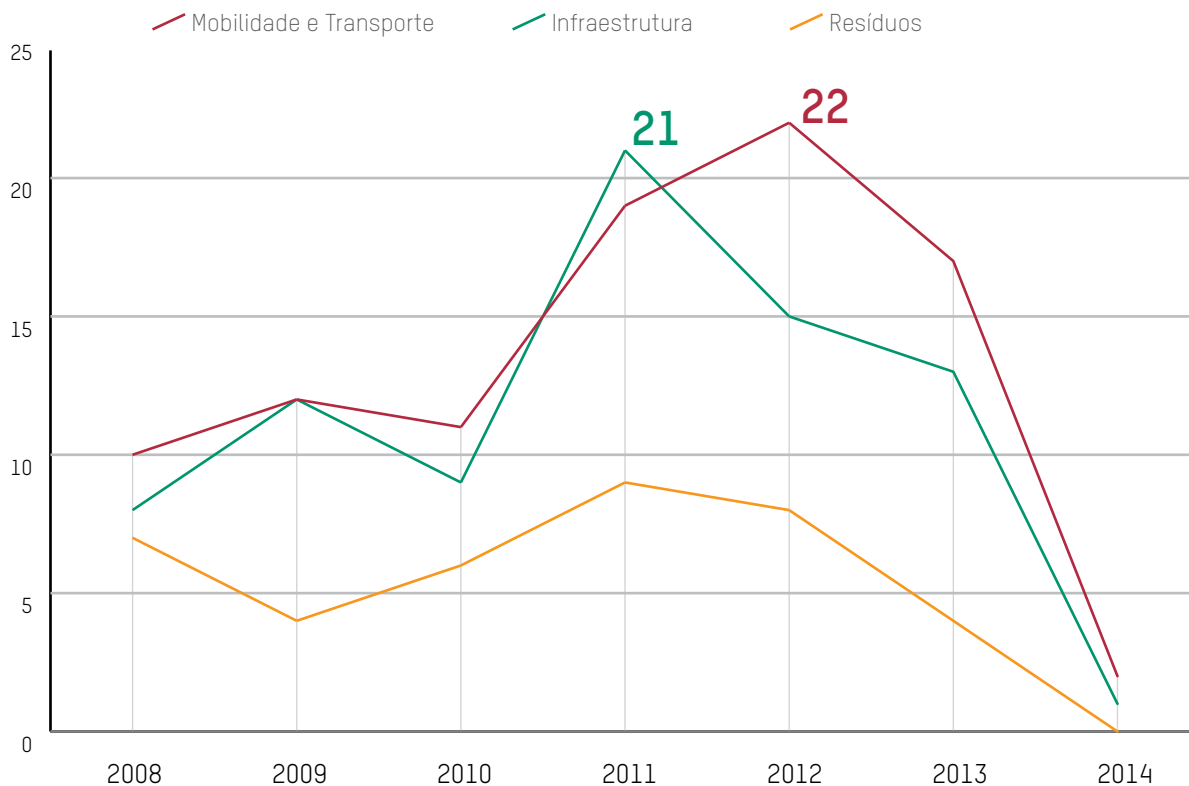
Uma outra variação que chama a atenção é que até 1997 foram criados 50% [12] dos grupos de atuação nacional. Desde então, há um declínio progressivo no surgimento desses grupos.

	1961 - 1997	1998 - 2007 primeiro pico	2008 - 2014 segundo pico
Belém	2	8	8
Belo Horizonte	2	5	8
Brasília	3	6	11
Curitiba	3	4	18
Fortaleza	3	5	16
Manaus	2	7	11
Nacional	12	8	4
Porto Alegre	3	9	7
Recife	6	8	11
Rio de Janeiro	4	4	13
Salvador	3	6	8
São Luís	1	9	7
São Paulo	6	16	6

SURGIMENTO DOS GRUPOS POR CIDADE



SURGIMENTO DOS GRUPOS POR TEMA ENTRE 2008 E 2014



Do total de 128 grupos, 93 atuam com mobilidade, 79 com infraestrutura e 38 com resíduos. Em todos os anos, com exceção de 2009 e 2011, a maior quantidade de grupos criados atua com mobilidade.

A aparente redução do surgimento dos grupos em 2014 é decorrente do período em que a pesquisa foi realizada - entre outubro de 2013 e março de 2014. A linha do gráfico não significa que houve uma redução do surgimento de grupos em 2014.

PERFIL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO



Um dado que chama bastante atenção é que 51% dos grupos pesquisados (141) não possuem CNPJ. A maior parte desses grupos não-institucionalizados se autodeclararam como Movimentos (50), Coletivos (33) e Grupos (19) totalizando 102, correspondente a 72%. Somados os Fóruns, que em sua maioria não possuem CNPJ (13), e os Comitês, que nenhum possui (6), esse percentual chega a 86% (121).

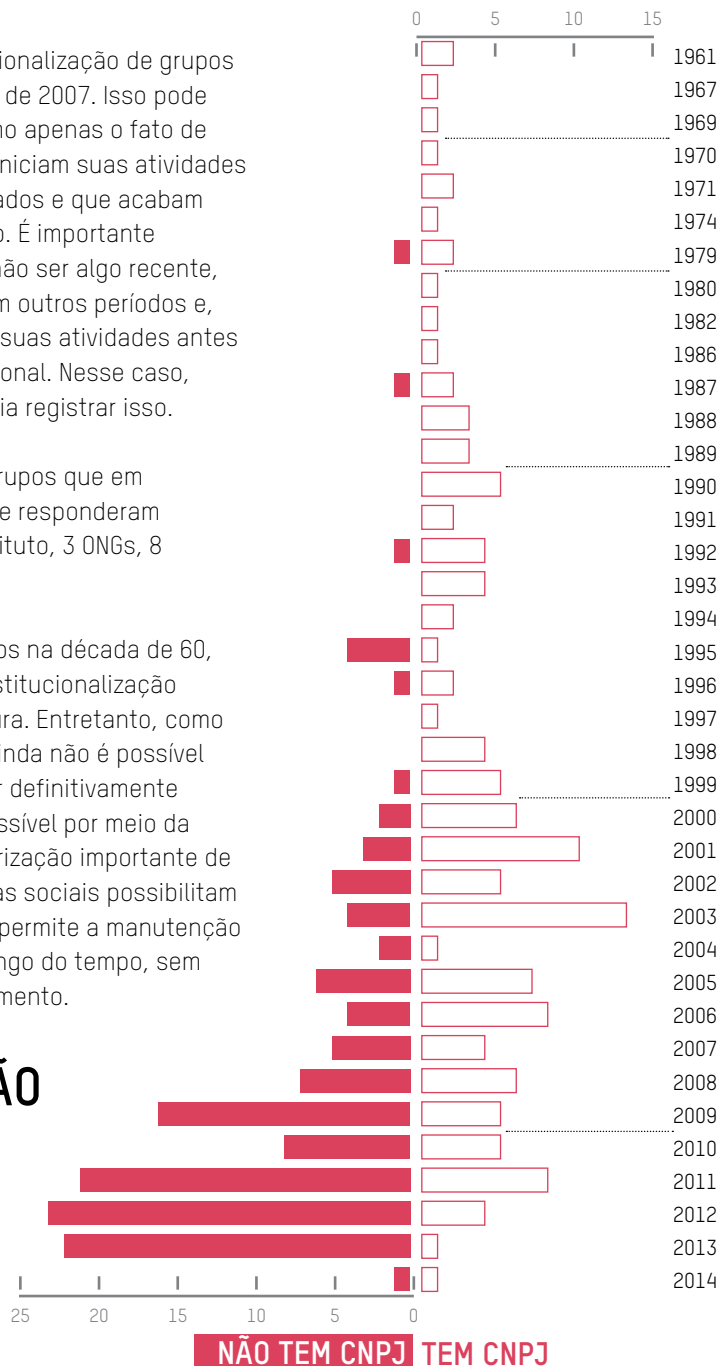


Essa forte caracterização de não-institucionalização de grupos aparece de maneira mais enfática a partir de 2007. Isso pode indicar tanto uma nova configuração, como apenas o fato de serem grupos criados recentemente que iniciam suas atividades sem estarem devidamente institucionalizados e que acabam saindo dessa condição ao longo do tempo. É importante ressaltar que esse retrato também pode não ser algo recente, já que grupos assim podem ter existido em outros períodos e, por terem vida curta, acabam encerrando suas atividades antes mesmo de qualquer formalização institucional. Nesse caso, apenas uma pesquisa histórica conseguiria registrar isso.

Há um fato curioso em relação a alguns grupos que em tese deveriam estar formalizados, mas que responderam não possuírem CNPJ: 1 Cooperativa, 1 Instituto, 3 ONGs, 8 Associações.

A identificação de grupos com CNPJ criados na década de 60, 70 e 80 aponta para a possibilidade da institucionalização colaborar com uma atuação mais duradoura. Entretanto, como os grupos sem CNPJ são mais recentes, ainda não é possível fazer esse tipo de avaliação, nem concluir definitivamente que uma atuação mais duradoura só é possível por meio da institucionalização via CNPJ. Uma caracterização importante de grupos mais recentes é que uso das mídias sociais possibilitam um outro tipo de institucionalização, que permite a manutenção dos vínculos e a identidade coletiva ao longo do tempo, sem custos e mesmo sem atividades em andamento.

FORMALIZAÇÃO DOS GRUPOS POR ANO DE SURGIMENTO



FORMALIZAÇÃO DOS GRUPOS POR CIDADE

As cidades onde a maioria dos grupos possui CNPJ foram Manaus, Nacional, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, com maior destaque para as duas últimas, respectivamente 67% (14) e 75% (21). Fortaleza e São Luís são as cidades em que mais grupos não tem CNPJ, respectivamente 88% (22) e 67% (11). Apenas 3 ONGs possuem CNPJ em Fortaleza. Em São Luís, 4 Movimentos, 2 Grupos, 1 ONG, 1 Rede, 1 Fórum, 1 Coletivo e 1 Associação não têm CNPJ.



Não possui CNPJ	10	9	12	14	22	10	11	11	8	11	7	7	9
Possui CNPJ	8	8	8	11	3	11	8	14	9	6	21	14	15

COMPOSIÇÃO INTERNA DOS GRUPOS

O tipo de vínculo estabelecido pelo indivíduo com o grupo é uma informação indicativa que possibilita compreendermos de maneira geral se o elemento de agregação é baseado em valores intrínsecos ou instrumentais. Esse pode ser um dado de referência importante para avaliar em que medida o tipo de vínculo influencia no processo de fortalecimento dos laços internos e dos grupos com suas causas.

51% (24) das ONGs e 57% (11) das OSCIPs atuam com o trabalho de funcionários contratados (CLT).

Um número reduzido de grupos sem CNPJ respondeu dizendo que possuem funcionários CLT: 3% (1) dos Coletivos, 6% (1) dos Fóruns, 4% (2) dos Movimentos.

90% (9) dos Institutos contam com a participação de voluntários, assim como uma média de 50 a 60% dos demais tipos de grupos também atuam com voluntários.

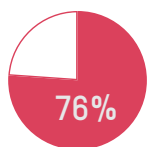
87% (40) das Associações e 100% (8) das Cooperativas possuem associados e cooperados.

POSSUEM ATIVISTAS OU MILITANTES



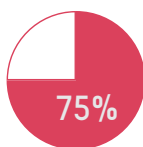
100%

Comitês



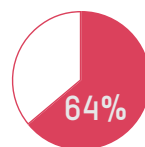
76%

Movimentos



75%

Fóruns



64%

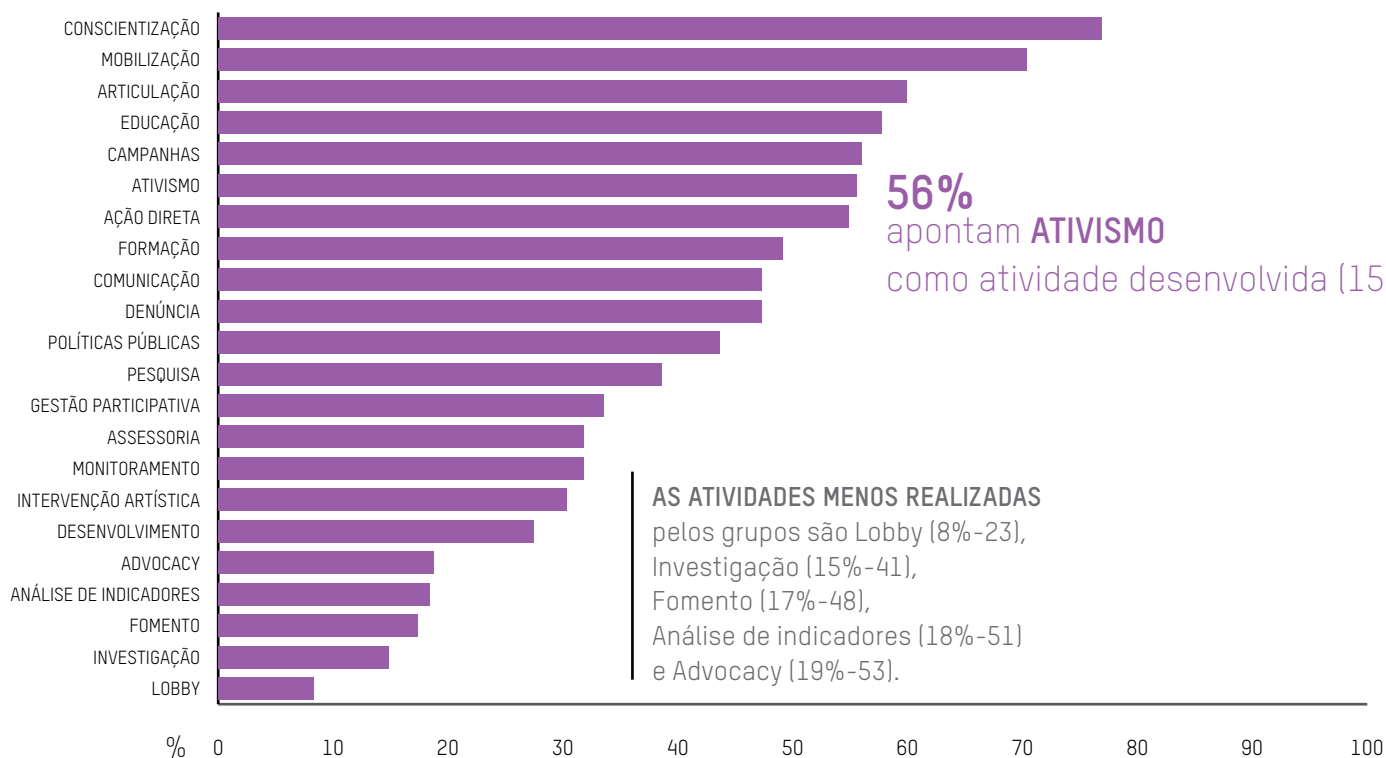
Coletivos

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

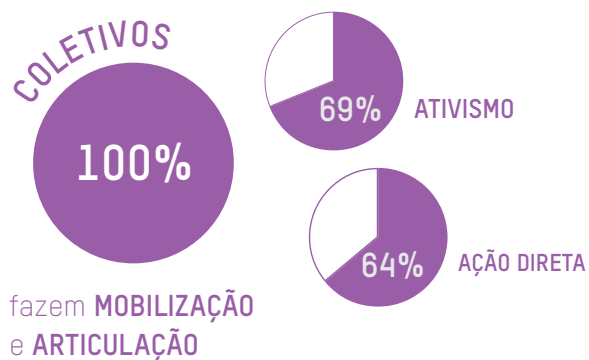
Há um contraste importante e significativo entre grupos que desenvolvem atividades voltadas para a sociedade civil e aqueles que atuam mais voltados para o Estado. Essa informação pode revelar um distanciamento dos grupos em relação à participação na constituição e acompanhamento de políticas públicas.

AS ATIVIDADES MAIS DESENVOLVIDAS pelos grupos são de Conscientização (77%-213), Mobilização (70%-195), Articulação (60%-166) e Campanhas (58%-155).

TIPOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



ATIVIDADES POR NATUREZA



Na média, cada grupo realiza 9 tipos de atividades, de todas as listadas como opções. 62% (5) das Cooperativas realiza conscientização e apenas 12% (1) afirma fazer mobilização.

Mais de 40% dos grupos de diversas naturezas realizam atividades de educação, exceto os Comitês (17%-1) e os Fóruns (19%-3).

Apenas 20% (4) dos Grupos fazem articulação.

ABRANGÊNCIA DAS ATIVIDADES

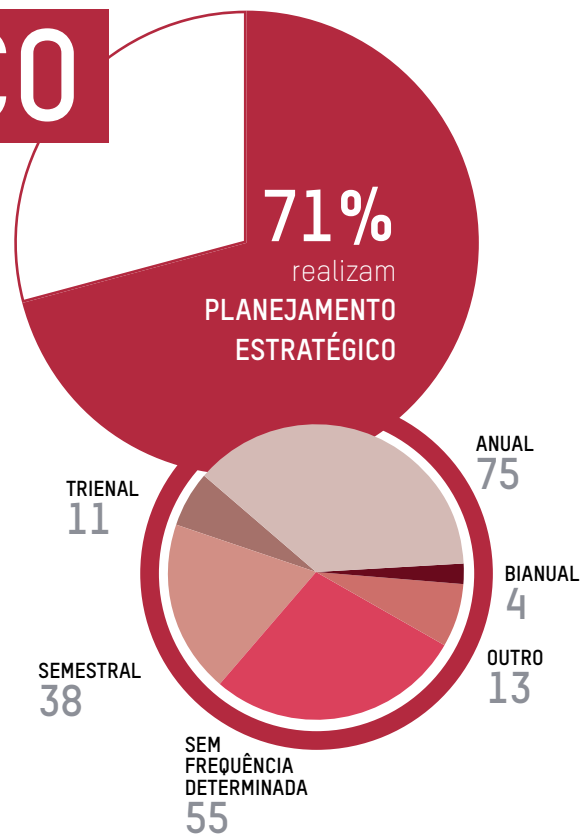
O recorte da pesquisa por cidade aponta para uma atuação municipal em quase todos os tipos de grupos, exceto no caso de OSCIPs e Redes, em que respectivamente 53% (10) e 61% (8), atuam no contexto nacional. Do total de grupos pesquisados, 50% (140) afirma ter uma atuação municipal. A atuação Local constitui a área de abrangência de 42% (117) dos grupos. Comitês e Grupos têm uma atuação mais relacionada ao contexto local, respectivamente 66% (4) e 65% (13). Movimentos, Coletivos e Associações também têm forte atuação localmente. No plano Estadual, atuam 70% (7) dos Institutos.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

REALIZAÇÃO DE PLANEJAMENTO

Do total de grupos pesquisados, 71% (196) realizam planejamento estratégico e 29% (81) deles não. Há uma variação ao longo do tempo em relação à realização de planejamento estratégico. Entre 1999 e 2001 e a partir de 2011, observamos uma quantidade maior de grupos que não faz planejamento estratégico. Essa constatação se manifesta de forma mais acentuada entre os grupos que surgiram em 2013, em que 47% deles não realiza planejamento (11). A ausência de planejamento pode ocorrer pela configuração recente dos grupos ou pelo fato de eles adotarem um outro modelo de organização e governança, que não inclui planejamento.



O fato de 55 grupos realizarem planejamento sem frequência definida indica a adoção da ferramenta sem estar condicionada ao tempo administrativo de uma estrutura mais formal e institucionalizada.

PLANEJAMENTO POR CIDADE

Em relação às cidades, há algumas indicações em que a maioria respondeu que realiza planejamento e àquelas em que, comparativamente, houve os maiores percentuais de grupos que não realizam:

56% não realiza planejamento estratégico em Fortaleza e 37% em Salvador;

84% fazem planejamento estratégico em Manaus e 94% em São Luís.

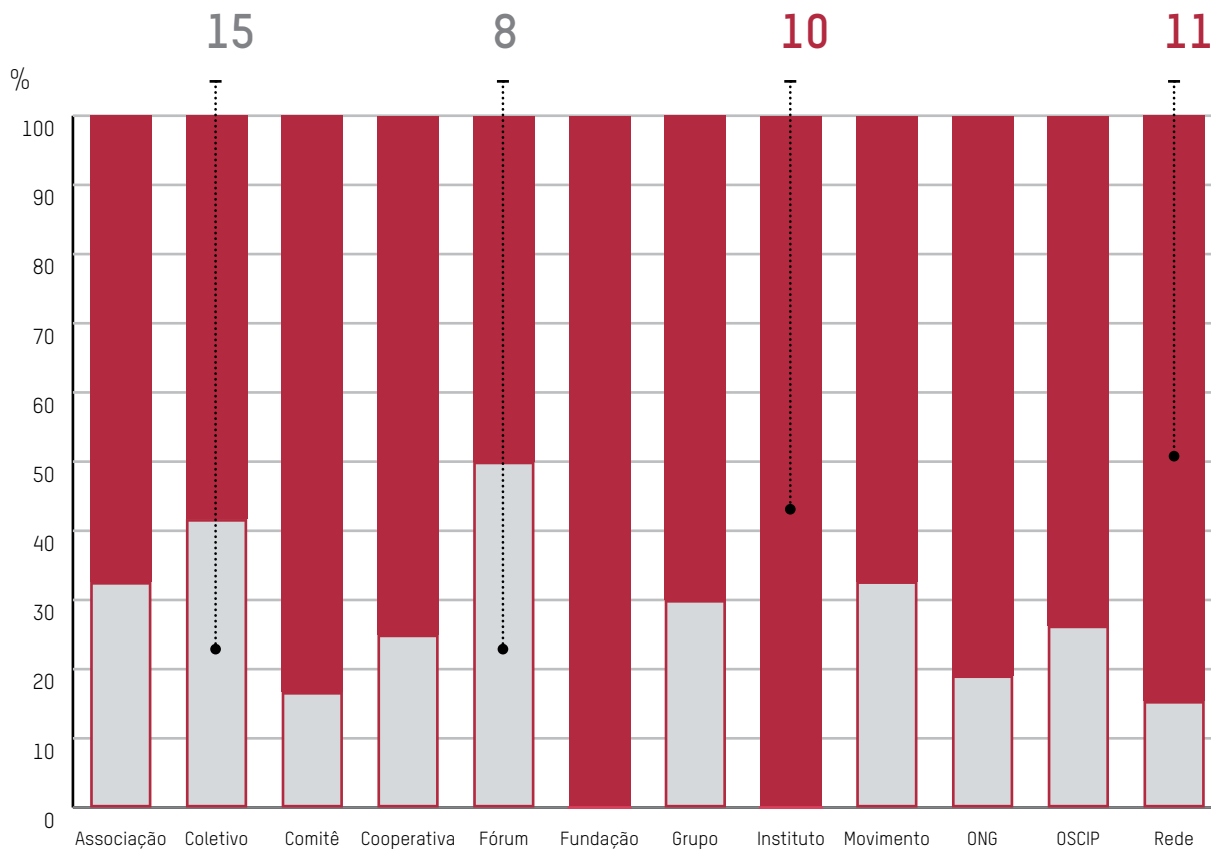


○ Não realiza planejamento

● Realiza planejamento

PLANEJAMENTO POR NATUREZA

Com relação à natureza dos grupos, 100% dos Institutos e 85% das Redes afirmam realizar planejamento estratégico. 50% dos Fóruns e 40% dos Coletivos não realizam planejamento estratégico.



Sím	31	21	5	6	8	1	14	10	37	38	14	11
Não	15	15	1	2	8	0	6	0	18	9	5	2

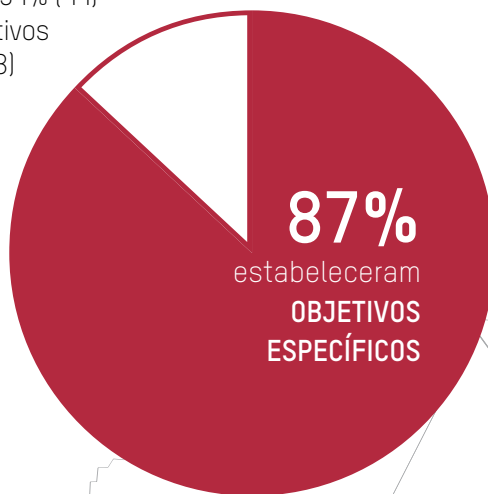
○ Não realiza planejamento

● Realiza planejamento

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

O fato dos grupos trabalharem com a definição de objetivos não significa que façam planejamento estratégico.

A exemplo das ONGs, em que 94% (44) responderam que têm objetivos definidos, mas apenas 81% (38) delas fazem planejamento. Do total de grupos pesquisados, 241 (87%) afirmam ter objetivos específicos a serem alcançados e 36 grupos (13%) não possuem, como é o caso de 31% (5) dos Fóruns.



Cerca de **20%** dos grupos não têm objetivos a serem alcançados em **BELÉM** (4) e em **SALVADOR** (3)

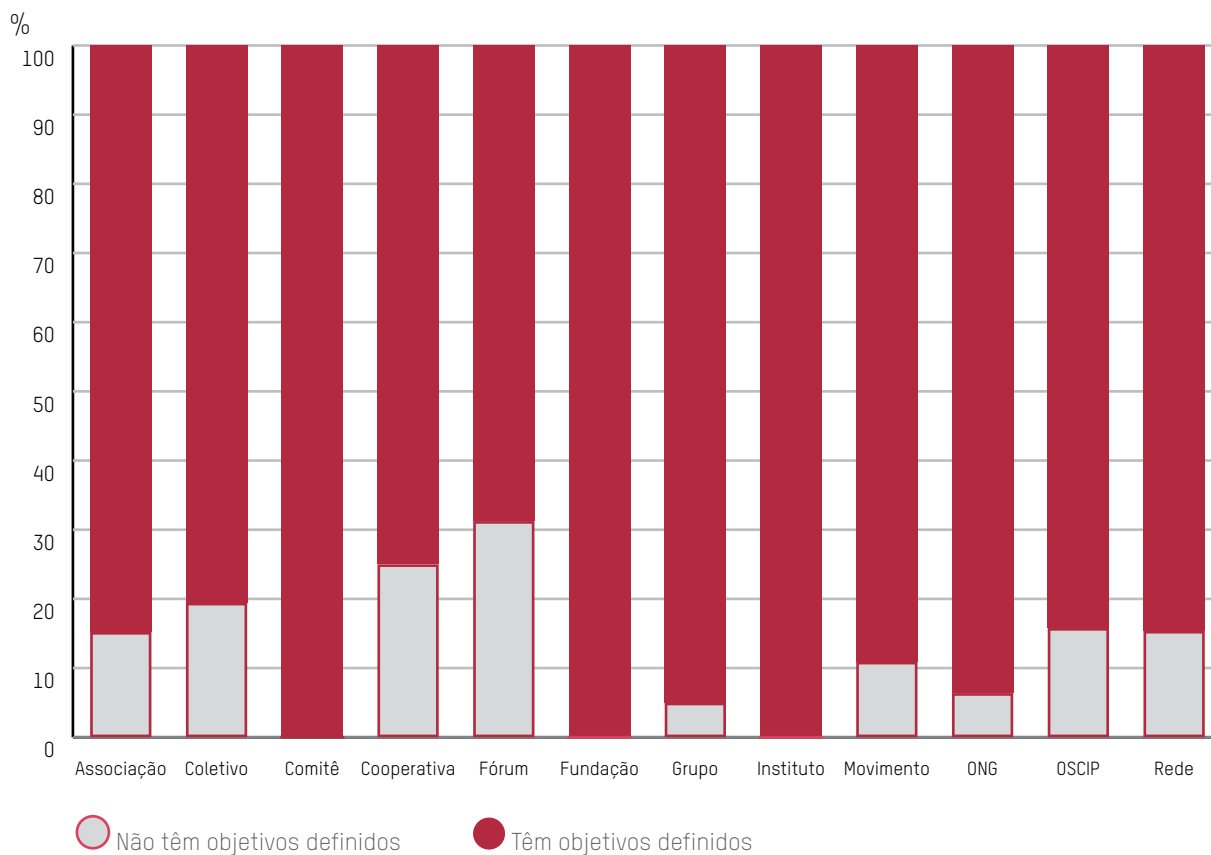
30% dos grupos não têm objetivos a serem alcançados em **BRASÍLIA** (6)

TODOS

afirmam ter objetivos em **BELO HORIZONTE** (17) e em **PORTO ALEGRE** (19)



OBJETIVOS POR NATUREZA



TÊM OBJETIVOS DEFINIDOS

100%
(6+10)
DOS COMITÊS
E INSTITUTOS

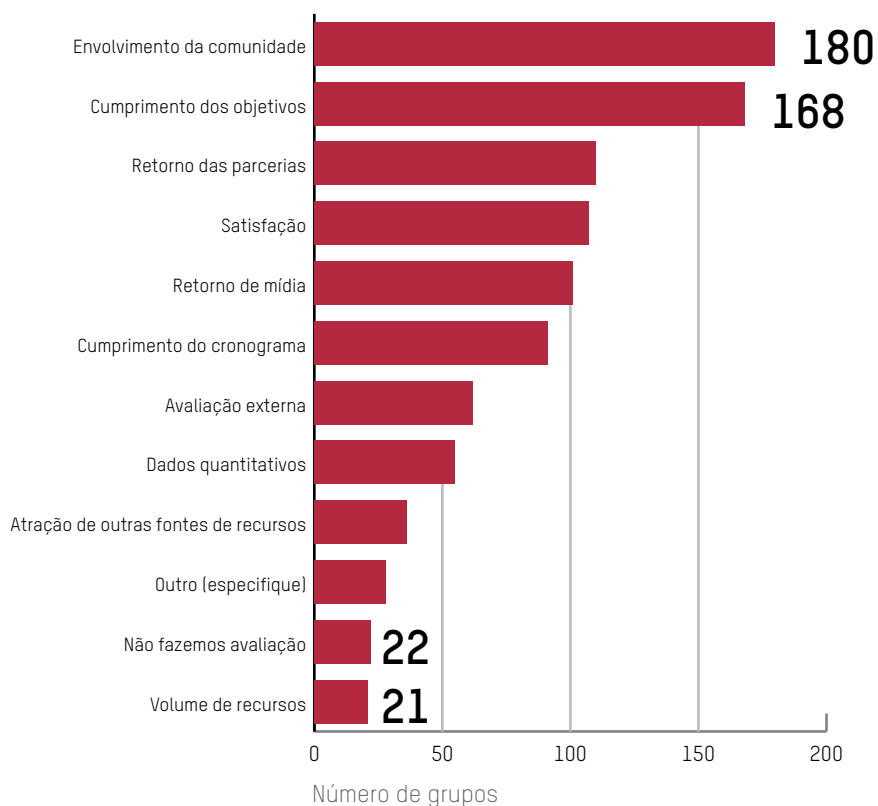
89%
(49)
DOS MOVIMENTOS

85%
(39)
DAS ASSOCIAÇÕES

80%
(29)
DOS COLETIVOS

AVALIAÇÃO DO RESULTADO DAS AÇÕES

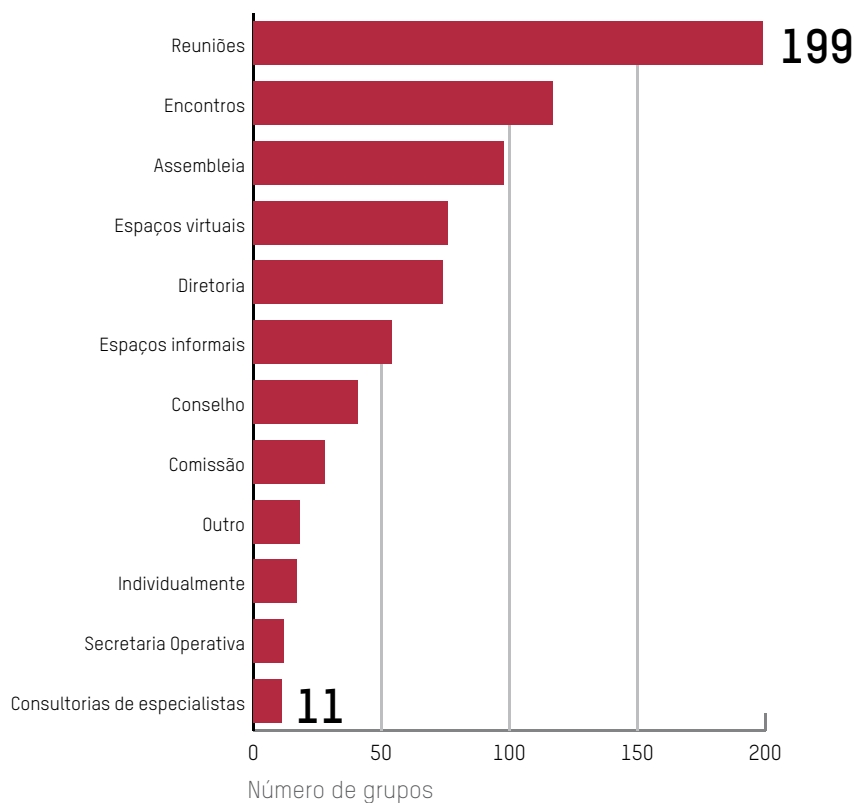
COMO AVALIAM RESULTADOS?



A principal forma de avaliação realizada por 65% dos grupos é baseada no envolvimento da comunidade. O cumprimento dos objetivos aparece apenas em segundo lugar como resposta de 60% dos grupos. A avaliação pelo volume de recursos é apontada por apenas 7% dos grupos. Somente 7% dos grupos não realizam avaliação.

TOMADA DE DECISÕES

COMO SÃO TOMADAS AS DECISÕES ESTRATÉGICAS?



Grande parte das decisões são tomadas de forma ampla e coletiva, principalmente por meio de reuniões, encontros e assembleias. A maioria dos grupos, 72% afirmam que as decisões são tomadas por meio de reuniões. No caso de OSCIPs, ONGs e Associações, as diretorias também desempenham um papel fundamental na tomada de decisão. Apenas 4% dos grupos afirmam que a tomada de decisão aconteça por meio de consultoria de especialistas. Os Fóruns são os que mais tomam decisões em encontros. A maioria das Cooperativas toma decisão prioritariamente por meio de assembleias. Os espaços informais são mais utilizados pelos Movimentos.

PARCERIAS

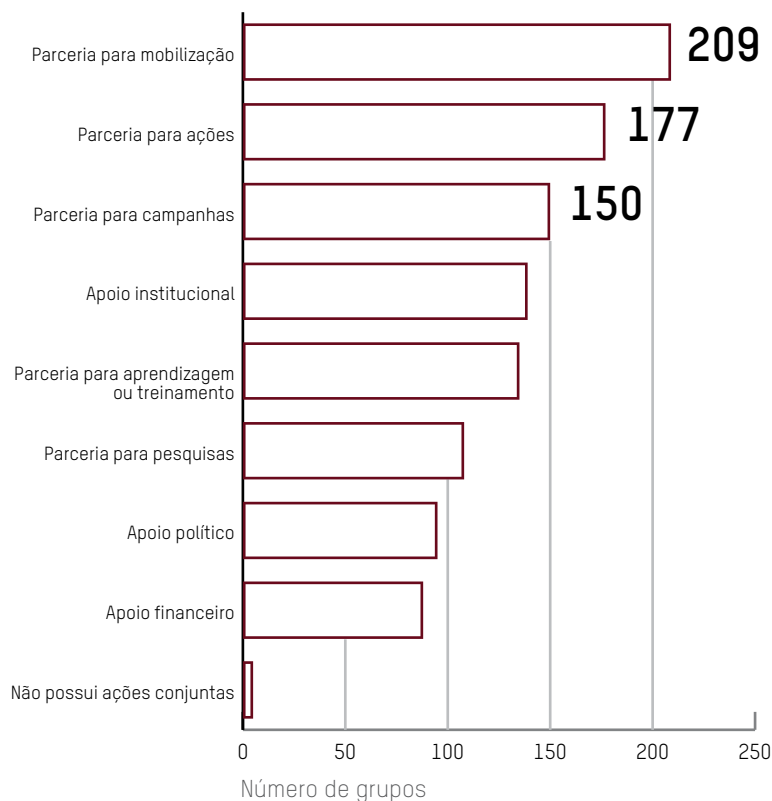
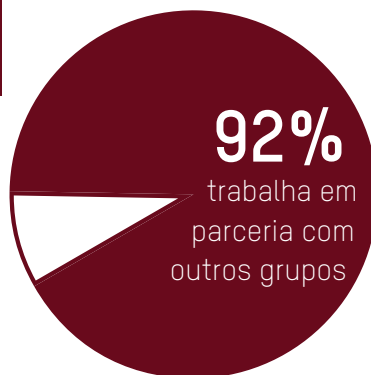
Um número representativo de 92% (254) respondeu que trabalha em parceria com outros grupos. Os que não fazem parcerias são 35% dos Grupos (7) e 13% dos Movimentos (7).

Desses 92%, 151 grupos (55%) não dependem das parcerias para o desenvolvimento de suas atividades. Os outros 126 grupos dependem (45%).

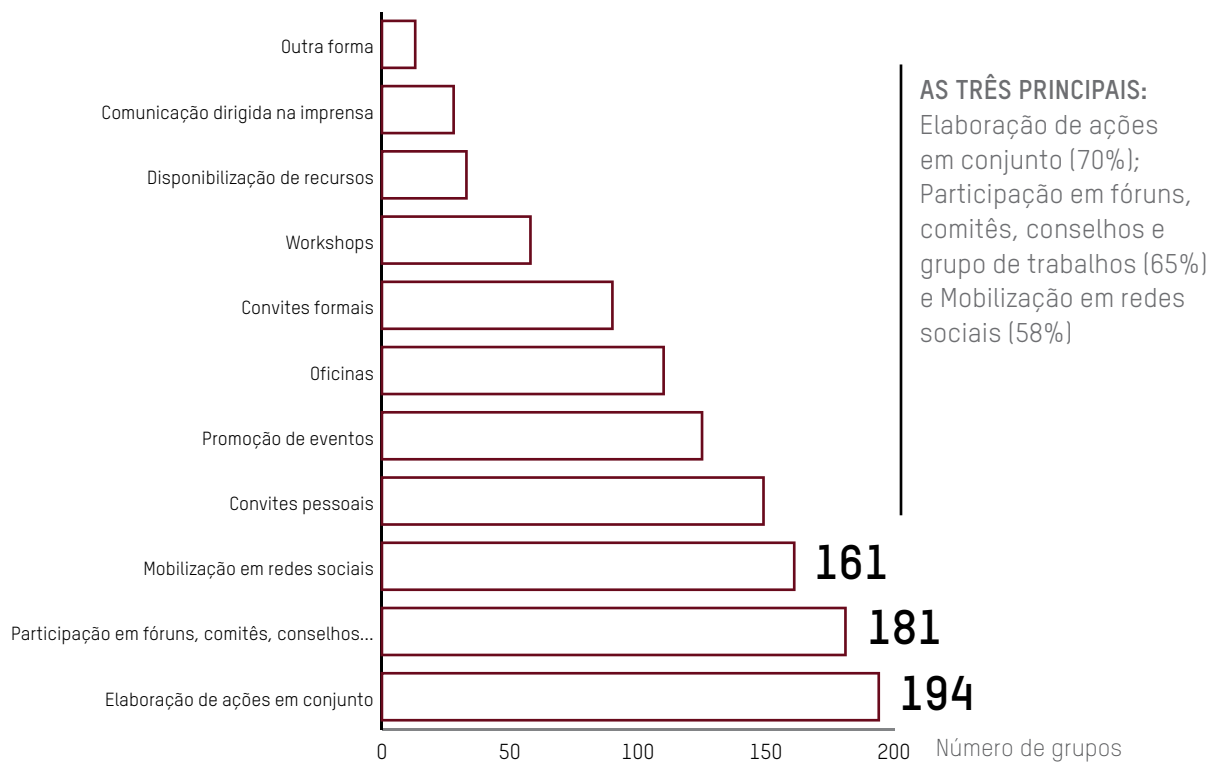
TIPOS DE PARCERIA

Os tipos de parcerias são realizados pelos grupos para algumas atividades principais:

- 75% para mobilização
- 64% para ações
- 54% para campanhas



COMO SÃO ARTICULADAS AS PARCERIAS

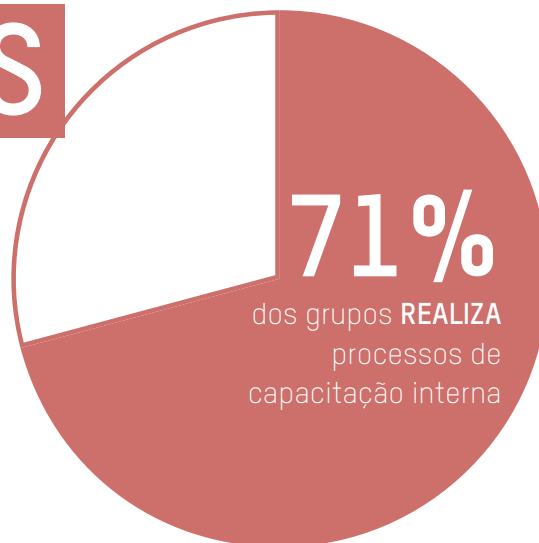


FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS GRUPOS

CAPACITAÇÃO INTERNA

71% dos grupos (194) **realizam** processos de capacitação, sendo 80% das ONGs (38), 83% dos Comitês (5) e 84% das Redes (11).

Há também os grupos que **não realizam** processos dessa natureza como 45% dos Grupos (9), 40% dos Movimentos (22) e 33% dos Coletivos (12). Esses são os grupos que em sua maioria não possuem CNPJ.



NÃO REALIZAM

45%
DOS GRUPOS

40%
DOS MOVIMENTOS

33%
DOS COLETIVOS

REALIZAM

80%
DAS ONGS

83%
DOS COMITÊS

84%
DAS REDES

TRABALHO DE BASE

Nesse aspecto, é importante notar que embora a maioria dos grupos faça parcerias voltadas para mobilização e tenham o envolvimento da comunidade como principal medida de sucesso de suas ações, muitos não visualizam isso relacionado à importância da realização do trabalho de base. A frequência e a realização do trabalho de base varia de acordo com a natureza institucional dos grupos, o que pode indicar a importância dada para uma forma mais estratégica ou conjuntural de atuação.

DEMANDA POR CAPACITAÇÃO

A demanda por processos de aprendizagem em todos os tipos de grupos independente do período de fundação, natureza institucional e se possui CNPJ, é bastante acentuada já que 260 grupos (94%) demonstraram interesse em participar.

REALIZAM COM FREQUÊNCIA

55% (154)

83%

(5)
DOS COMITÊS

71%

(32)
DAS ONGS

REALIZAM ÀS VEZES

20% (53)

20%

(11)
DOS MOVIMENTOS

22%

(8)
DOS COLETIVOS

20%

(9)
DAS ONGS

NÃO REALIZAM

10% (28)

22%

(4)
DOS GRUPOS

7%

(3)
DAS COOPERATIVAS

NÃO SE APLICA

15% (40)

13%

(7)
DOS MOVIMENTOS

22%

(8)
DOS COLETIVOS

22%

(10)
DAS ASSOCIAÇÕES

RECURSOS FINANCEIROS

FONTES DE FINANCIAMENTO

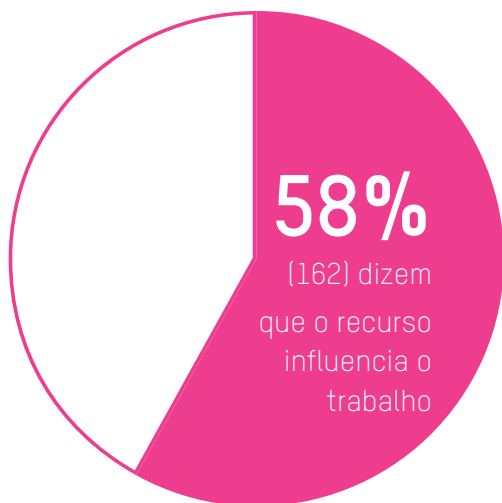
De acordo com as respostas dos grupos,
há uma diversificação das fontes de financiamento:



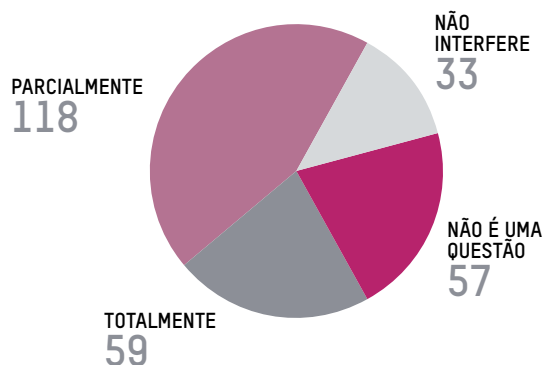
Com relação à natureza dos grupos:

- 45% (21) das Associações são financiadas pela **contribuição de associados**.
- 67% (5) dos Comitês conseguem recurso com **financiamento colaborativo**.
- 37% (3) das Cooperativas têm **recursos próprios**.
- 60% (6) dos Institutos e 58% (11) das OSCIPs **prestam serviços** para conseguir recursos.
- 64% (30) das ONGs são financiadas por **editais**.
- 56% (9) dos Fóruns, 45% (9) dos Grupos e 44% (24) dos Movimentos **não são financiados**.

INFLUÊNCIA DO FINANCIAMENTO NAS ORGANIZAÇÕES



O VOLUME DE RECURSOS INTERFERE NO TRABALHO?



INFLUÊNCIA DO FINANCIAMENTO NAS ATIVIDADES

A influência dos recursos financeiros no trabalho dos grupos varia primeiramente pelo simples fato de receberem ou não financiamento para suas ações.

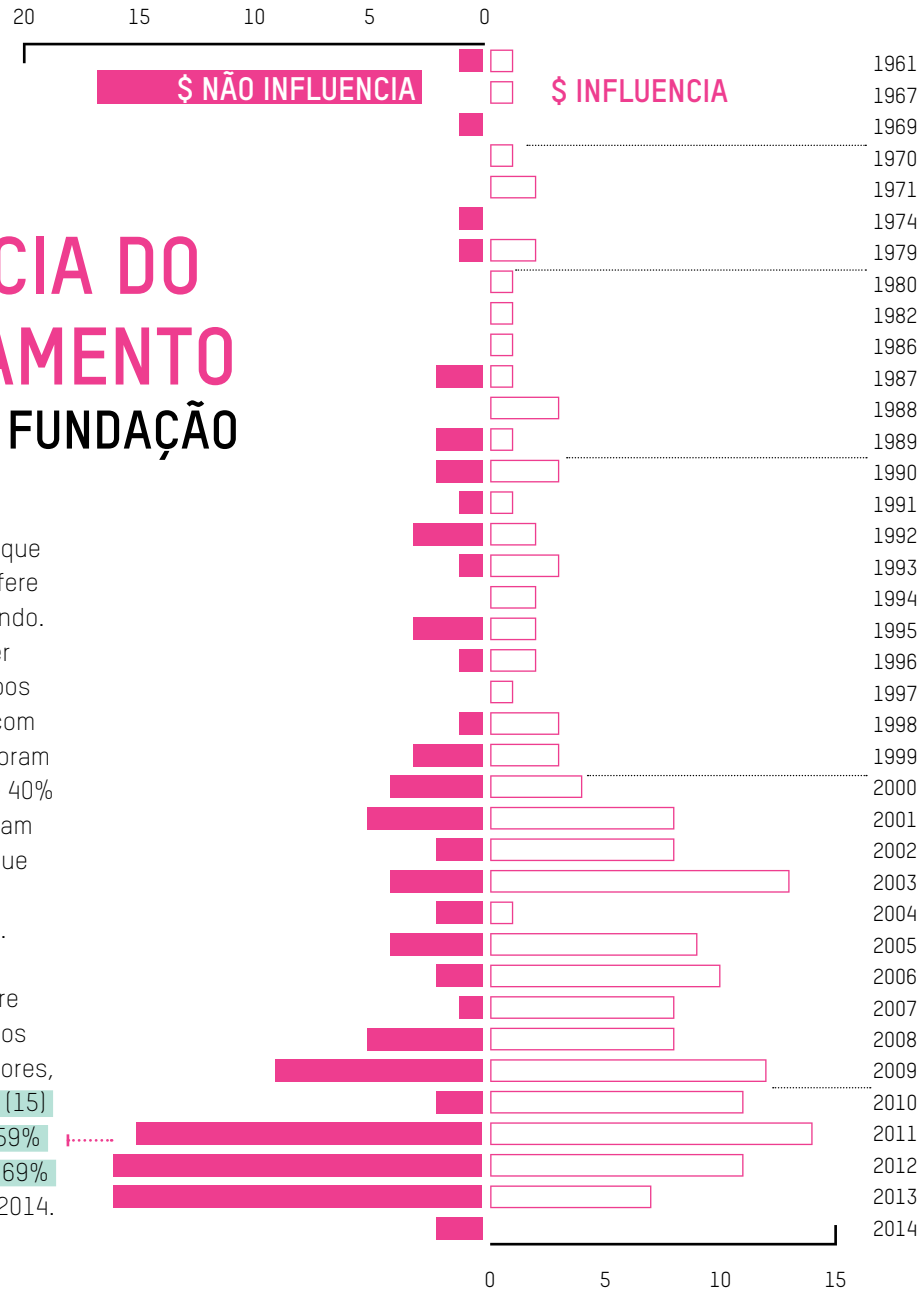
Essa influência dos recursos demarca uma caracterização de acordo com a natureza institucional dos grupos. Coletivos, Cooperativas, Fóruns, Grupos e Movimentos são os grupos em que os recursos financeiros menos interferem no trabalho, ao contrário da maioria das ONGs, OSCIPs, Institutos, Comitês e a Fundação.

100% (6) dos Comitês e a Fundação (1), 80% (8) dos Institutos, 74% (35) das ONGs, 73% (14) das OSCIPs e 65% (30) das Associações afirmam que o financiamento influencia o trabalho.

58% (32) dos Movimentos, 56% dos Fóruns (9) e 53% (19) dos Coletivos afirmam que o financiamento não influencia o trabalho.

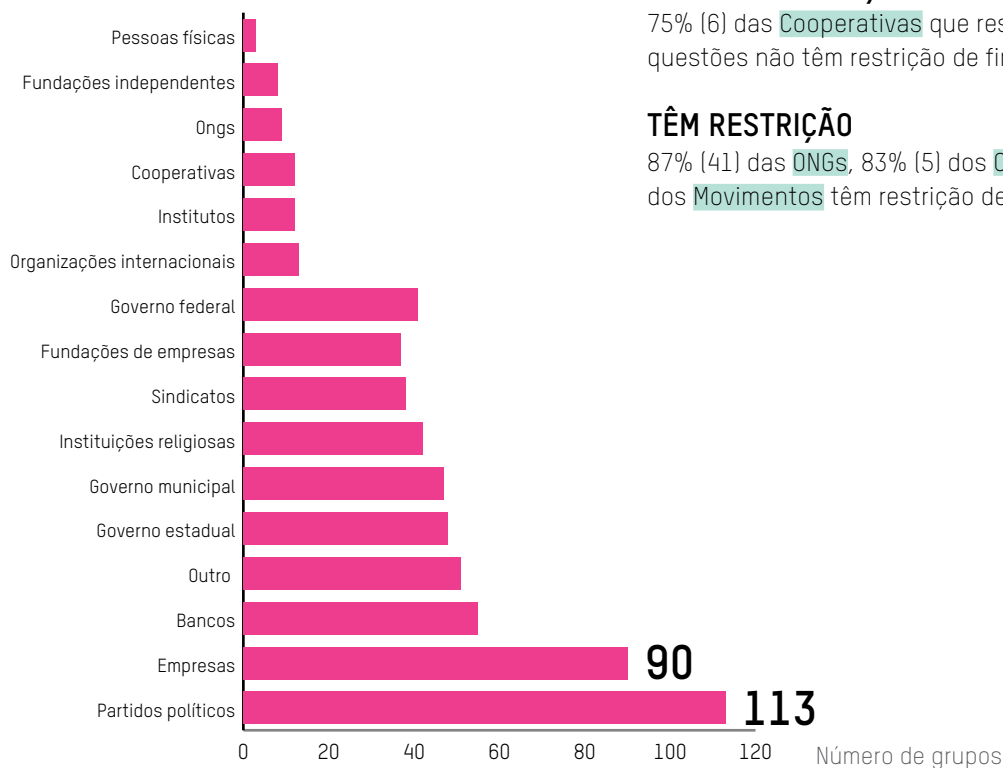
INFLUÊNCIA DO FINANCIAMENTO POR DATA DE FUNDAÇÃO

Ao longo do tempo, a quantidade de grupos em que o financiamento não interfere no trabalho está aumentando. O financiamento parece ter menos influência nos grupos que surgiram após 2008, com exceção dos grupos que foram criados em 2010. Cerca de 40% (14) dos grupos que surgiram em 2008 e 2009 afirmam que o financiamento não tem influência no seu trabalho. Esse percentual de que o financiamento não interfere nos trabalhos desenvolvidos aumenta nos anos posteriores, respectivamente, em 51% (15) dos grupos em 2011, em 59% (16) dos grupos em 2012, 69% (16) em 2013 e 100% em 2014.



RESTRIÇÃO DE TIPO DE FINANCIAMENTO

DE QUAIS FONTES NÃO ACEITAM?



Dentro do universo de 69% dos grupos (192) que têm restrição de financiamento, a maior quantidade dos grupos rejeita recursos provenientes de partidos políticos (69%-113) e empresas (47%-90).

NÃO TÊM RESTRIÇÃO DE FINANCIAMENTO

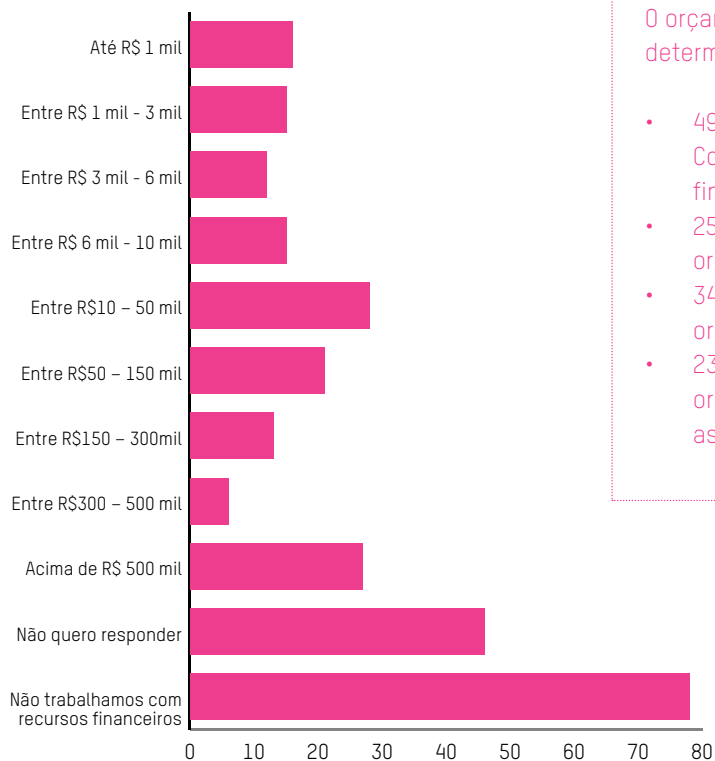
75% (6) das Cooperativas que responderam essas questões não têm restrição de financiamento.

TÊM RESTRIÇÃO

87% (41) das ONGs, 83% (5) dos Comitês, 78% (43) dos Movimentos têm restrição de financiamento.

ORÇAMENTO ANUAL

A pesquisa apontou que 28% (78) dos grupos não trabalham com recursos financeiros. Cerca de 10% dos grupos tem orçamento entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil (28 grupos) e acima de R\$ 500 mil (27 grupos).



O orçamento anual também aponta para uma determinada caracterização institucional:

- 49% dos Movimentos (27) e 42% dos Coletivos (15) não trabalham com recursos financeiros.
- 25% dos Movimentos (14) atuam dentro de um orçamento anual de até R\$ 6 mil.
- 34% das Associações (16) trabalham com orçamento anual de até R\$ 10 mil.
- 23% das ONGs (11) trabalham com orçamentos anuais superiores a R\$ 300 mil assim como 37% das OSCIPs (7).

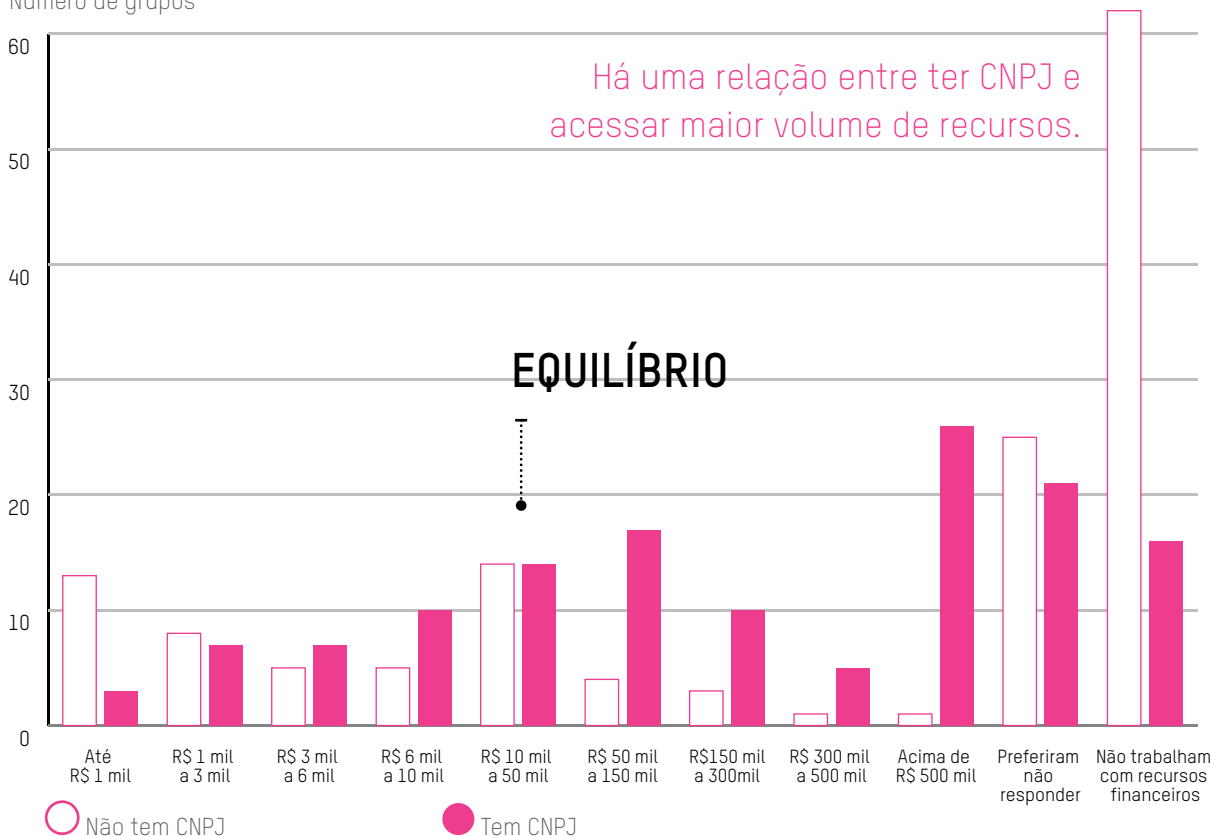
RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO ANUAL E FORMALIZAÇÃO DOS GRUPOS

Essa caracterização se torna mais clara ao se comparar o orçamento anual com o fato do grupo possuir CNPJ. 54% (45) dos grupos com orçamento anual até R\$ 50 mil não possuem CNPJ. Esse número cai bastante entre os grupos sem CNPJ que possuem orçamento anual maior que R\$ 50 mil, apenas 18% (9).

Dentre os 277 grupos que participaram da pesquisa, 22% (62) não trabalham com recursos financeiros e não têm CNPJ; 6% (16) do total dos grupos não trabalham com recursos financeiros mas têm CNPJ.

O tema de recursos ainda é um tabu para 7% (21) dos grupos que apesar de não terem respondido essa questão têm CNPJ. O tema pode ser também uma não questão para os grupos que não responderam e que não têm CNPJ.

Número de grupos



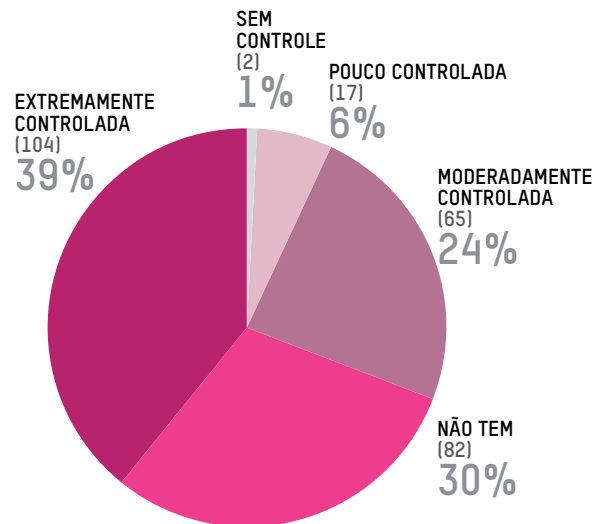
TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

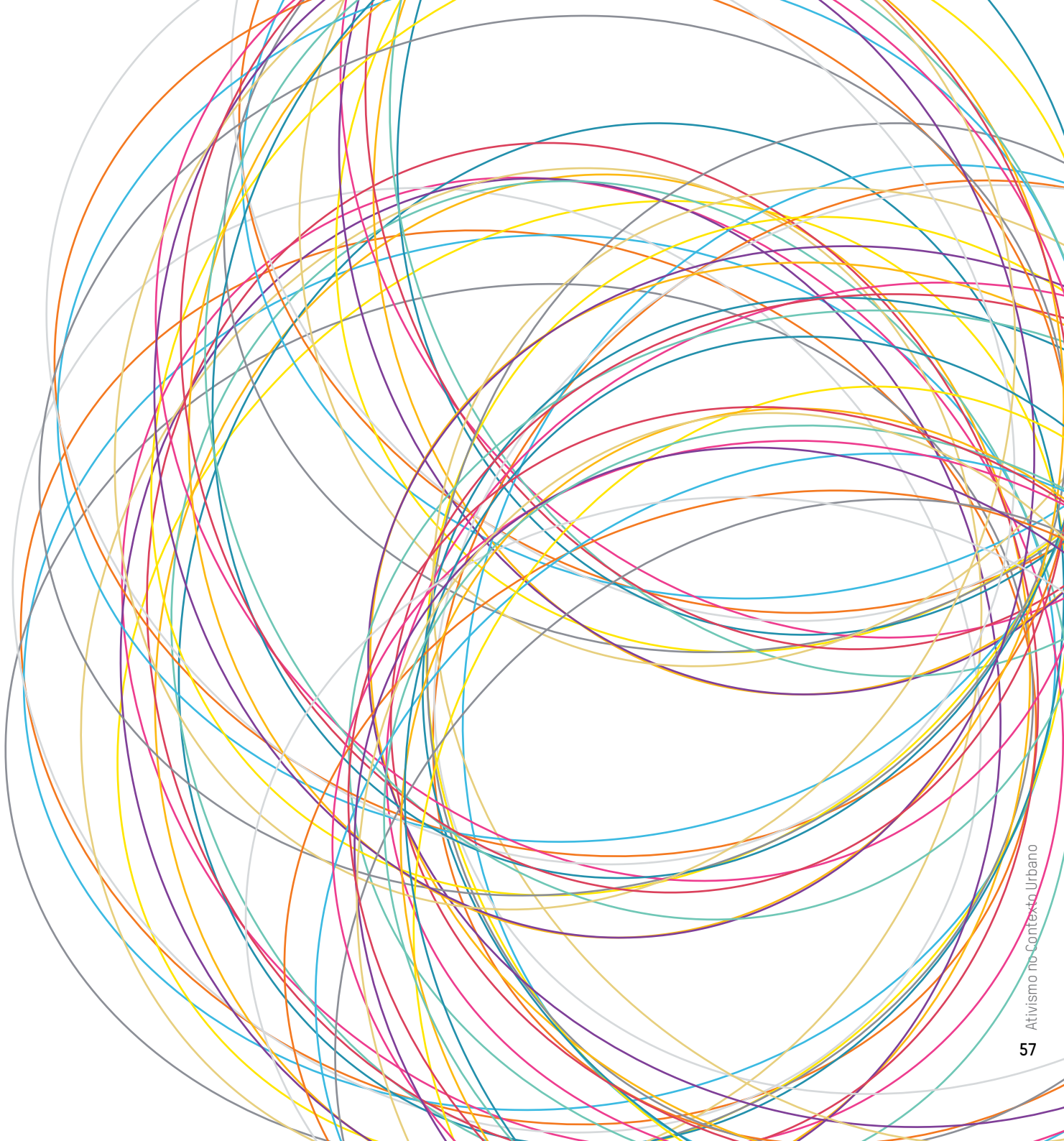
O controle da prestação de contas dos grupos em linhas gerais não é uma prática generalizada.

Mesmo assim, há uma preocupação de 61% dos grupos (120 das 196 respostas a esta questão) de tornar a prestação de contas aberta ao público. Dos grupos com orçamento superior a R\$ 500 mil, 77% (20) possuem sua prestação de contas aberta ao público. Enquanto que dos grupos que recebem até R\$ 10 mil por ano, 63% (28) possuem sua prestação de contas aberta ao público.

Quanto maior o orçamento, mais controlada é a prestação de contas. 81% (22) dos grupos com orçamentos superiores a R\$ 500 mil e 83% (5) dos grupos com orçamentos entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil apresentam uma prestação de contas extremamente controlada. 53% (8) dos grupos com orçamento anual entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil possuem prestação de contas moderadamente controlada. 50% dos grupos com orçamento até R\$ 1 mil não tem prestação de contas.

COMO É O CONTROLE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS?

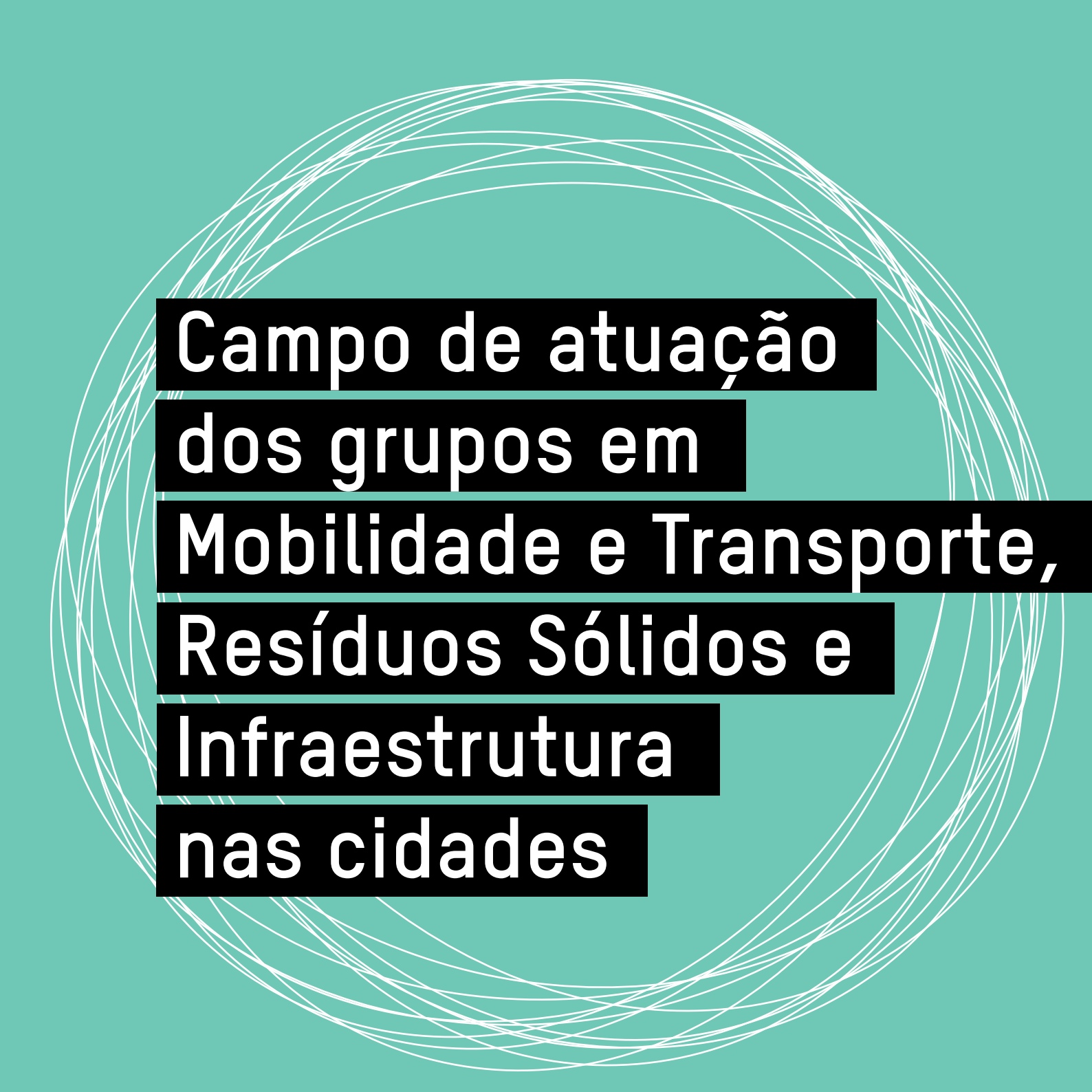




A liberdade da cidade é muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações [...] ao refazer a cidade refazemos a nós mesmos, então precisamos avaliar continuamente o que poderemos fazer de nós mesmos, assim como dos outros, no decorrer do processo urbano.

Se descobrirmos que nossa vida se tornou muito estressante, alienante, simplesmente desconfortável ou sem motivação, então temos o direito de mudar de rumo e buscar refazê-la segundo outra imagem e através da construção de um tipo de cidade qualitativamente diferente. A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos.

David Harvey, *Liberdade da Cidade* em “Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”, 2013.



**Campo de atuação
dos grupos em
Mobilidade e Transporte,
Resíduos Sólidos e
Infraestrutura
nas cidades**

Os três temas orientadores desta pesquisa, Mobilidade e Transporte, Resíduos Sólidos e Infraestrutura, afligem diariamente, direta e indiretamente, a vida de milhões de pessoas em diferentes cidades do País. Nesta sessão, vamos apresentar quais grupos têm atuado nesses temas, como isso se expressa nas diferentes cidades, e quais são os principais subtemas de atuação.

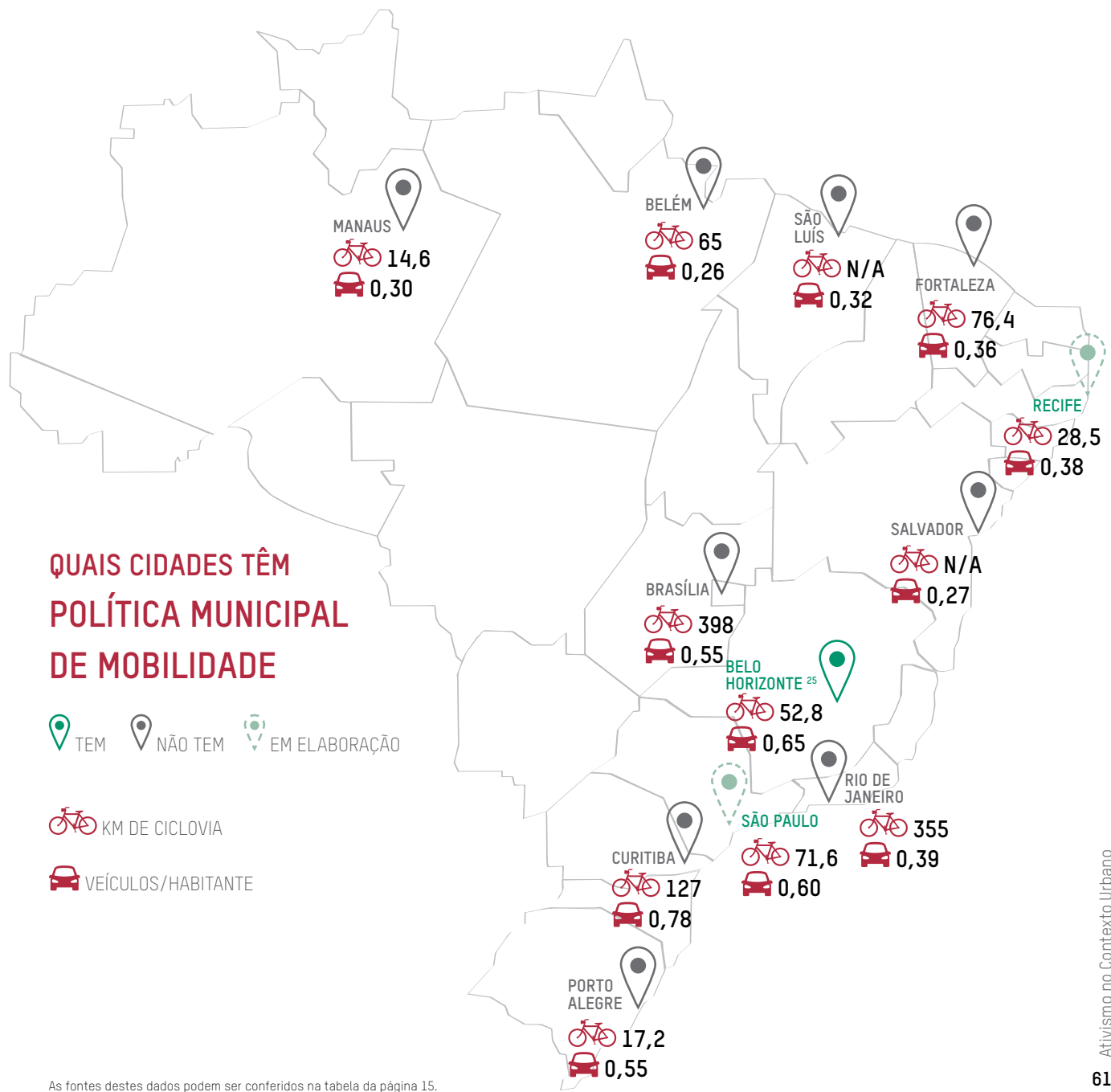
MOBILIDADE E TRANSPORTE

As manifestações contra o aumento das tarifas e em defesa do transporte público e gratuito têm sido organizadas desde 2000 em diferentes cidades do Brasil. A Revolta do Buzú de 2003, em Salvador, além da Revolta da Catraca de 2004, em Florianópolis, levaram a uma avalanche de atos de contestação e protestos pelo País que deram origem à articulação do Movimento Passe Livre (MPL), durante a realização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005.

Após a onda de manifestações de junho de 2013, iniciada pelos protestos organizados pelos MPL contra o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo, a agenda de Mobilidade e Transporte foi retomada em diferentes cidades do País nas discussões públicas sobre os desdobramentos da Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU (Lei nº 12.587/12), principalmente na definição das políticas municipais de mobilidade, na ampliação ao acesso e melhoria do transporte público, e na integração entre os diferentes modais de transporte.

O estímulo ao transporte individual e particular, por meio de subsídios e da desoneração de impostos para compra de carros, somado à falta de investimentos e ao sucateamento do transporte público e coletivo, tem produzido uma dinâmica de imobilidade na maior parte das cidades do Brasil. O número de automóveis de 2002 a 2014, subiu 50%, de 9,9 milhões para 18,7 milhões. Isso implicou no aumento significativo dos congestionamentos e no tempo dispendido pelas pessoas para se locomover pelas cidades. Em São Paulo, por exemplo, em alguns horários de pico a velocidade média de um automóvel equivale a de uma caminhada a pé (7,6 km/h), ou de uma bicicleta (20,6 km/h).

Para se contrapor a esse modelo imobilista, excludente e insustentável de transporte nas cidades, há um conjunto de grupos mobilizados atuando em diferentes cidades do País.



As fontes destes dados podem ser conferidos na tabela da página 15.



FORTALEZA

Em agosto de 2013, o Massa Crítica Fortaleza fez uma intervenção urbana de pintura de 3km de ciclofaixa na rua Ana Bilhar com objetivo de denunciar a falta de segurança e a precariedade da infraestrutura para ciclistas na cidade. Com equipamentos e materiais de baixo custo, a via foi escolhida pelo seu recapeamento recente e por ser um espaço já utilizado diariamente pelos ciclistas. A pintura que havia sido feita com uma tinta provisória foi completamente removida pela Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania (AMC). A repercussão da ação direta acabou sensibilizando e mobilizando as pessoas, resultando na implementação da ciclovía naquela mesma rua em outubro de 2013.

CC SA NC BY Jornalismo B



PORTO ALEGRE

Durante 8 dias de abril de 2014, o Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público ficou acampado na Praça Montevideu, no centro de Porto Alegre, para divulgar e coletar assinaturas para o Projeto de Iniciativa Popular pela Municipalização do Transporte Público. Como parte da campanha em defesa do Transporte 100% Público, foi desenhada uma estratégia de mobilização permanente e popular com ações descentralizadas em acampamentos itinerantes em bairros da periferia, escolas e universidades.

SÃO LUÍS

No dia 21 de março de 2014, milhares de usuários revoltados com o sistema de transporte público da cidade decidiram interditar a Avenida Beira-Mar por seis horas, alegando a demora na espera e a insuficiência do número de ônibus no trecho Calhau-Litorânea, no Terminal de Integração da Praia Grande. No dia seguinte, os passageiros decidiram bloquear novamente a avenida nos dois lados, repetindo o mesmo ato na noite do dia 24. A pressão popular fez com que a prefeitura, por meio do seu secretário de transporte, negociasse com os manifestantes e com os proprietários dos consórcios das empresas de ônibus o aumento das linhas naqueles trajetos. A população de São Luís depende majoritariamente do sistema de ônibus, já que a cidade não possui outras alternativas, cuja frota é de 1.180 coletivos para quase 600 mil usuários.



CURITIBA

Em setembro de 2013, o movimento Voto Livre apresentou na Câmara Municipal o projeto de lei de iniciativa popular que institui a bicicleta como modal de transporte regular de interesse social em Curitiba, com o apoio de mais de 14 mil pessoas. O Projeto de Lei da Mobilidade Urbana Sustentável – Lei da Bicicleta – determina que 5% das vias urbanas da cidade sejam destinadas à construção de ciclofaixas e ciclovias, em modelo funcional, interconectando o centro da cidade, e integrado ao transporte coletivo. O projeto propõe a instalação de bicicletários ou estacionamentos em terminais de ônibus, prédios públicos, escolas, complexos comerciais e áreas de lazer públicas. Também contempla o incentivo ao uso da bicicleta por meio de campanhas educativas financiadas com parte dos recursos arrecadados com multas de trânsito. O projeto foi aprovado na Câmara de Vereadores em dezembro de 2014.

BRASÍLIA

No dia 28 de junho de 2014, a ONG Rodas da Paz organizou uma passeata e pedalada na EPTG (Estrada Parque Taguatinga), após o acidente trágico que ceifou a vida de mais um ciclista, para denunciar o descaso do poder público e defender a implantação urgente de ciclovias naquela rodovia. Foi o oitavo ciclista morto pela falta de condições adequadas de ciclomobilidade e imprudência dos motoristas nessa pista viária. O ato terminou com a instalação de uma Ghost Bike em homenagem ao ciclista Francisco Vidal e em solidariedade aos seus familiares. As Ghosts Bikes são bicicletas brancas instaladas como memoriais nos locais de acidentes fatais com ciclistas para que aquela morte não caia no esquecimento e sirva para denunciar a ausência de uma política de mobilidade cicloviária. O Distrito Federal já possui lei específica que prevê a construção de ciclovias nas rodovias, mas até o momento apenas o Plano Piloto foi beneficiado com a construção de ciclovias.

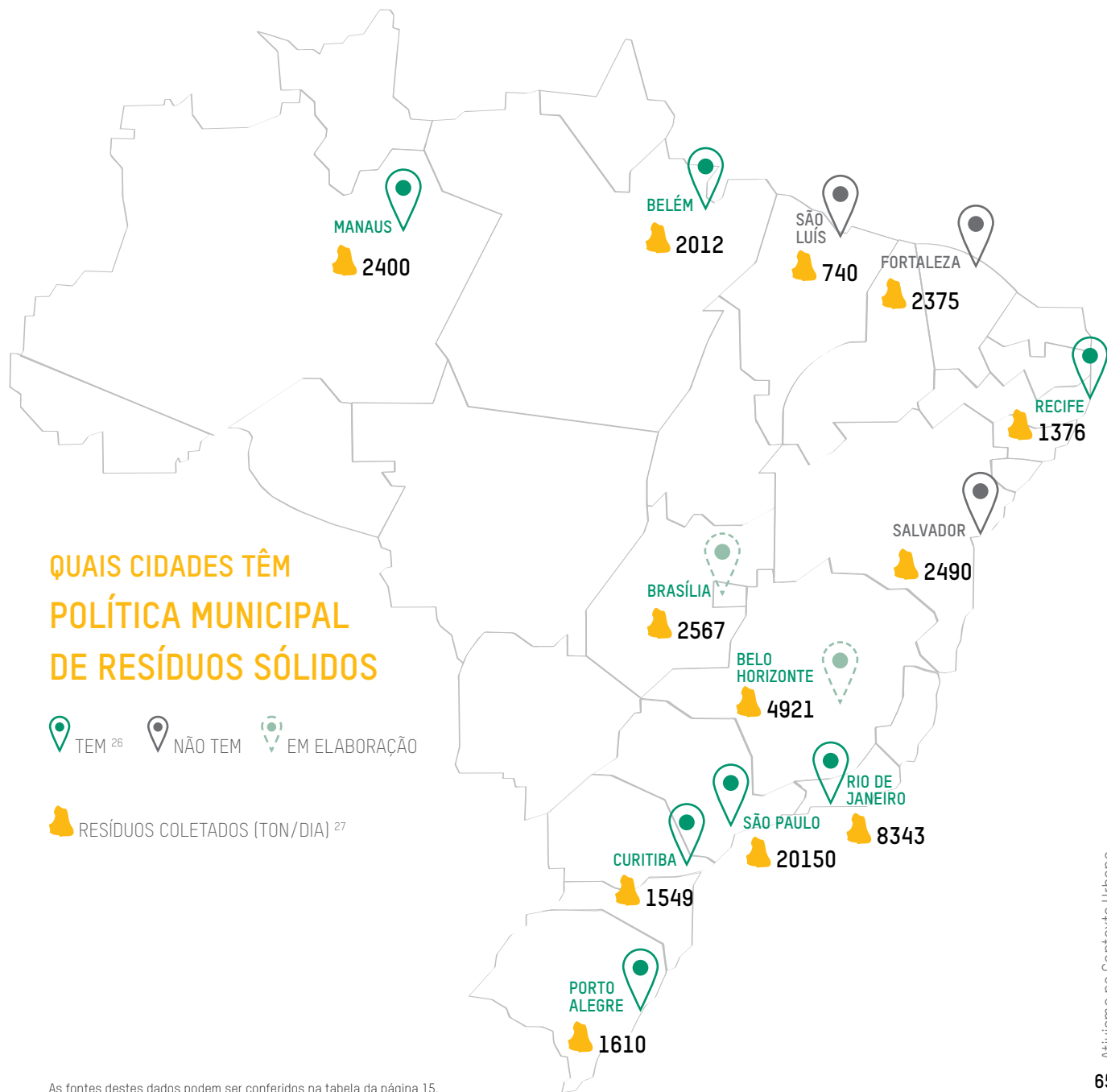
RESÍDUOS SÓLIDOS

O volume de resíduos produzido no Brasil, com base na variação de 2011 e 2012, cresce anualmente 1,3%, sendo maior que a taxa de crescimento populacional de 0,9%. O tratamento adequado dos resíduos nas cidades é uma pauta fundamental e urgente. O prazo previsto pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS [Lei nº 12.305/10, Decreto nº 7.404/10] para o fim dos depósitos de lixo a céu aberto, de 3 de agosto de 2014, não foi cumprido pela maior parte dos estados e cidades, mas acelerou e dinamizou as discussões sobre o tema de resíduos sólidos sobretudo pela necessidade iminente de criação de leis municipais para coleta seletiva.

O Plano Nacional prevê a meta de reciclagem de 20% de todo o volume de resíduos até 2015, a inclusão dos catadores e o envolvimento de todas as partes na elaboração dos planos integrados, e também institui a responsabilidade compartilhada na logística reversa dos resíduos. A última Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em outubro de 2013, tratou desse desafio de acabar com 2.906 lixões localizadas em 2.810 municípios do Brasil, segundo pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) divulgada em 2012.

O desafio para enfrentar o tema dos resíduos nas cidades se explicita na existência de uma política pública específica na cidade, na estruturação e implementação dessa política, e na configuração da atuação de uma diversidade acentuada de grupos. Os grupos atuantes no tema de resíduos podem variar desde cooperativas altamente tecnicizadas, que trabalham com fins exclusivamente comerciais, até associações informais de catadores, que atuam de forma precarizada e insalubre.

A greve dos garis, que aconteceu no Rio de Janeiro na primeira semana de março de 2014, expressa outro ponto importante do debate sobre resíduos, que são as condições de trabalho e o reconhecimento dos trabalhadores. Durante oito dias ininterruptos de paralisação, no mesmo período do Carnaval no Rio de Janeiro, os garis da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) entraram em greve e desencadearam o acúmulo de cerca de 11 toneladas de lixo espalhados por toda a cidade. Depois de um trabalho intenso de articulação e mobilização, os garis, inclusive se contrapondo aos posicionamentos do sindicato da categoria, conquistaram o reajuste salarial de R\$ 1,1 mil (aumento de 37%), o aumento do vale-refeição de R\$12 para R\$20, e adicional de 40% de insalubridade.



As fontes destes dados podem ser conferidos na tabela da página 15.



MANAUS

A prefeitura de Manaus é alvo de uma série de denúncias sobre o processo de privatização e concessão de serviços de limpeza urbana por meio de contratos milionários com empresas condenadas pelo não pagamento de indenização relativa ao descumprimento de legislação trabalhista. Isso reforça o processo de exclusão dos catadores no processo de coleta de materiais recicláveis da cidade e faz com que o índice de coleta seletiva de Manaus seja irrisório. A coleta seletiva corresponde apenas a 0,2% do total de resíduos da coleta domiciliar. Outro problema recorrente na cidade, que acontece durante a flutuação da Bacia Amazônica, é o acúmulo de lixo nos igarapés de Manaus. A prefeitura estima que a quantidade de lixo acumulada nos igarapés seja de aproximadamente 700 toneladas por mês.

CURITIBA

Curitiba se tornou a primeira cidade brasileira a implementar um sistema de coleta seletiva em 1989, e apresenta o maior índice de reciclagem do Brasil, atingindo 21% do total de resíduos produzidos. Em 2012, o programa de coleta Lixo Que Não É Lixo recolheu 32.109 toneladas de materiais recicláveis. A cidade possui um programa chamado Câmbio Verde, que troca materiais recicláveis por alimentos hortifrutigranjeiros. Desde meados de 2013, o Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC) está discutindo a implementação do programa Eco-cidadão de formação continuada para catadores e outros profissionais de coleta de resíduos, em parceria com a administração pública municipal, organizações parceiras e dirigentes de cooperativas de catadores. O programa recebeu aporte de R\$ 200 milhões do projeto Cataforte, do Governo Federal. Contudo, a atuação do IPCC tem sido objeto de críticas por parte dos grupos de catadores de materiais recicláveis, que não têm sido envolvidos e beneficiados pela iniciativa.

BELO HORIZONTE

Belo Horizonte teve um papel fundamental no fortalecimento do movimento dos catadores no Brasil. Com a fundação da Asmare (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável) em 1990, os catadores passaram a ser inseridos como atores chave no processo de gestão de resíduos sólidos da cidade. Isso levou à organização e realização do I Congresso Nacional dos Catadores de Papel, em 1999, em que foi debatida a proposta de criação de um movimento nacional de catadores. Embora seja uma cidade pioneira nesse processo de envolvimento e reconhecimento do trabalho dos catadores, a cidade ainda enfrenta muitas dificuldades relacionadas a outras ações de melhoria no sistema de coleta seletiva e reciclagem. Apenas 28 toneladas de material reciclável são recolhidas diariamente e menos de 1% de todo o lixo gerado na cidade é destinado à reciclagem.

SÃO PAULO

A maior parte dos resíduos da cidade é depositada em aterros sanitários, o que se diferencia da prática dos lixões ainda existente em outras cidades do País. A deficiência da cidade está na reciclagem e coleta seletiva, que é realizada com apenas 1,8% dos resíduos dessa natureza. Em dezembro de 2013, o prefeito Fernando Haddad anunciou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social repassaria R\$ 40 milhões para centrais de triagem de São Paulo, como ação para atingir a meta de 10% de coleta de material reciclável na cidade por meio das cooperativas.



PORTO ALEGRE

Desde dezembro de 2011, os serviços de limpeza urbana de coleta de resíduos domiciliares e seletiva de Porto Alegre são operados por meio de contratos emergenciais sem licitação pública. Os resíduos coletados pela Coleta Seletiva são encaminhados a 18 associações de recicladores que dispõem de convênio firmado com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Esse convênio prevê mútuas obrigações, como repasse financeiro da prefeitura para custeio de despesas operacionais de água, energia elétrica e manutenção de prensas das associações. Em setembro de 2013, entrou em vigor a lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008, que proíbe a circulação de carroças pela cidade. Como forma de compensação pela proibição, a prefeitura cadastrou cerca de 2500 carroceiros para participarem do Programa Todos Somos Porto Alegre, que oferece acompanhamento social e cursos profissionalizantes para os carroceiros. O programa também irá reestruturar todas as unidades de triagem conveniadas com a prefeitura para fornecer mais segurança aos trabalhadores.

INFRAESTRUTURA

Com mais de 80% da população brasileira vivendo nas cidades, seu processo de ocupação territorial se intensifica como objeto de disputa política entre os interesses voltados para defesa de direitos, valorização de espaços e serviços públicos, melhoria das condições de bem viver das pessoas, e aqueles reprodutores das dinâmicas de desigualdade no contexto urbano como a privatização dos serviços públicos, a expropriação da força de trabalho, os processos abusivos de especulação imobiliária e a degradação ambiental.





A realização de megaeventos – como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016 – ajudam a intensificar essas disputas políticas de projetos e concepções de cidades por meio da instauração de um regime de exceção de livre circulação dos interesses do capital. Essa cidade-negócio é fortemente marcada por um conjunto de favorecimentos desmedidos, como a isenção de impostos a grandes corporações, o monopólio de espaços publicitários e concessões de serviços, a criação de leis repressivas circunstanciais, as remoções forçadas, a precarização das relações de trabalho, dentre outras práticas lesivas aos direitos humanos. Segundo o dossiê “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil” da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) de 2012, estima-se a remoção de cerca de 170.000 pessoas nas 12 cidades-sede da Copa.

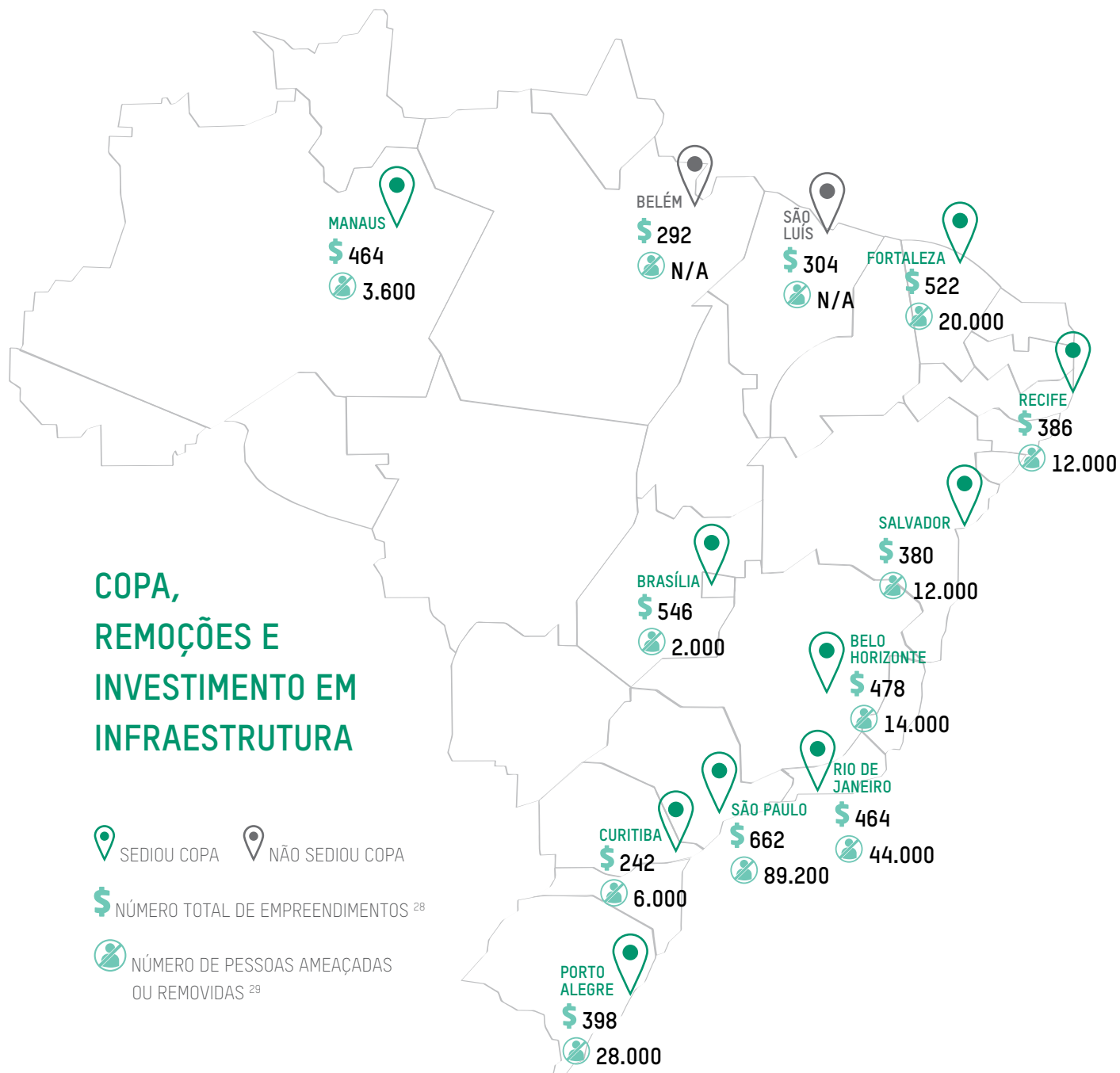
O lançamento da segunda versão do Programa

de Aceleração do Crescimento (PAC II) do Governo Federal em 2009 foi o estímulo para o boom no mercado imobiliário e no setor de construção civil em diferentes cidades do Brasil, sobretudo pelos altos investimentos no programa habitacional Minha Casa Minha Vida. O PIB da construção civil, que em 2009 havia sido negativo, em 2010 foi para 11,7%, sendo maior que o PIB nacional daquele ano. As taxas de desemprego na construção civil caíram de 9,8% para 2,7% entre 2003 e 2012. O investimento de capitais privados no mercado residencial aumentou 45 vezes no mesmo período, passando de R\$ 1,8 bilhões para R\$ 79,9 bilhões. Esse padrão de expansão urbana, baseado nos financiamentos de programas habitacionais para aquisição da casa própria, apenas intensificou a presença do capital imobiliário como definidor dos rumos e das dinâmicas de ocupação territorial das cidades.

Despejos violentos e arbitrários, alteração de leis de ocupação do espaço público, redefinição de áreas de proteção ambiental, construção de megaempreendimentos e “elefantes brancos”, dentre outras medidas, são ações orquestradas para beneficiar exclusivamente a lógica de produção do capital imobiliário e da construção civil. Não esqueçamos que as empreiteiras são os principais financiadores das campanhas políticas. Em contraposição a essa lógica de precarização, fragmentação e privatização dos espaços públicos, grupos em diferentes cidades do Brasil têm se organizado para resistir, ocupar, agir e intervir.

COPA, REMOÇÕES E INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

-  SEDIU COPA
-  NÃO SEDIU COPA
-  NÚMERO TOTAL DE EMPREENDIMENTOS ²⁸
-  NÚMERO DE PESSOAS AMEAÇADAS
OU REMOVIDAS ²⁹





RECIFE

Desde o início de 2013, vários grupos ativistas e organizações da sociedade civil estão mobilizados no movimento #OcupeEstelita para denunciar as irregularidades do megaprojeto imobiliário na região do cais José Estelita. O projeto é o Novo Recife, que prevê a construção de torres residenciais e comerciais de luxo em um terreno de mais de 100 mil m² que pertencia à Rede Ferroviária Federal e que foi arrematado em leilão, realizado no ano de 2008, por um grupo de empreiteiras. Em reunião extraordinária do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), convocada especialmente para a apreciação do projeto, no dia 30 de novembro de 2013, ativistas e organizações da sociedade civil foram impedidos de participar da discussão.

O Movimento Direitos Urbanos decidiu realizar uma ação de protesto com humor e irreverência durante o carnaval de Recife de 2014. "Empatando A Tua Vista" foi o nome do bloco carnavalesco composto por foliões fantasiados de prédios que desfilavam bloqueando a vista das pessoas para denunciar os processos de especulação imobiliária e malefícios da verticalização excessiva das construções na cidade do Recife.

BELO HORIZONTE

“A Praia” começou como uma manifestação de repúdio ao decreto do prefeito Marcio Lacerda proibindo a realização de eventos na Praça da Estação em janeiro de 2010, após as reclamações de barulho e bagunça feitas por moradores da região e de representantes de um museu situado no local. Com a assinatura do decreto, uma série de manifestações de indignação começaram a surgir na internet, questionando o ato proibitivo e chamando as pessoas para ocuparem a praça. Surgiu, então, no grupo de e-mail chamado “Praça Livre”, a ideia de transformar a praça em uma praia. A praça começou a ser frequentada por banhistas de sunga e biquíni, com suas cadeiras de praia, cangas, caixas de isopor, e guarda-sol. A prefeitura tentou de diferentes maneiras acabar com a praia, seja tentando caracterizar o ato como um evento, enquadrando o uso de barracas e cadeiras como mobiliário urbano, seja desligando a fonte de água. As reações criativas dos banhistas desmobilizaram as ações repressivas dos guardas, primeiro tirando as cadeiras e barracas do chão demonstrando que elas não estavam mais na praça, e depois fazendo uma vaquinha para contratar um caminhão-pipa. De forma descontraída, democrática e livre, a Praia da Estação se tornou um ato de reapropriação do espaço público. Em setembro de 2011, o prefeito sancionou outra lei, permitindo a realização de eventos de pequeno porte nos espaços públicos da cidade sem depender de autorização municipal.



MANAUS

A privatização do sistema de abastecimento de água na cidade deixou mais de 300 mil famílias sem água em 2013. A precariedade do serviço é notícia usual na imprensa local e já foi responsável pela aplicação de mais de R\$ 1,5 milhão em multas para a empresa contratada pela prefeitura. Além disso, são inúmeras as denúncias de cobranças abusivas e irregulares realizadas pela empresa, como a tarifa da coleta e tratamento de esgoto (2.433 ações foram registradas no Tribunal de Justiça do Amazonas, entre janeiro a julho de 2012). Manaus também vive um outro problema relacionado à água. O encontro dos rios Negro e Solimões, tombado como Patrimônio Natural da Humanidade, pode ser diretamente impactado pela construção na região do Porto das Lajes. O movimento SOS Encontro das Águas contestou na justiça o EIA/Rima do Porto e propõe um novo local para sua criação, mas a ação foi contestada pelo governo do Amazonas e o caso aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal.



FORTALEZA

A construção do Acquário Ceará despertou, desde seu início, a revolta de um conjunto de moradores da cidade de Fortaleza, dentre artistas, membros da academia e ativistas. Orçado em mais de R\$ 260 milhões, a obra prevê a construção de 38 tanques armazenando 15 milhões de litros de água para áreas de lazer e fins turísticos, como simuladores de submarinos, nas proximidades da comunidade centenária Poço da Draga, que até hoje não tem saneamento básico e no período da pior seca vivida nos últimos 50 anos no Ceará. A população indignada se organizou de forma criativa em um movimento denominado “Quem Dera Ser um Peixe”, parodiando a música do cantor e compositor cearense Fagner, para contestar a construção da obra e seus impactos negativos na região da praia de Iracema.

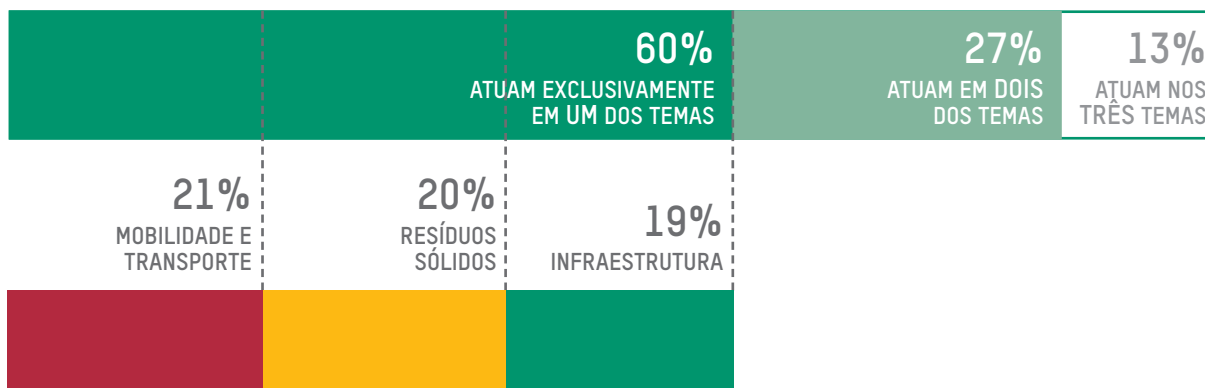
Já o movimento Ocupe o Cocó foi um ato de resistência na defesa da preservação do Parque

Ecológico do Cocó, que teve seu início em junho de 2013. O objetivo do protesto era se contrapor a um projeto da prefeitura de substituição de um entroncamento de duas avenidas por viadutos que avançariam pelas áreas verdes do parque e que desencadearia no corte de mais de 100 árvores de uma das poucas áreas de preservação da cidade. A repercussão do Ocupe o Cocó ajudou a fortalecer os movimentos em defesa da preservação de outras áreas verdes da cidade, como os Movimentos Pró Parque Raquel de Queiroz, Pró Parque Rio Branco e Pró Árvore. Em janeiro de 2014, a prefeitura regulamentou por meio de decretos a criação de um conjunto de parques municipais Rachel de Queiroz, Rio Branco, Parreão, Adahil Barreto, Guararapes, Parque da Liberdade (Cidade da Criança), Parque das Lagoas de Fortaleza, Pajeú, Parque das Iguanas e Parque Riacho.

TEMAS DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS

Entre os 277 grupos participantes da pesquisa, 60% (168) atuam exclusivamente em um dos 3 temas, sendo 21% (59) em mobilidade e transporte, 20% (56) em resíduos sólidos e 19% (53) em infraestrutura. 27% (74) dos grupos atuam em dois temas e 13% (35) atuam nos três temas.

ATUAÇÃO DOS GRUPOS PESQUISADOS



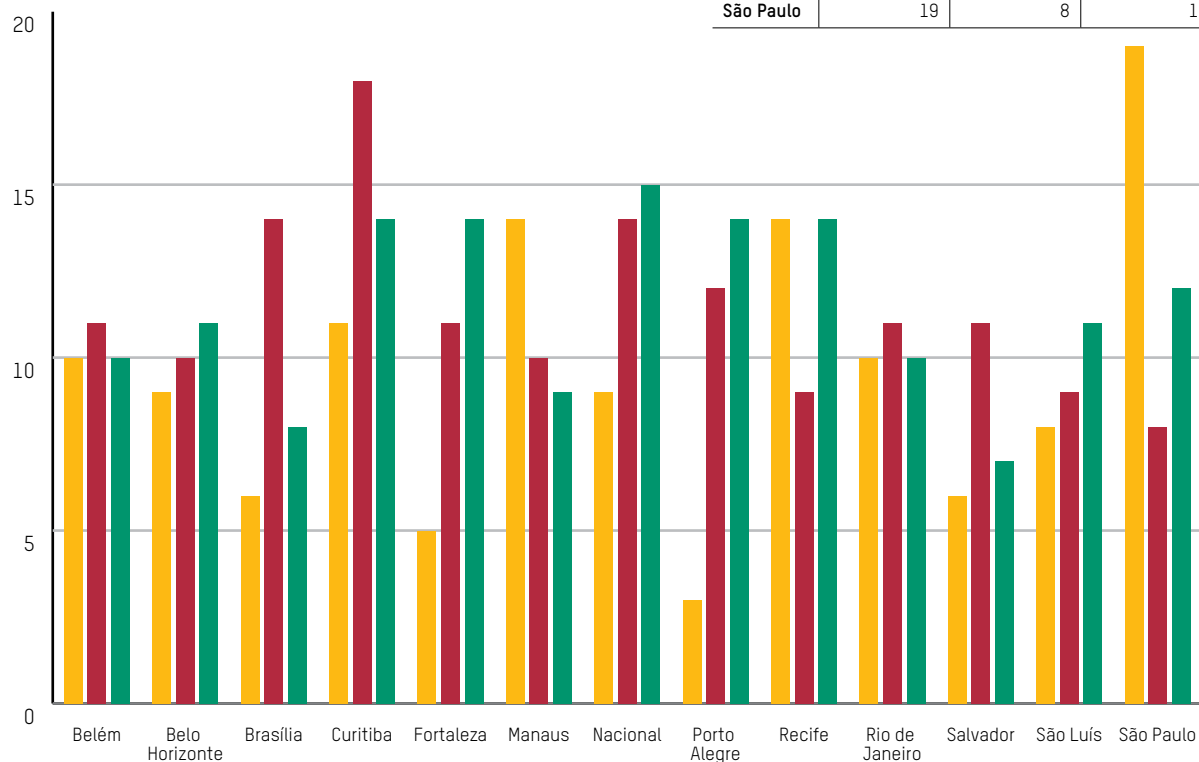
TEMAS DE ATUAÇÃO POR CIDADE

O tema de Resíduos Sólidos tem maior presença no trabalho dos grupos de **São Paulo, Manaus e Recife**. E presença menor nas cidades de Porto Alegre, Fortaleza, Brasília e Salvador.

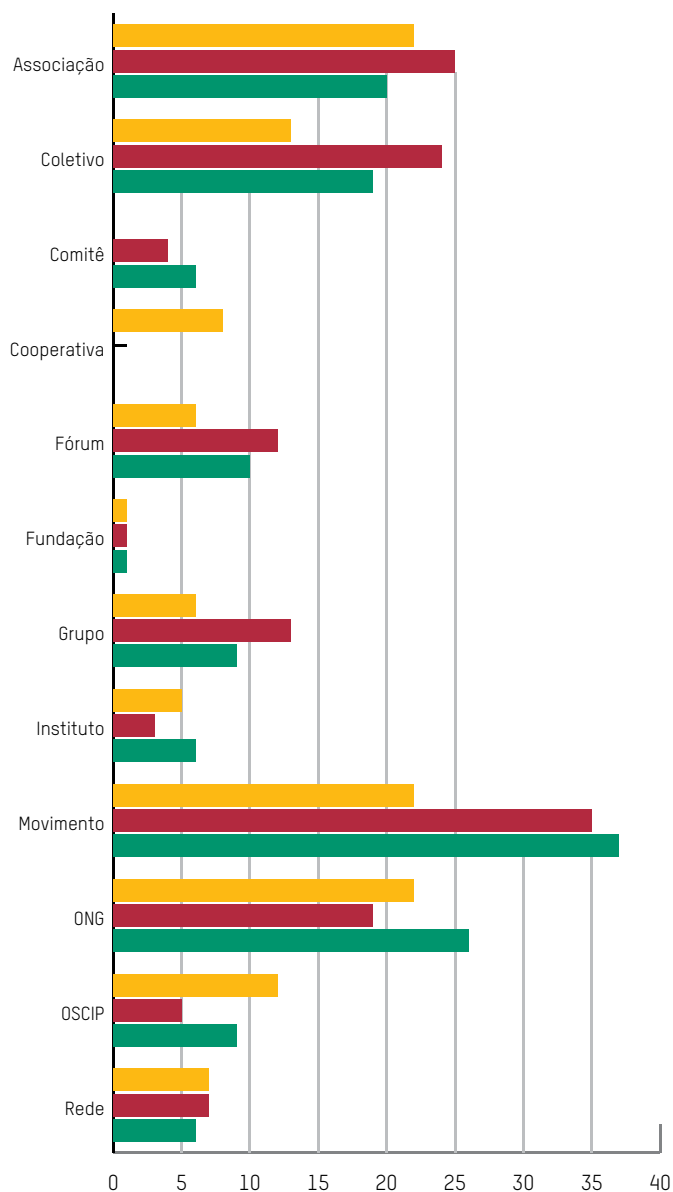
O tema de Mobilidade e Transporte é mais presente na atuação dos grupos de **Curitiba, Brasília e Nacional**. E menos nos grupos atuantes em São Paulo, São Luís e Recife.

O tema de Infraestrutura é o que aparece de forma mais distribuída entre as diferentes cidades. Surge de maneira mais acentuada no campo de atuação dos grupos da **Nacional, de Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, e Recife**. E menos em Salvador, Brasília e Manaus.

	Resíduos	Mobilidade e Transporte	Infraestrutura
Belém	10	11	10
Belo Horizonte	9	10	11
Brasília	6	14	8
Curitiba	11	18	14
Fortaleza	5	11	14
Manaus	14	10	9
Nacional	9	14	15
Porto Alegre	3	12	14
Recife	14	9	14
Rio de Janeiro	10	11	10
Salvador	6	11	7
São Luís	8	9	11
São Paulo	19	8	12



TEMAS DE ATUAÇÃO POR NATUREZA DOS GRUPOS



RESÍDUOS SÓLIDOS

Os grupos cujas atuações são mais voltadas para Resíduos Sólidos são as **Cooperativas, OSCIPs e as Redes**. Os grupos que menos atuam neste tema são os Comitês, os Grupos, Coletivos e Fóruns.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Os grupos mais atuantes são **Associações, Coletivos e Grupos**. E os menos atuantes neste tema são as OSCIPs e os Institutos.

INFRAESTRUTURA

Aqueles que mais atuam em Infraestrutura são **Comitês, Movimentos, ONGs e Institutos**. Por outro lado, os que menos atuam são as Cooperativas, Grupos e Associações.

TRABALHO DE BASE POR TEMA

Do universo total de grupos dentro de cada tema, realizam trabalho de base:

115 grupos de Infraestrutura;
101 grupos de Mobilidade e Transporte;
90 grupos de Resíduos Sólidos.

INFRAESTRUTURA



78%

FAZEM TRABALHO DE BASE

MOBILIDADE E TRANSPORTE



70%

FAZEM TRABALHO DE BASE

RESÍDUOS SÓLIDOS



77%

FAZEM TRABALHO DE BASE

ACESSO A RECURSOS POR TEMA

Há uma correlação entre os temas de atuação dos grupos e o acesso a recursos financeiros.

ATÉ R\$ 1 MIL/ANO



A MAIOR PARTE (45%) ATUA COM INFRAESTRUTURA

ENTRE R\$ 1 MIL E R\$ 3 MIL/ANO



A MAIOR PARTE (50%) ATUA COM MOBILIDADE

NÃO TRABALHAM COM RECURSOS FINANCEIROS



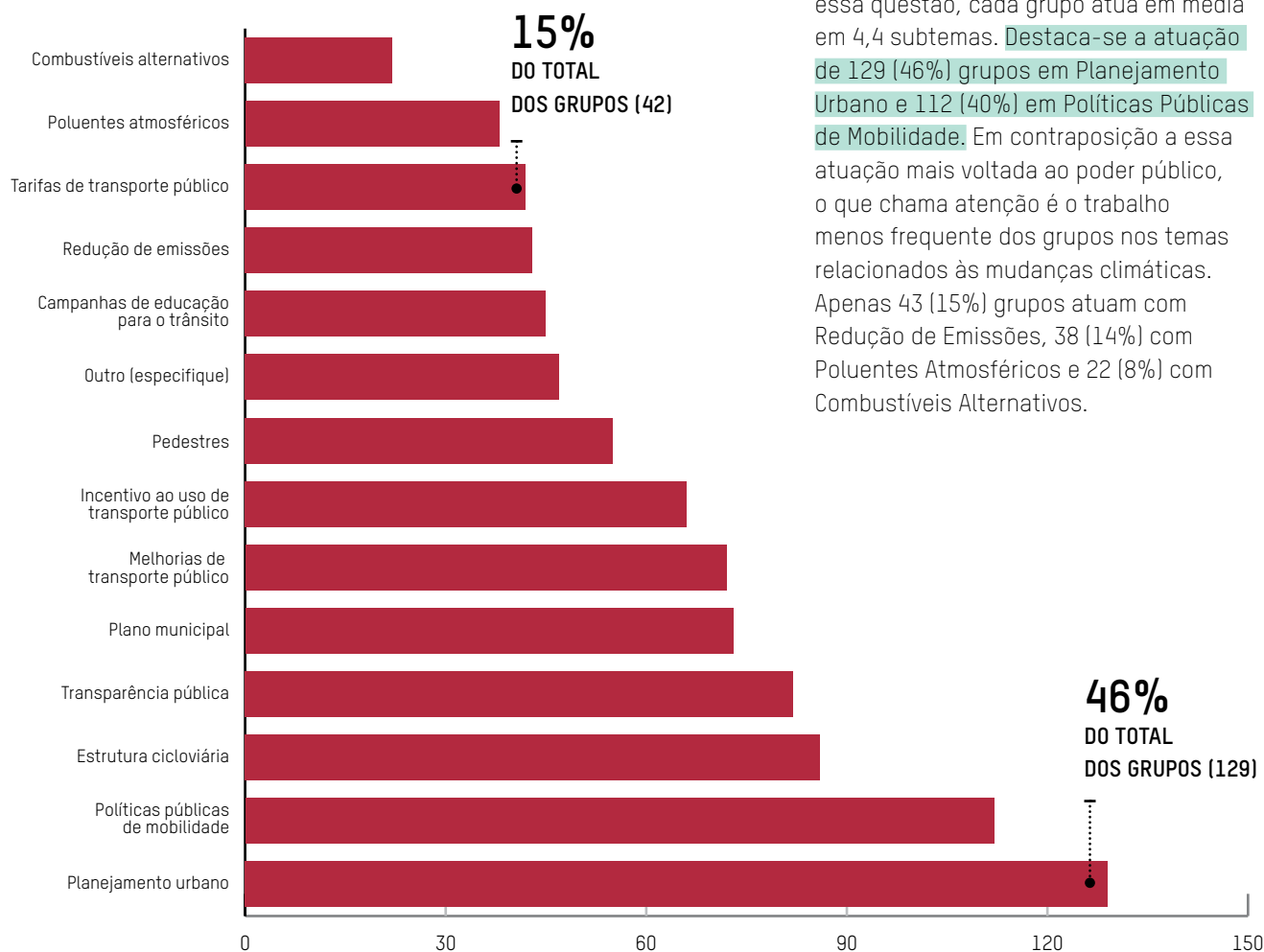
A MAIOR PARTE (44%) ATUA COM MOBILIDADE

ENTRE R\$ 150 MIL E R\$ 300 MIL/ANO



A MAIOR PARTE (47%) ATUA COM RESÍDUOS SÓLIDOS

MOBILIDADE E TRANSPORTE



Dentro dos 207 grupos que responderam essa questão, cada grupo atua em média em 4,4 subtemas. Destaca-se a atuação de 129 (46%) grupos em Planejamento Urbano e 112 (40%) em Políticas Públicas de Mobilidade. Em contraposição a essa atuação mais voltada ao poder público, o que chama atenção é o trabalho menos frequente dos grupos nos temas relacionados às mudanças climáticas. Apenas 43 (15%) grupos atuam com Redução de Emissões, 38 (14%) com Poluentes Atmosféricos e 22 (8%) com Combustíveis Alternativos.

MOBILIDADE

ATUAÇÃO POR CIDADE

A distribuição do campo de atuação por subtemas relacionados ao tema de Mobilidade e Transporte em cada cidade acompanha a tendência mais geral de uma atuação maior dos grupos em Planejamento Urbano e menor em Combustíveis Alternativos.

Manaus é a cidade que apresenta os maiores percentuais de atuação dos grupos em três subtemas relacionados às Mudanças Climáticas, sendo 33% (7) na Redução de Emissões, 29% (6) em Poluentes Atmosféricos, e 24% (5) em Combustíveis Alternativos.



MANAUS



SÃO LUIS

O segundo maior percentual de grupos que trabalham com Políticas Públicas de Mobilidade é de **São Luís** onde 53% (9) dos grupos atuam nesse subtema.

75% (15) dos grupos de **Brasília** trabalham com Políticas Públicas de Mobilidade, sendo o maior percentual entre as cidades.



BRASÍLIA

Apenas 4% (1) dos grupos de **São Paulo** atuam em Transparência Pública, sendo o menor índice entre as cidades pesquisadas. Comparativamente, **São Paulo** também tem os menores percentuais de grupos que atuam em Políticas Públicas de Mobilidade (14%-4) e Estrutura Ciclovária (18%-5).



SÃO PAULO

Os grupos de **Porto Alegre** se destacam pela atuação em Melhorias de Transporte Público (47%-9) e Incentivo ao Uso de Transporte Público (53%-10).

PORTO ALEGRE

MOBILIDADE

ATUAÇÃO POR NATUREZA

A natureza dos grupos difere em relação à sua atuação em subtemas relacionados a Mobilidade e Transporte:

ASSOCIAÇÕES

Seguem o padrão geral de atuação nos subtemas, mas destaca-se no trabalho com **Pedestres**, 27% do total (12 grupos) e **Campanhas de Educação para o trânsito**, 28% (13);

COLETIVOS

39% (14) dos Coletivos atuam no **Incentivo ao Uso do Transporte Público**, sendo os grupos mais atuantes nesse subtema;

COMITÊS

Os Comitês atuam nos subtemas mais amplos relacionados ao poder público, como **Planejamento Urbano** (67%-4), **Políticas Públicas** (50%), **Transparência Pública** (50%-3) e **Melhorias de Transporte Público** (50%-3);

COOPERATIVAS

25% (2) das Cooperativas atuam em **Redução de Emissões e Poluentes Atmosféricos**, demonstrando uma atuação relacionada à agenda de Mudanças Climáticas;

FÓRUNS

44% (7) dos Fóruns se destacam pela atuação no subtema de **Tarifas de Transporte Público**;

GRUPOS

Os Grupos se destacam nos temas **Pedestres** (35%-7) e **Redução de Emissões** (30%-6);

INSTITUTOS

40% (4) dos Institutos trabalham com **Estrutura Ciclovária e Planejamento Urbano**;

MOVIMENTOS

56% (31) dos Movimentos atuam em **Planejamento Urbano** e 53% (29) em **Políticas Públicas de Mobilidade**;

ONGS

Sua atuação contraria a tendência média geral, com menos ênfase em **Políticas públicas de mobilidade** (30%-14) e **Estrutura ciclovária** (17%-8), por exemplo. Seu foco maior está em **Planejamento Urbano** (49%-23);

OSCIPS

26% (5) das OSCIPs atuam em **Planejamento Urbano**;

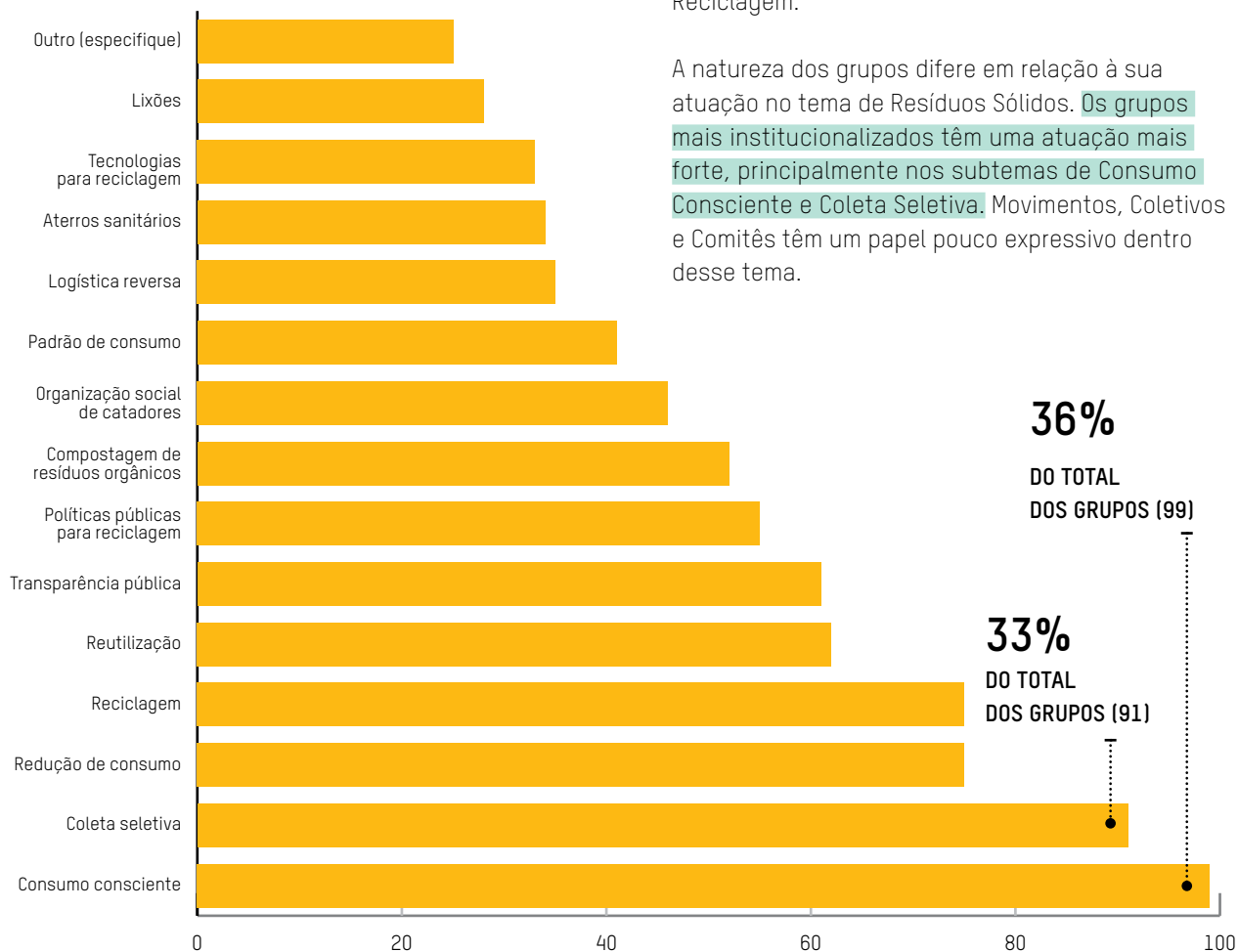
REDES

31% (4) das Redes atuam em **Políticas Públicas de Mobilidade e Estrutura Ciclovária**.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Do total de 124 grupos que atuam no tema de Resíduos Sólidos, em média cada grupo atua em 4,6 subtemas. Há uma preponderância da atuação dos grupos nos subtemas com foco mais educativo, sendo que 99 grupos atuam com Consumo Consciente e 91 com Coleta Seletiva. Por outro lado, os subtemas mais técnicos são menos presentes na agenda dos grupos: apenas 35 (13%) atuam em Logística Reversa e 33 (12%) em Tecnologias para Reciclagem.

A natureza dos grupos difere em relação à sua atuação no tema de Resíduos Sólidos. Os grupos mais institucionalizados têm uma atuação mais forte, principalmente nos subtemas de Consumo Consciente e Coleta Seletiva. Movimentos, Coletivos e Comitês têm um papel pouco expressivo dentro desse tema.



RESÍDUOS

ATUAÇÃO
POR CIDADE

A distribuição do campo de atuação por subtemas relacionados ao tema de Resíduos Sólidos em cada cidade é bastante diversa.

71% (15) dos grupos em **Manaus** atuam com Coleta Seletiva e com menor intensidade nas questões de Reciclagem (48%-10), Compostagem (33%-7) e Consumo Consciente (29%-6).

Os grupos nas cidades de **Belém** (50%-9) e **São Luís** (48%-8) se destacam pela atuação no subtema de Transparência Pública.

Belém apresenta a maior porcentagem de grupos atuando com Lixões e Aterros Sanitários, com 28% (9) dos grupos em cada subtema.

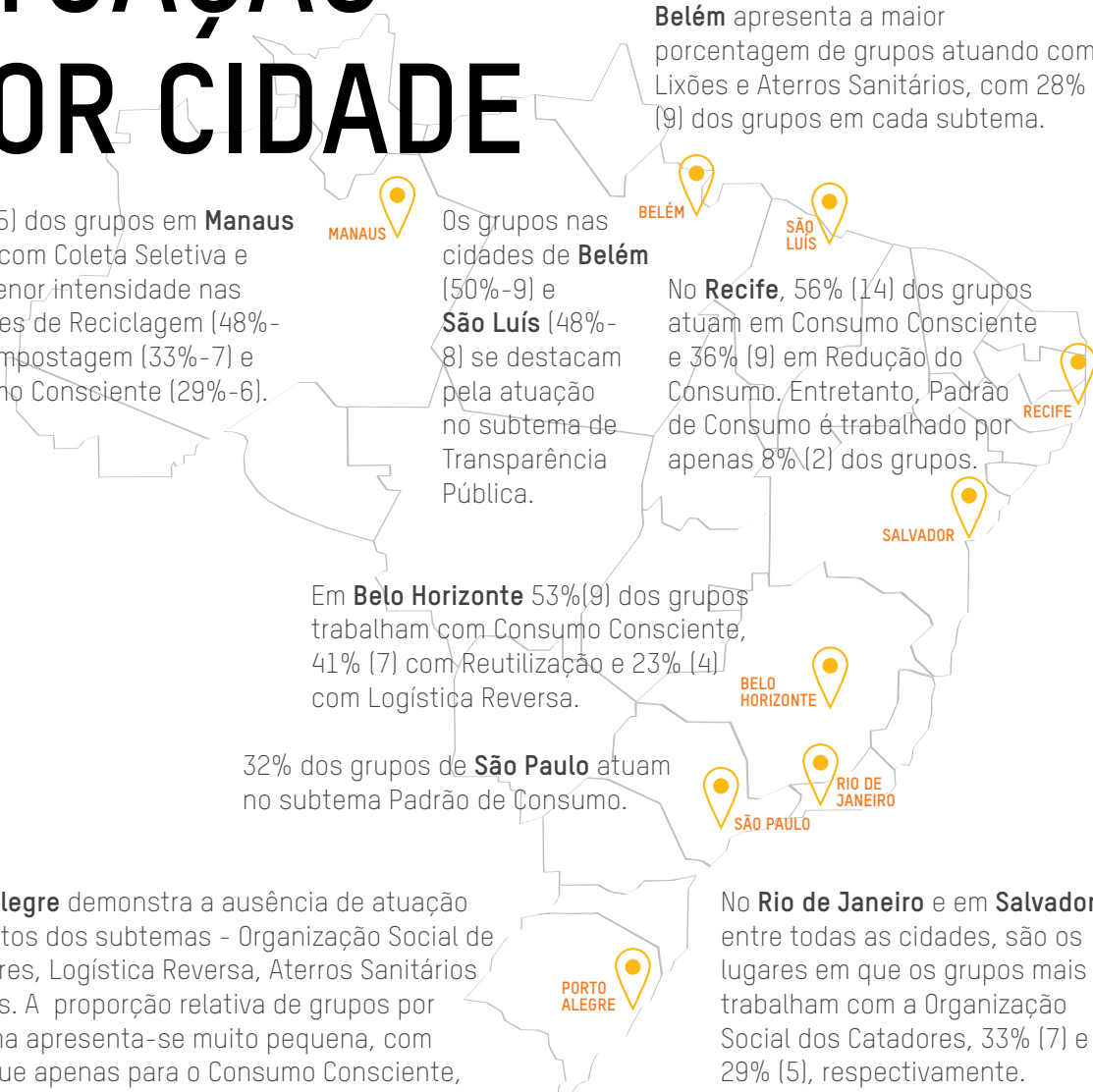
No **Recife**, 56% (14) dos grupos atuam em Consumo Consciente e 36% (9) em Redução do Consumo. Entretanto, Padrão de Consumo é trabalhado por apenas 8% (2) dos grupos.

Em **Belo Horizonte** 53% (9) dos grupos trabalham com Consumo Consciente, 41% (7) com Reutilização e 23% (4) com Logística Reversa.

32% dos grupos de **São Paulo** atuam no subtema Padrão de Consumo.

Porto Alegre demonstra a ausência de atuação em muitos dos subtemas - Organização Social de Catadores, Logística Reversa, Aterros Sanitários e Lixões. A proporção relativa de grupos por subtema apresenta-se muito pequena, com destaque apenas para o Consumo Consciente, com 42% (8) dos grupos.

No **Rio de Janeiro** e em **Salvador**, entre todas as cidades, são os lugares em que os grupos mais trabalham com a Organização Social dos Catadores, 33% (7) e 29% (5), respectivamente.



RESÍDUOS

ATUAÇÃO POR NATUREZA

ASSOCIAÇÕES

41% (19) das Associações atua com **Reciclagem**, 35% (16) com **Consumo Consciente** e 35% (16) com **Coleta Seletiva**;

COLETIVOS

A atuação dos Coletivos é menos presente no tema de Resíduos e se dá principalmente no subtema de **Consumo Consciente** (39%-14);

COMITÊS

Os Comitês não atuam com a temática de Resíduos;

COOPERATIVAS

As Cooperativas são os atores centrais dentro deste tema, atuando principalmente em **Reciclagem** (100%-8), **Coleta Seletiva** (87%-7), **Reutilização** (75%-6), **Políticas Públicas para Reciclagem** (62%-5) e **Organização social de catadores** (50%-4);

FÓRUNS

37% (6) dos Fóruns atuam em **Coleta Seletiva**, 31% (5) em **Consumo Consciente** e **Transparência Pública**;

GRUPOS

Têm baixa atuação no tema de Resíduos;

MOVIMENTOS

38% (21) dos Movimentos trabalham com **Transparência Pública**, embora sua atuação de maneira geral não seja muito expressiva no tema;

INSTITUTOS

50% (5) dos Institutos atuam em **Coleta Seletiva**, ficando atrás apenas das Cooperativas. Também tem uma atuação de 30% (3) dos Institutos nos subtemas de **Consumo Consciente**, **Reutilização** e **Políticas Públicas para Reciclagem**;

ONGS

Trabalham principalmente com a agenda de consumo, sendo 49% (23) em **Consumo Consciente** e 38% (18) em **Redução de Consumo**;

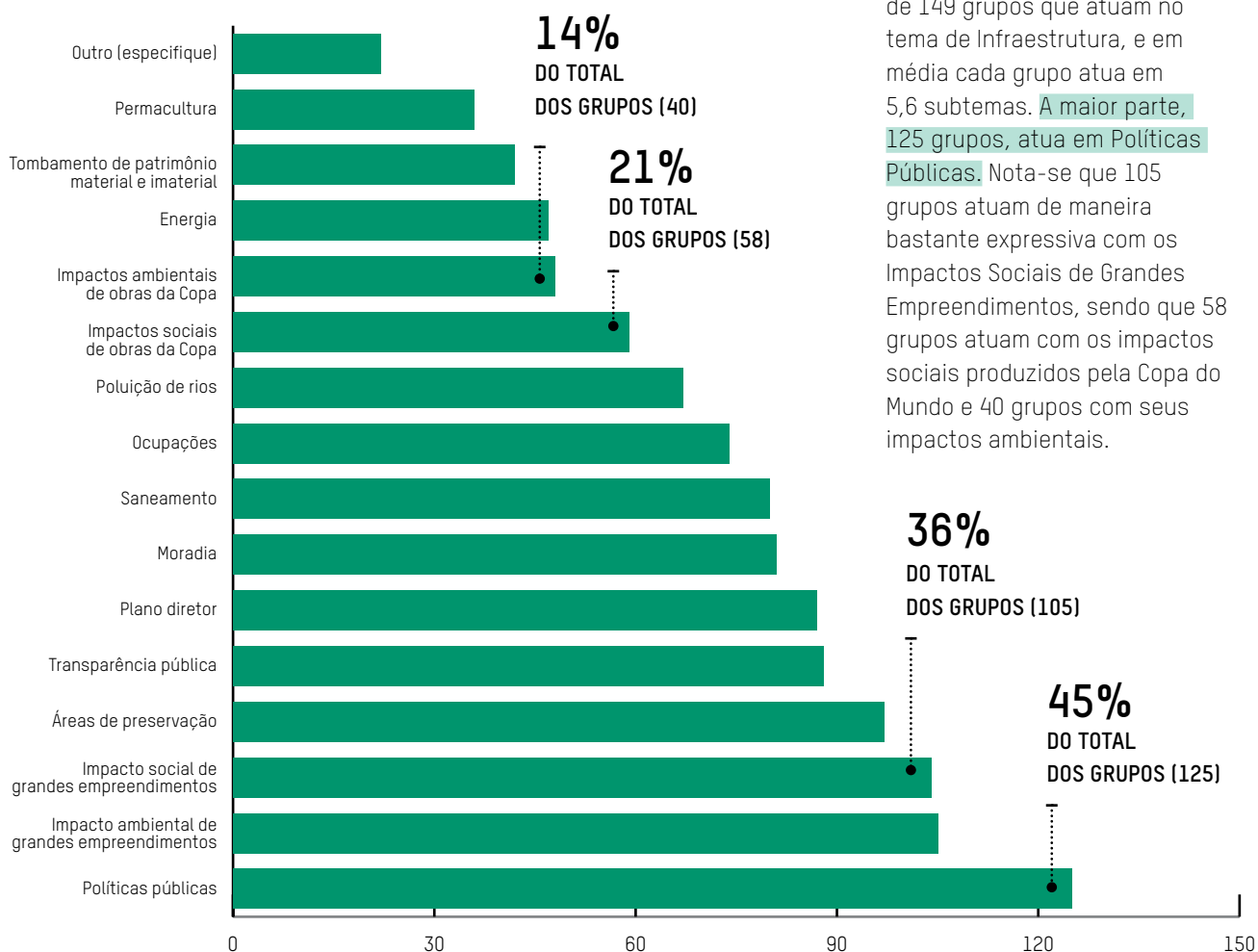
OSCIPS

Também têm uma atuação forte na agenda de consumo, 63% (12) em **Consumo Consciente**, e 52% (10) em **Redução de Consumo**. As OSCIPs também atuam em **Reutilização** (42%-8), **Organização Social de Catadores** (37%-7) e **Logística Reversa** (31%-6);

REDES

Atuam no subtema de **Consumo Consciente** (46%-6) e **Coleta Seletiva** (46%).

INFRAESTRUTURA E SEUS SUBTEMAS



INFRAESTRUTURA

ATUAÇÃO

POR CIDADE

A distribuição do campo de atuação por subtemas relacionados ao tema de Infraestrutura em cada cidade é bastante diversa.

Nota-se a relevância das questões relativas aos impactos dos grandes empreendimentos na atuação dos grupos em **Recife, Belém, Porto Alegre e São Luís**.

Em **Brasília**, os grupos têm uma atuação menos presente nos subtemas Moradia (10%-2), Saneamento (10%-2) e Poluição de Rios (10%-2).

Em **São Paulo**, há uma atuação pouco expressiva dos grupos nos Impactos Sociais de Grandes Empreendimentos (14%-4) e em Transparência Pública (11%-3).

47% (9) dos grupos de **Porto Alegre** atuam em Ocupações, 53% (10) em Moradia e Áreas de Preservação.

Recife é a cidade onde 64% (16) dos grupos atuam nos Impactos Sociais de Grandes Empreendimentos, assim como 48% nas questões de Moradia.

O impacto social das obras da Copa é o tema mais presente na atuação dos grupos em **Fortaleza** (36%-9), **Recife** (32%-8) e **Porto Alegre** (37%-7).

Belo Horizonte é onde há o maior percentual de grupos atuando em Permacultura (29%-5), seguido de Salvador (29%-5) e São Paulo (25%-7).

Os grupos atuantes nas questões de Energia são principalmente de âmbito **Nacional** (33%-8). Os grupos de **Curitiba** aparecem em segundo lugar (28%-7).

INFRAESTRUTURA

ATUAÇÃO POR NATUREZA

A natureza dos grupos difere em relação aos subtemas em que atuam:

COOPERATIVAS

Têm uma atuação menor e bem pulverizada no tema de Infraestrutura;

COMITÊS

83% (5) atuam com o **Impacto Social de Obras da Copa**, e 67% (4) em **Impacto de Grandes Obras, Moradia e Ocupações**;

COLETIVOS

44% (16) atuam em **Políticas Públicas** e 42% (15) em **Áreas de Preservação**, sendo pouco atuantes em questões como **Plano Diretor** (17%-6) e **Energia** (14%-5);

INSTITUTOS

O foco principal está nas **Políticas Públicas** (60%-6), mas 40% (4) também atuam em **Áreas de Preservação** e **Impacto Ambiental de Grandes Obras**;

ONGS

Embora atuem em diferentes subtemas de infraestrutura, não têm uma atuação mais central em nenhum deles. Sua atuação é mais presente em **Políticas Públicas** (60%-28), **Impacto Ambiental de Grandes Obras** (47%-22) e **Impacto Social de Grandes Obras** (45%-21);

REDES

Têm uma atuação bem distribuída entre os diferentes subtemas: 54% (7) atuam em **Políticas Públicas** e 46% (6) no **Impacto Ambiental de Grandes Empreendimentos**;

OSCIPS

37% (7) atuam com **Impacto Social de Grandes Empreendimentos**;

FÓRUNS

São atores centrais, com atuação de destaque em diferentes subtemas, como **Políticas Públicas** (69%-11), **Plano Diretor** (62%-10);

ASSOCIAÇÕES

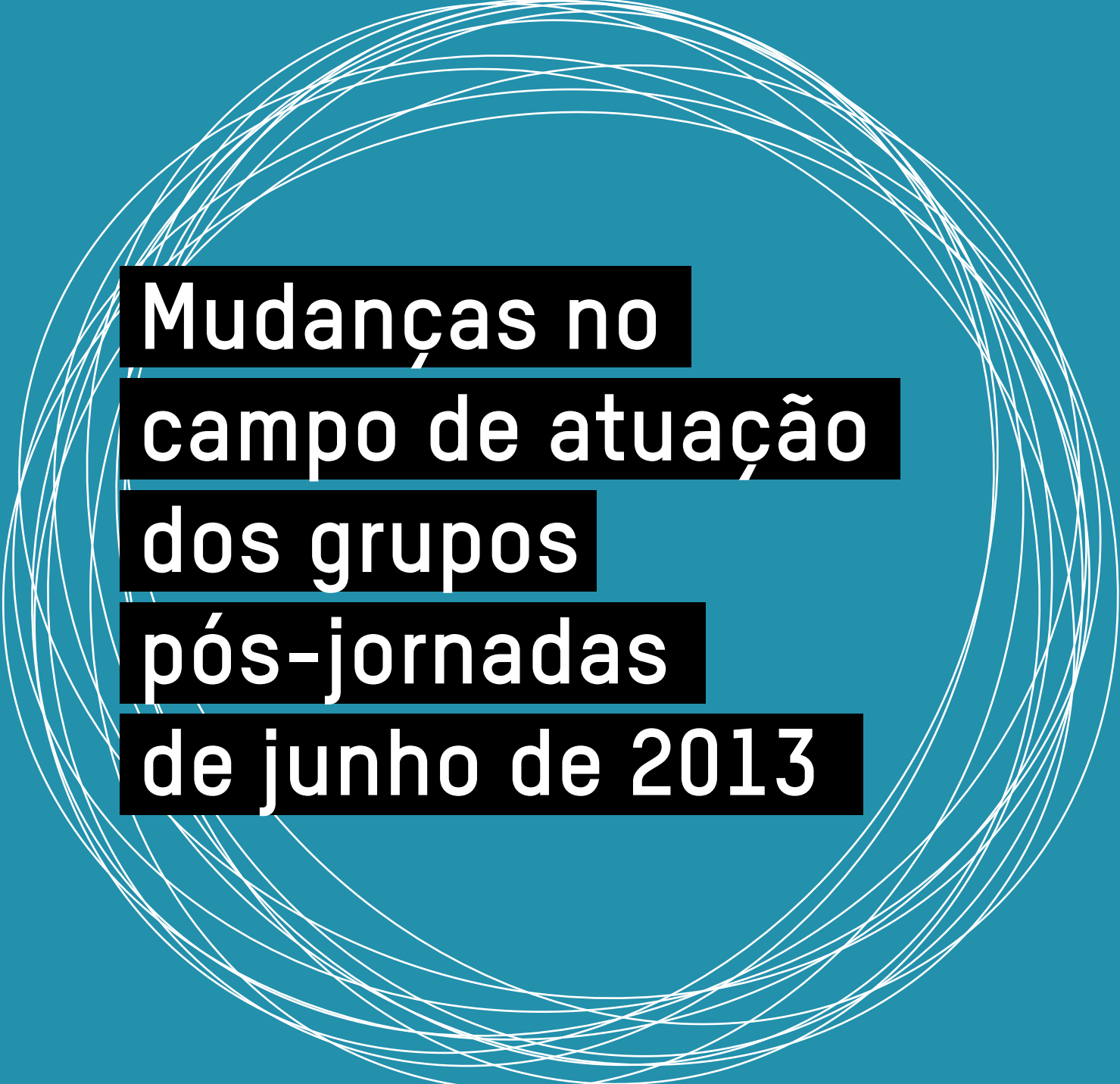
33% (15) atuam em **Saneamento**;

GRUPOS

25% (5) atuam em **Áreas de Preservação e Transparência Pública**;

MOVIMENTOS

Se destacam por uma atuação mais voltada para **Saneamento** (35%-19) e **Ocupações** (38%-21).

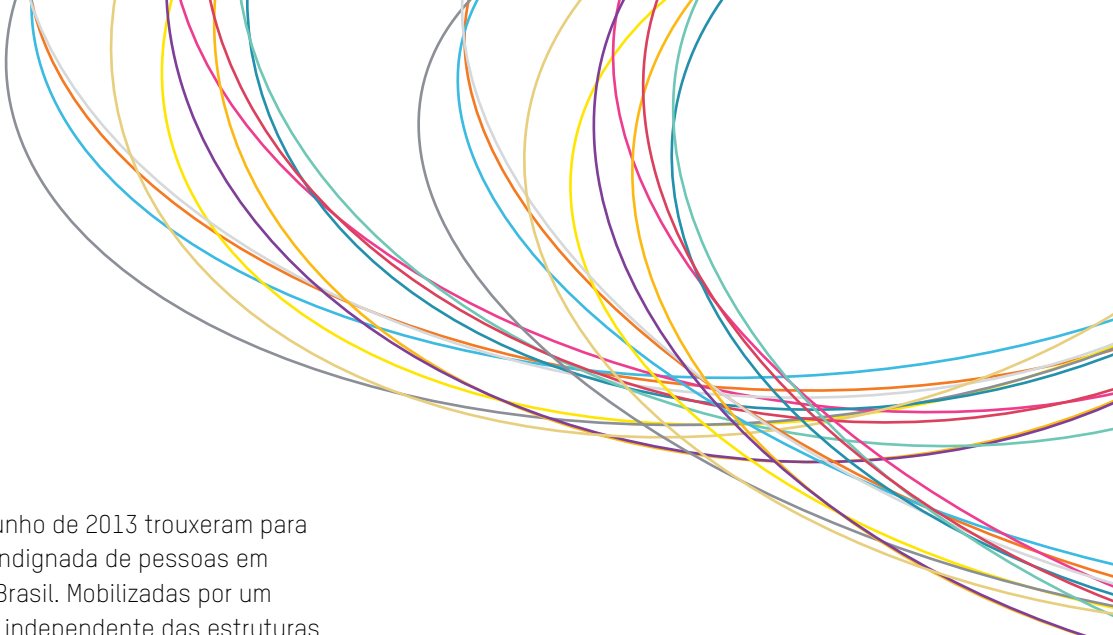


**Mudanças no
campo de atuação
dos grupos
pós-jornadas
de junho de 2013**

Se você vai a um protesto e depois vai para casa, já fez algo. Mas aqueles que estão no poder podem sobreviver a isso.

O que eles não suportam é pressão constante e crescente, organizações que não cessam, pessoas que seguem aprendendo com o que fizeram e fazendo melhor nas próximas vezes.

Noam Chomsky, "What Uncle Sam Really Wants", 1993



As manifestações de junho de 2013 trouxeram para as ruas uma multidão indignada de pessoas em diferentes cidades do Brasil. Mobilizadas por um padrão de organização independente das estruturas políticas dos partidos, sindicatos, organizações não-governamentais e movimentos sociais tradicionais, centenas de milhares de pessoas desencadearam a maior mobilização no País desde o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, com a diferença significativa de ter sido marcada por uma diversidade acentuada de pautas.

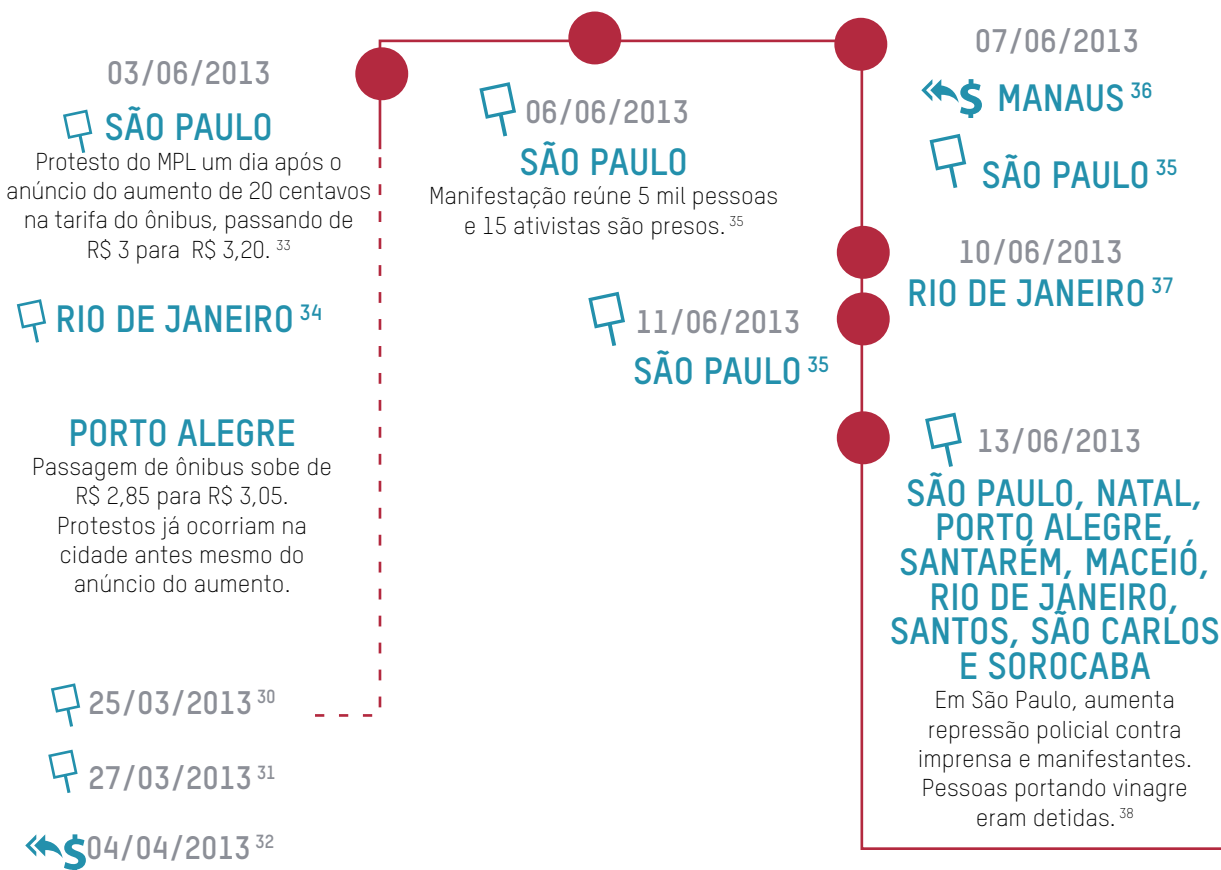
Os primeiros protestos de junho de 2013 foram organizados pelo Movimento Passe Livre para contestar e barrar o aumento nas tarifas de transporte público na cidade de São Paulo, como parte de sua trajetória política de atuação autônoma e apartidária em defesa da tarifa zero. Após a forte repressão policial contra manifestantes e o tratamento midiático mostrando a violência indiscriminada da polícia, centenas de milhares de pessoas tomaram as ruas, ampliando significativamente a diversidade de demandas dos protestos: contra a violência policial, contra os gastos públicos excessivos com as obras dos megaeventos esportivos, a má qualidade dos serviços públicos na saúde e educação, a corrupção na política.

O contágio inesperado dos múltiplos protestos reinseriu questões centrais no debate político do País, como a importância dos atos de ocupação do espaço público denunciando a fragmentação, privatização e precarização da vida nas cidades, a emergência de um novo sujeito político facilitada pela autoconvocação mediada pelas novas tecnologias ampliando a noção de esfera pública, a necessidade da democratização da mídia para conter as consequências perversas da sua parcialidade conveniente, os efeitos deletérios de um modelo econômico baseado na acumulação, no consumo e na desigualdade, e a generalização da desconfiança com as instituições políticas tradicionais. Contudo, o que as manifestações de junho deixaram efetivamente como legado ainda é um trabalho que permanece em contínua elaboração.

Os grupos que participaram da pesquisa responderam algumas perguntas gerais relacionadas a eventuais mudanças na sua forma de atuação após as manifestações de junho de 2013, e se os atos ajudaram ou atrapalharam o avanço das suas pautas nas diferentes cidades do País.

CRONOLOGIA DAS JORNADAS DE JUNHO

LEGENDA



20/06/2013

19/06/2013
SP E RJ ⁴³

18/06/2013
RECIFE ⁴²

BELO HORIZONTE, BELÉM,
CURITIBA, RIO DE JANEIRO,
FORTALEZA, BRASÍLIA,
PORTO ALEGRE, RECIFE,
SALVADOR, VITÓRIA, MACEIÓ,
SÃO PAULO, VIÇOSA, JUIZ DE
FORA, POÇOS DE CALDAS, Foz
DO IGUAÇU, LONDRINA, PONTA
GROSSA, ARARAQUARA, BAURU,
GUARUJÁ, ITAPETININGA,
SANTOS, VOTUPORANGA

A partir desse dia, as manifestações
se espalham pelo País agregando um
número muito maior de manifestantes. ⁴¹

17/06/2013

16/06/2013
RIO DE JANEIRO ⁴⁰

15/06/2013
BRASÍLIA ³⁸ E
BELO HORIZONTE ³⁹

20/06/2013
BH E CURITIBA ⁴⁴

Protestos ocorrem em 69 cidades e
levam às ruas aproximadamente 1,5
milhão de pessoas. ⁴¹

26/06/2013
MANAUS ⁴⁵

29/06/2013
BELO HORIZONTE ⁴⁶

Cerca de 200 manifestantes
ocuparam a Câmara dos Vereadores
de BH por 9 dias para protestar
contra a baixa diminuição no preço
das passagens.

01/07/2013
BELÉM ⁴⁷

02/07/2013
FORTALEZA ⁴⁸

05/07/2013
BELO HORIZONTE ⁴⁹

Prefeito anuncia redução de
RS 0,15 na tarifa, por conta da
desoneração do Pls/Confins da
tarifa, proposta pelo Governo
Federal, e da isenção de taxa
de administração paga para a
BHTrans.

Tarifas dos ônibus no Distrito
Federal não sofreram aumento
em 2013 e permanecerão as
mesmas até o final de 2014,
segundo o governador. Em 2014,
os preços das passagens de
ônibus municipais subirão em
Belém, Belo Horizonte, Porto
Alegre, Rio de Janeiro, São Luís.
Os aumentos variam de RS 0,10
a RS 0,35. Em janeiro e 2015,
a tarifa dos ônibus da capital
paulista sobre RS 0,50. ⁵⁵

15/10/2013
CURITIBA ⁵⁴

15/08/2013
SÃO
PAULO ⁵³

09/08/2013
RECIFE ⁵² E
RIO DE JANEIRO

22/07/2013
SALVADOR ⁵¹

10/07/2013
PORTO
ALEGRE ⁵⁰

PROTESTOS E MANIFESTAÇÕES PELO MUNDO

As jornadas de junho de 2013 inseriram o Brasil no mapa das grandes mobilizações que aconteceram recentemente ao redor do mundo.

Segundo a pesquisa Protestos e Manifestações pelo Mundo realizado pela Initiative for Policy Dialogue and Friedrich-Ebert-Stiftung New York, que analisou 843 manifestações em 84 países, houve um crescimento contínuo no número de manifestações/ano após o ano de 2006 até a metade de 2013, assim como um aumento expressivo no número de manifestantes. Estimativas sugerem que, nesse período, 37 eventos contaram com um milhão ou mais de manifestantes; alguns podendo ser considerados os maiores protestos da história.

PRIMAVERA ÁRABE

DEZEMBRO DE 2010

REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA NO MUNDO ÁRABE

Em dezembro de 2010, o jovem tunisiano e vendedor de rua, Mohamed Bouazizi, ateou fogo ao próprio corpo como forma de manifestação contra o confisco de suas mercadorias, fruto do assédio e humilhação por uma ação corrupta da polícia que tinha o apoio de funcionários públicos. Esse foi o estopim da Revolução de Jasmim, que desencadeou uma série de protestos que varreu o mundo árabe, obrigando o presidente da Tunísia, Ben Ali, que estava no poder desde novembro de 1987, a se refugiar na Arábia Saudita. Na sequência, após 18 dias ininterruptos de protestos massivos no Egito, o presidente Hosni Mubarak renunciou em 11 de fevereiro de 2011, colocando fim a um mandato de mais de 30 anos no poder. Seguindo o efeito dominó na região, vários outros líderes anunciaram sua intenção de renunciar: o presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh; presidente do Sudão, Omar al-Bashir; o premiê iraquiano, Nouri al-Maliki.

ÍNDIA

ABRIL DE 2011

REVOLTA CONTRA CORRUPÇÃO

A forte suspeita de desvio de dinheiro durante os Jogos da Commonwealth (grupo de 55 países que tem laços históricos com a Inglaterra), que custou o equivalente a R\$ 11 bilhões, 37 vezes o orçamento inicial previsto, desencadeou uma onda de indignação na crescente classe média indiana que passou a constituir um movimento amplo de combate à corrupção no País. Os protestos se espalharam pela Índia e ganharam muitas adesões depois da prisão de mil manifestantes e de Anna Hazare, que havia iniciado uma greve de fome em um parque de Nova Delhi, para protestar contra a lei anticorrupção que estava sendo discutida no parlamento livrando o primeiro-ministro e juizes de possíveis investigações.

ESPAÑA: INDIGNADOS

15 DE MAIO DE 2011

ACAMPADAS NA PRAÇA PUERTA DEL SOL POR UMA DEMOCRACIA REAL JÁ EM MADRI

Movimento de jovens cidadãos, convocados por diferentes coletivos, para acampar na praça Puerta del Sol com o objetivo de denunciar o status da democracia espanhola refém do bipartidarismo PSOE-PP e do domínio dos bancos e corporações em um contexto de crise econômica profunda e altas taxas de desemprego de jovens na Espanha.

CC SA BY Green Halo



EUA: OCCUPY WALL STREET

17 DE SETEMBRO 2011

OCUPAÇÃO CONTRA A INFLUÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO E DAS CORPORAÇÕES NO GOVERNO

Movimento de ocupação do Zuccoti Park, no distrito financeiro de Nova York, surgiu logo após o chamado da revista canadense anti-consumo Adbusters para um protesto contra influência das corporações nas decisões de governo, responsáveis pela crescente desigualdade e pela concentração de riquezas nas mãos de uma minoria. Os protestos tiveram como mote o abismo dos 1% mais ricos em relação aos outros 99% da população dos EUA.

MÉXICO: #YOSOY132

MAIO DE 2012

**RECHAÇO AO APOIO POLÍTICO
E MUDIÁTICO DE MEIOS DE
COMUNICAÇÃO DE MASSA AO
CANDIDATO PRESIDENCIAL ENRIQUE
PEÑA NIETO**

Movimento de estudantes universitários do México criado a partir de um vídeo disponibilizado na Internet, no qual 131 estudantes contestavam as declarações de políticos nos meios de comunicação de massa que buscavam diminuir a importância de um protesto estudantil contra Enrique Peña Nieto ocorrido no dia 11 de maio de 2012, na Universidade Iberoamericana da Cidade do México. Após o vídeo, uma série de protestos foram desencadeados contra o candidato presidencial do PRI e em defesa da democratização dos meios de comunicação. E foram se unindo como parte de um mesmo movimento, #YoSoy132.

CC SA BY Flesh Storm



TURQUIA: #DIRENGEZI

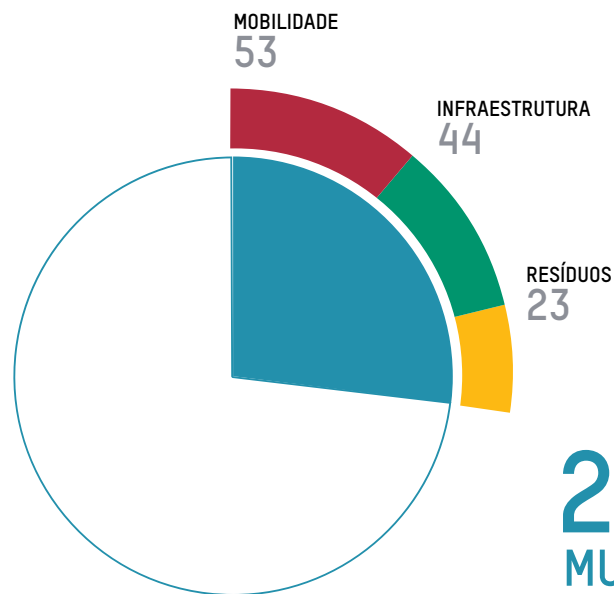
MAIO DE 2013

DEFESA DO PARQUE GEZI EM ISTAMBUL

Movimento iniciado pelo questionamento de ambientalistas sobre o projeto urbano de demolição do parque Gezi para dar lugar à reconstrução do Quartel Militar Taksim e à construção de um shopping center. O uso da violência policial contra os ambientalistas que decidiram acampar no parque como forma de protesto acabou provocando uma mobilização massiva em todo o País de apoio aos manifestantes e contra o autoritarismo do governo do primeiro ministro turco Recep Tayyip Erdogan.

PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS NA FORMA DE ATUAÇÃO APÓS AS MANIFESTAÇÕES

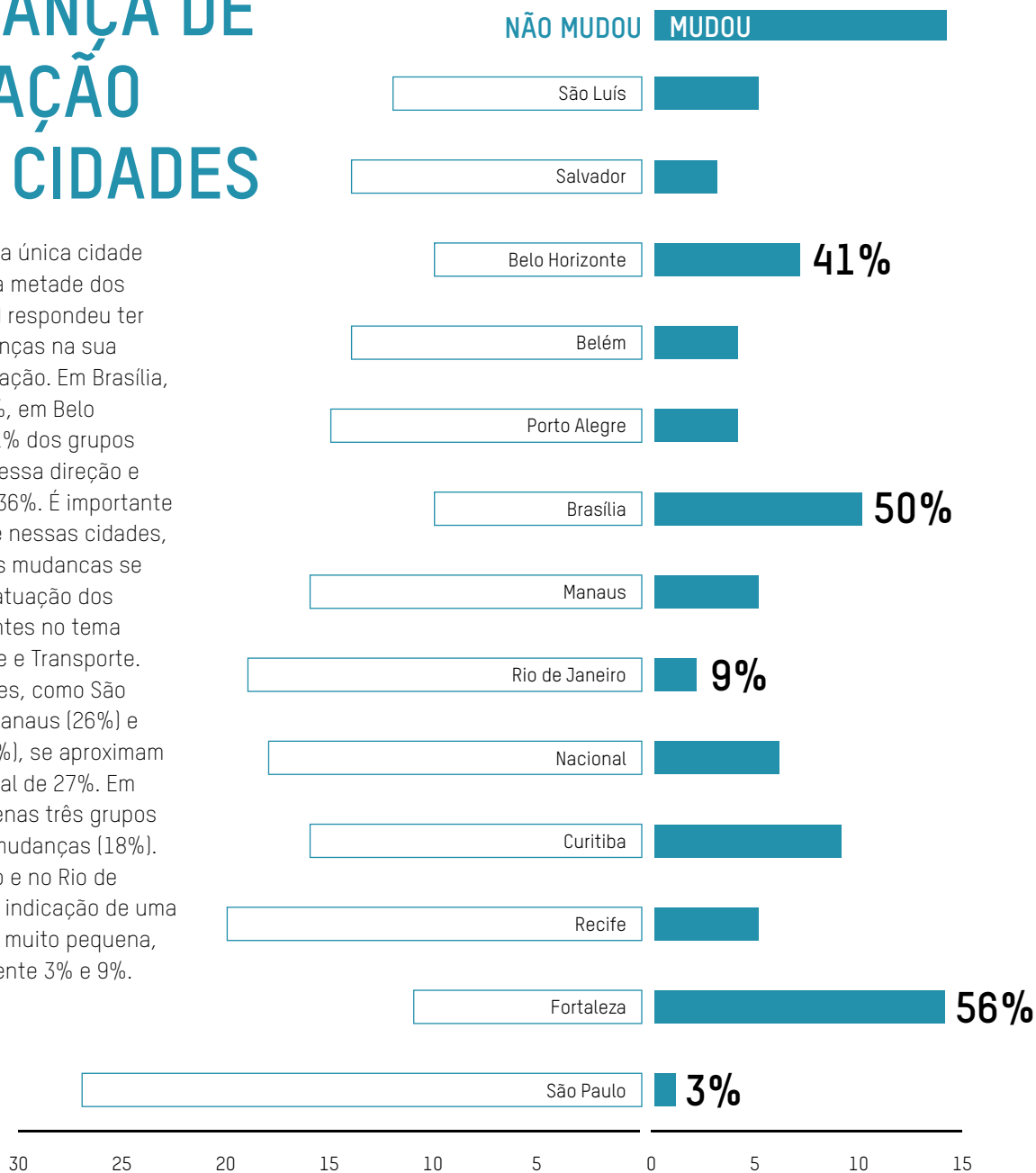
Segundo os 277 grupos participantes da pesquisa, apenas 75 (27%) disseram ter mudado sua forma de atuação após Junho/2013, ou seja, de maneira geral há uma percepção de que o cenário pouco influenciou e interferiu em suas práticas e seu trabalho. Dos grupos que sinalizaram mudanças, 53 deles atuam na área de Mobilidade e Transporte, 44 na área de Infraestrutura e 23 em Resíduos Sólidos. Alguns dos grupos que responderam atuam em mais de um tema.



27%
MUDARAM
a forma de atuar
após Jun/2013

MUDANÇA DE ATUAÇÃO POR CIDADES

Fortaleza foi a única cidade onde mais da metade dos grupos (56%) respondeu ter havido mudanças na sua forma de atuação. Em Brasília, cerca de 50%, em Belo Horizonte, 41% dos grupos apontaram nessa direção e em Curitiba, 36%. É importante destacar que nessas cidades, exceto BH, as mudanças se baseiam na atuação dos grupos atuantes no tema de Mobilidade e Transporte. Outras cidades, como São Luís (29%), Manaus (26%) e Nacional (25%), se aproximam da média geral de 27%. Em Salvador, apenas três grupos sinalizaram mudanças (18%). Em São Paulo e no Rio de Janeiro, há a indicação de uma interferência muito pequena, respectivamente 3% e 9%.

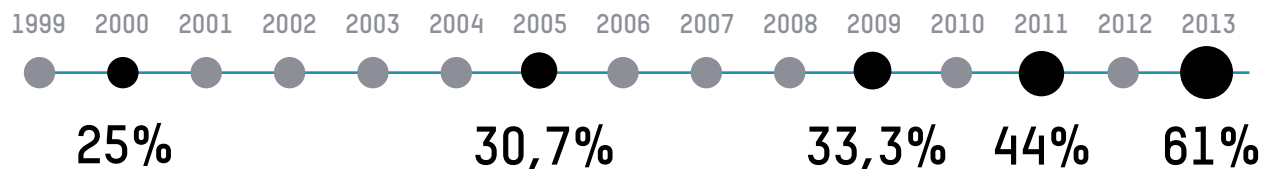


Dos grupos que apontaram mudanças, a maioria (49 grupos) não possui CNPJ, portanto são menos dependentes de uma estrutura administrativa e burocrática e mais abertos para responder às rápidas alterações de cenário. Proporcionalmente, os grupos que mais mudaram sua forma de atuação foram: 3 Comitês (50%); 14 Coletivos (39%), 21 Movimentos (38%), 7 Grupos (35%) e 5 Fóruns (31%).

Há uma tendência crescente, que indica que os grupos fundados mais recentemente, cuja natureza de organização não é formalizada por um CNPJ, mudaram mais sua forma de atuação do que grupos mais antigos. Dos grupos surgidos em 2000, 25% (2) mudaram sua forma de atuação; o mesmo ocorreu com 31% (4) dos surgidos em 2005, 33% (7) em 2009, 44% (13) em 2011 e 60% (14) em 2013. Curiosamente, dois grupos mais antigos fundados em 1969 e 1974 também afirmaram ter mudado sua atuação após as manifestações de 2013.



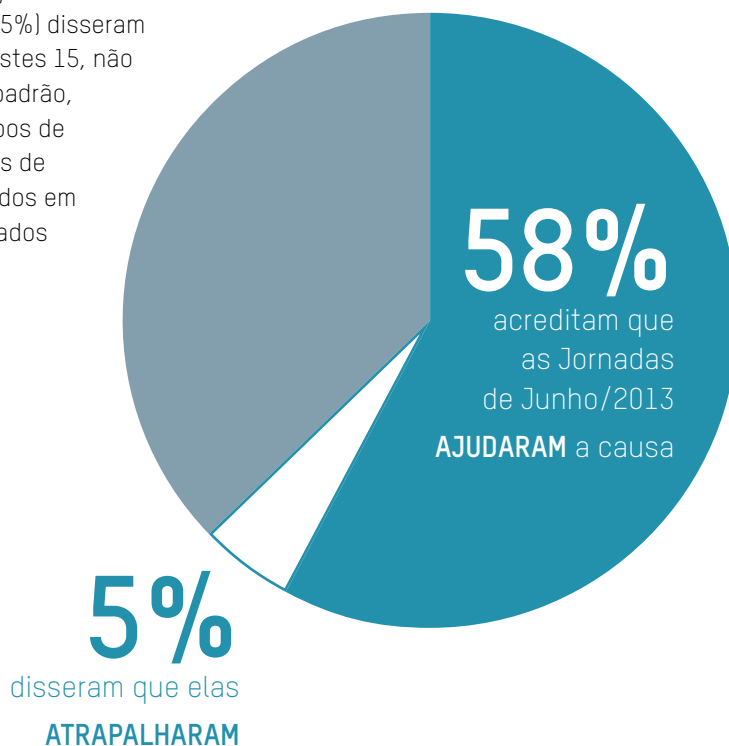
MUDANÇA DE ATUAÇÃO POR ANO DE SURGIMENTO



SE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO AJUDARAM

É interessante notar que, embora a maioria dos grupos não tenha mudado sua forma de atuação, cerca de 162 deles (58%) acreditam que as manifestações de junho ajudaram sua causa.

Curiosamente, 15 grupos (5%) disseram que elas atrapalharam. Destes 15, não há a identificação de um padrão, tendo em vista serem grupos de natureza distintas, campos de atuação diversos, localizados em diferentes cidades e fundados em períodos distintos.



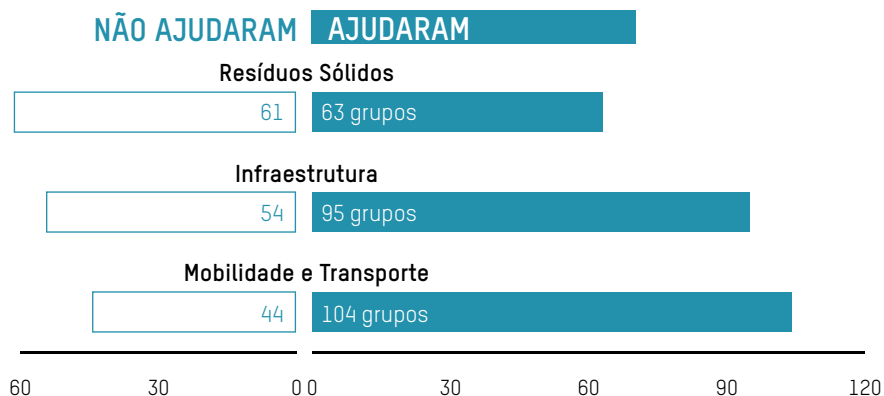
AJUDA EM CADA CIDADE

Fortaleza é a cidade em que a maior proporção de grupos (80% - 20 grupos) afirmaram que as manifestações de junho ajudaram sua causa. Em contraste, São Paulo é a cidade em que grande parte dos grupos (71% - 20) afirmou que as manifestações não ajudaram. Em Belém, 55% (10) dos grupos afirmaram que as manifestações ajudaram.



AJUDA EM RELAÇÃO AOS TEMAS DOS GRUPOS

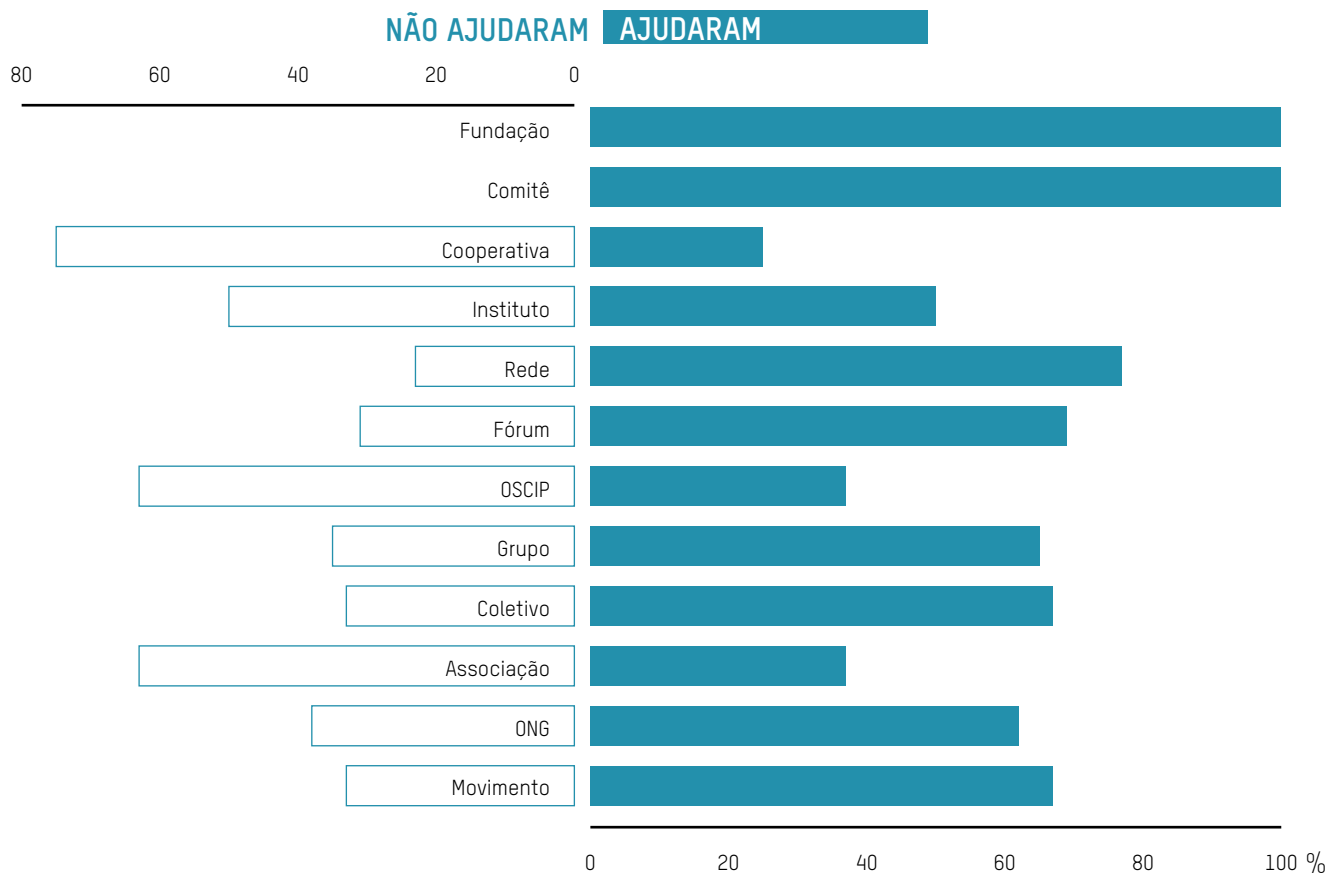
Há uma relação mais clara quanto às áreas de atuação, sendo que a maior parte dos grupos que atuam na área de Mobilidade (70%) responderam que as manifestações ajudaram, 64% na área de Infraestrutura e 51% na área de Resíduos Sólidos.



AJUDA EM RELAÇÃO À NATUREZA DOS GRUPOS

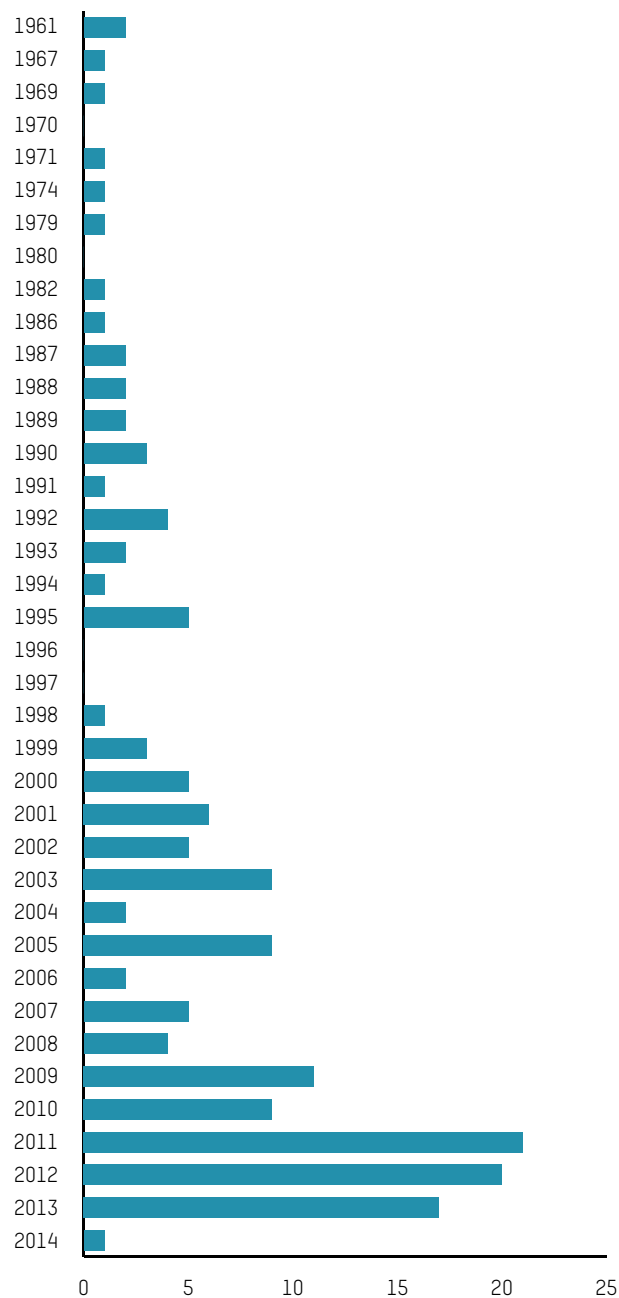
Os grupos que mais acharam que as manifestações ajudaram a sua causa foram os Movimentos (37), as ONGs (29), os Coletivos (24), as Associações (17) e os Grupos (13). Cabe destacar, que as Associações (29), os Movimentos (18) e as ONGs (18), também

foram os grupos que indicaram que as manifestações não ajudaram sua causa. Os grupos mais institucionalizados, como as Associações, as OSCIPs e as Cooperativas, proporcionalmente, foram os grupos que as manifestações acabaram não ajudando. Em contrapartida, os grupos menos institucionalizados como Movimentos e Coletivos, apontaram que as manifestações contribuíram nas suas áreas de atuação. Todos os Comitês (6) e a Fundação afirmaram que as manifestações ajudaram a sua causa.



AJUDA EM RELAÇÃO AO ANO DE FUNDAÇÃO

Essa percepção de que as manifestações ajudaram aparece de forma mais acentuada nos grupos fundados mais recentemente. Há uma tendência crescente dessa percepção em relação aos grupos fundados a partir de 2000 com uma pequena variação em 2009. Dos grupos fundados em 2000, 62% responderam que as manifestações ajudaram; o mesmo ocorreu com 69% dos surgidos em 2005, 52% em 2009, 69% em 2010, 72% em 2011, 74% em 2012 e 74% em 2013.



Nós, modernos, nos acostumamos com a ideia de que podemos modificar o nosso ambiente para atender às nossas necessidades, e temos agido em conformidade com isso por cerca de 300 anos. Agora estamos descobrindo que nossa crença inebriante de que podemos conquistar tudo deparou-se com uma força maior, a própria Terra. A perspectiva de uma mudança climática descontrolada desafia a nossa arrogância tecnológica, a nossa fé iluminista na razão e toda a perspectiva modernista. A Terra em breve poderá demonstrar que, em última análise, não pode ser domada e que o desejo humano de dominar a natureza só tem despertado uma fera adormecida.

Clive Hamilton, “Requiem para a espécie: Por que resistimos à verdade sobre Mudanças Climáticas” (2010) (tradução do original em inglês)



**Percepção dos grupos
acerca da
agenda climática**

Pela primeira vez na história da humanidade, em maio de 2013, estudos científicos registraram a maior concentração de CO₂ na atmosfera – 400 partes por milhão de dióxido de carbono (400 ppm). Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC), acima de 400 ppm de CO₂ a temperatura média do planeta poderá subir entre 2 e 6 graus centígrados até o final deste século – um sinal de alerta feito pelos cientistas sobre os riscos da intensificação dos impactos climáticos extremos: ampliação de grandes períodos de seca e estiagem, aumento na frequência de tempestades e volume de chuvas, deslocamento compulsório de milhões de refugiados ambientais, perda massiva de biodiversidade, aumento do nível do mar e acidificação dos oceanos.

A posição do Brasil sempre foi a de um grande emissor de gases do efeito estufa, principalmente pelas mudanças no uso do solo ligadas ao desmatamento da Amazônia e do Cerrado. No entanto, nos últimos anos, está em curso um processo de alteração dessa tendência. Entre 2005 e 2011, as emissões provocadas pela mudança no uso do solo tiveram uma redução de 62%, enquanto outras fontes de emissões urbanas como energia, que engloba transporte, resíduos e processos industriais, cresceram respectivamente 33%, 14% e 16%. A estimativa de emissões de gases do efeito estufa no Brasil para os próximos anos é de que pela primeira vez as emissões do setor de energia ultrapassem as provocadas pelo desmatamento.

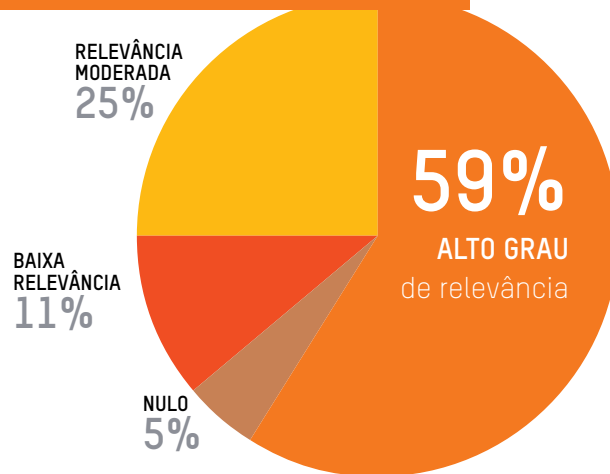
As emissões de gases de efeito estufa no Brasil aumentaram 7,8% em 2013 em relação ao ano anterior e atingiram 1,5 bilhão de toneladas de CO₂. A estimativa de emissão para o ano de 2013 apontou que o setor de energia foi responsável por 30% do total de emissões do País; o setor de transportes contribuiu com 44,8% desse total.

Após os insucessos dos processos de mobilização mundial em torno dos espaços decisórios dos acordos climáticos internacionais, que tiveram seu ápice na fatídica conferência de Copenhague em 2009 (COP 15), ficou ainda mais evidente a importância de se fortalecer a agenda climática por meio de uma ampla articulação orientada também por mudanças estratégicas locais. Este indicativo de mudanças no padrão de emissões no País e o fato de cerca de 75% da população brasileira residir nas cidades apresenta um novo cenário de atuação para os ativistas na agenda de mudanças climáticas no Brasil.

A seguir, vamos apresentar como os grupos que participaram da pesquisa percebem a relevância da agenda climática, se estes grupos relacionam sua atividade com as mudanças climáticas, ou se já desenvolvem algum tipo de atividade na área. De modo geral, percebe-se que boa parte dos grupos da pesquisa, quase 85%, considera o assunto relevante, entre alta relevância (59%) e relevância moderada (25%). Essa percepção do grau de relevância é mais presente nas ONGs e nas organizações de caráter nacional. Embora considerem relevante, e façam a relação do seu trabalho com as mudanças climáticas, a maior parte dos grupos não trabalha diretamente com o assunto por considerá-lo fora da sua área de atuação. No universo da pesquisa foram identificados 91 (33%) grupos que atuam na agenda de mudanças climáticas.

RELEVÂNCIA DA AGENDA CLIMÁTICA

Dos 277 grupos que responderam a pesquisa, 59% (163) deles atribuem um alto grau de relevância ao assunto das mudanças climáticas; 25% (68) atribuem um grau de relevância moderado; 11% (31) deles afirma que as mudanças climáticas têm um grau de relevância baixo e 5% (15) nulo.



RELEVÂNCIA POR NATUREZA

A maior parte das ONGs, 83% (39), consideram a agenda climática altamente relevante. Assim como, cerca de 50% das Associações (23), Coletivos (19), Movimentos (28) e Grupos (10), também atribuem um grau de relevância alto às mudanças climáticas.

CONSIDERAM A AGENDA CLIMÁTICA ALTAMENTE RELEVANTE



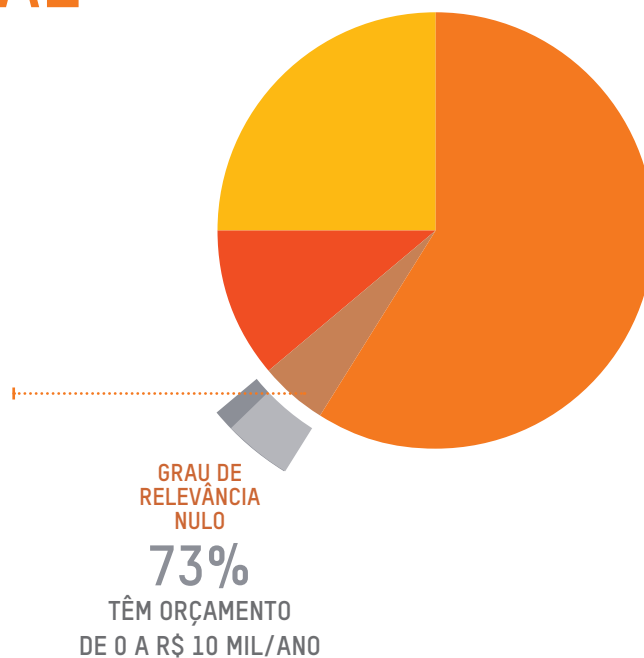
RELEVÂNCIA DA AGENDA CLIMÁTICA DE ACORDO COM O ORÇAMENTO ANUAL

Dos grupos com orçamento anual maior que R\$ 150 mil, 76% (35) responderam que mudanças climáticas tem um grau de relevância alto, enquanto que 29% (25) dos grupos com orçamento até R\$ 50 mil consideraram o grau de relevância moderado. Do total de 15 grupos que consideram o grau de relevância nulo, considerando os que não trabalham com recursos financeiros, 73% (11) encontram-se na faixa de até R\$ 10 mil reais.

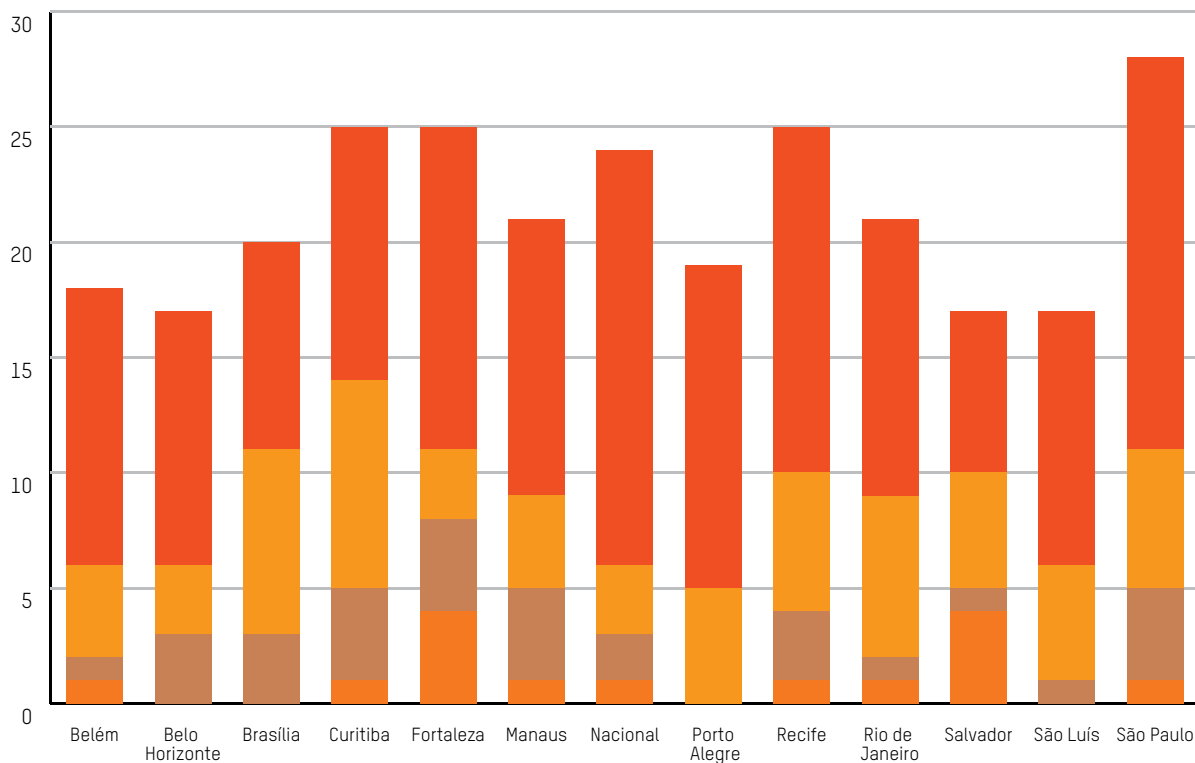
ORÇAMENTO ANUAL
> R\$ 150 MIL



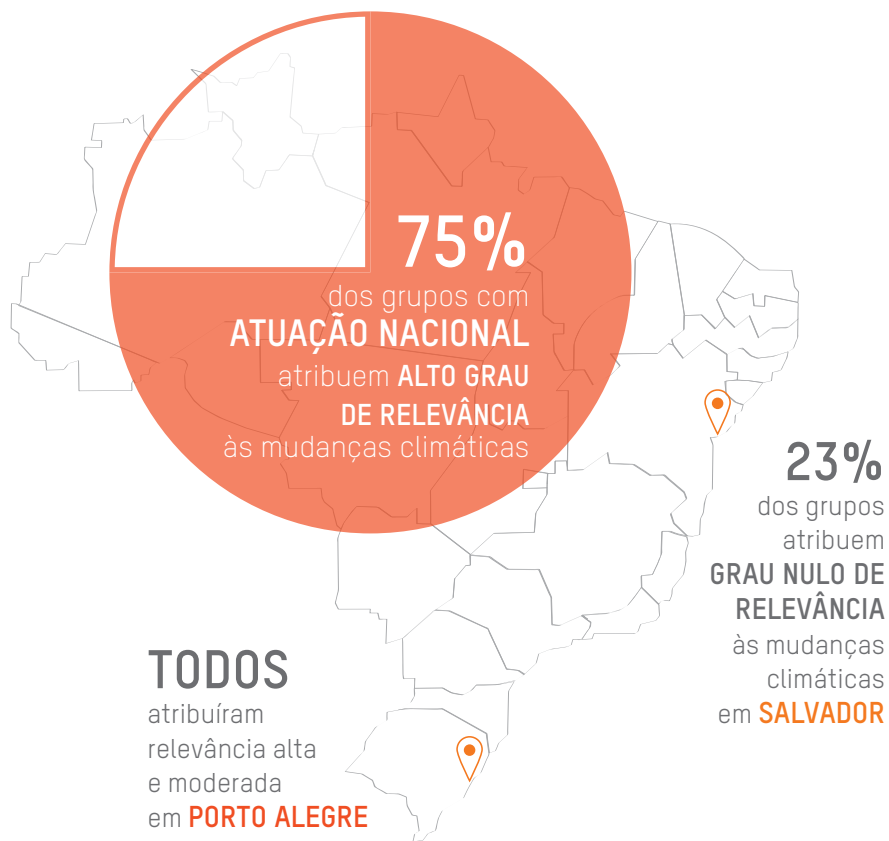
MUDANÇAS
CLIMÁTICAS
TÊM ALTO GRAU
DE RELEVÂNCIA
para
76%



RELEVÂNCIA DA AGENDA CLIMÁTICA NAS CIDADES



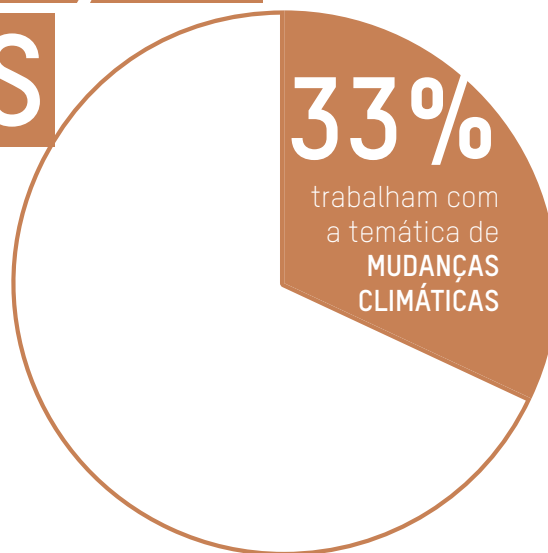
alta	12	11	9	11	14	12	18	14	15	12	7	11	17
média	4	3	8	9	3	3	3	5	6	7	5	5	6
baixa	1	3	3	4	4	3	2	0	3	1	1	1	4
nula	1	0	0	1	4	1	1	0	1	1	4	0	1



Em Porto Alegre, todos os 19 grupos atribuíram graus de relevância alto (14) e moderado (5) às mudanças climáticas. Em Fortaleza, há um contraste entre extremos: apesar de 56% dos grupos (14) de Fortaleza atribuírem alto grau de relevância às mudanças climáticas, outros 32% atribuem graus de relevância baixo (4) e nulo (4). De todas as cidades, Salvador tem o menor

percentual de grupos que atribuem alto grau de relevância às mudanças climáticas (41%, 7 grupos) e o maior índice de grupos que atribuem grau de relevância nulo às mudanças climáticas (23%, 4 grupos). Tanto Fortaleza como Salvador são as duas cidades com mais grupos (4 em cada cidade) que consideram ter grau de relevância nulo a agenda de mudanças climáticas.

PERFIL DOS GRUPOS QUE TRABALHAM COM MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Do total de 277 grupos que participaram da pesquisa, 91 grupos trabalham com a agenda de mudanças climáticas (33%).

RETRATO INSTITUCIONAL

INSTITUCIONALIZAÇÃO

MÉDIA GERAL (53%)

63%

57 TÊM CNPJ

PLANEJAMENTO

MÉDIA GERAL (71%)

85%

77 REALIZAM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

OBJETIVO

MÉDIA GERAL (87%)

91%

83 TÊM OBJETIVOS DEFINIDOS

RECURSOS

TEM INFLUÊNCIA

MÉDIA GERAL (58%)

63%

57 GRUPOS RESPONDERAM QUE O FINANCIAMENTO INFLUENCIA O TRABALHO

PARCIALMENTE

MÉDIA GERAL (44%)

44%

40 RESPONDERAM QUE O VOLUME DE RECURSOS INTERFERE PARCIALMENTE NO TRABALHO

TOTALMENTE | MÉDIA GERAL (23%)

27%

PARA 22 GRUPOS, O VOLUME INTERFERE TOTALMENTE NO TRABALHO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXTREMAMENTE CONTROLADA

MÉDIA GERAL (38%)

42%

38 TÊM A PRESTAÇÃO DE CONTAS EXTREMAMENTE CONTROLADA

MODERADAMENTE

CONTROLADA | MÉDIA GERAL (23%)

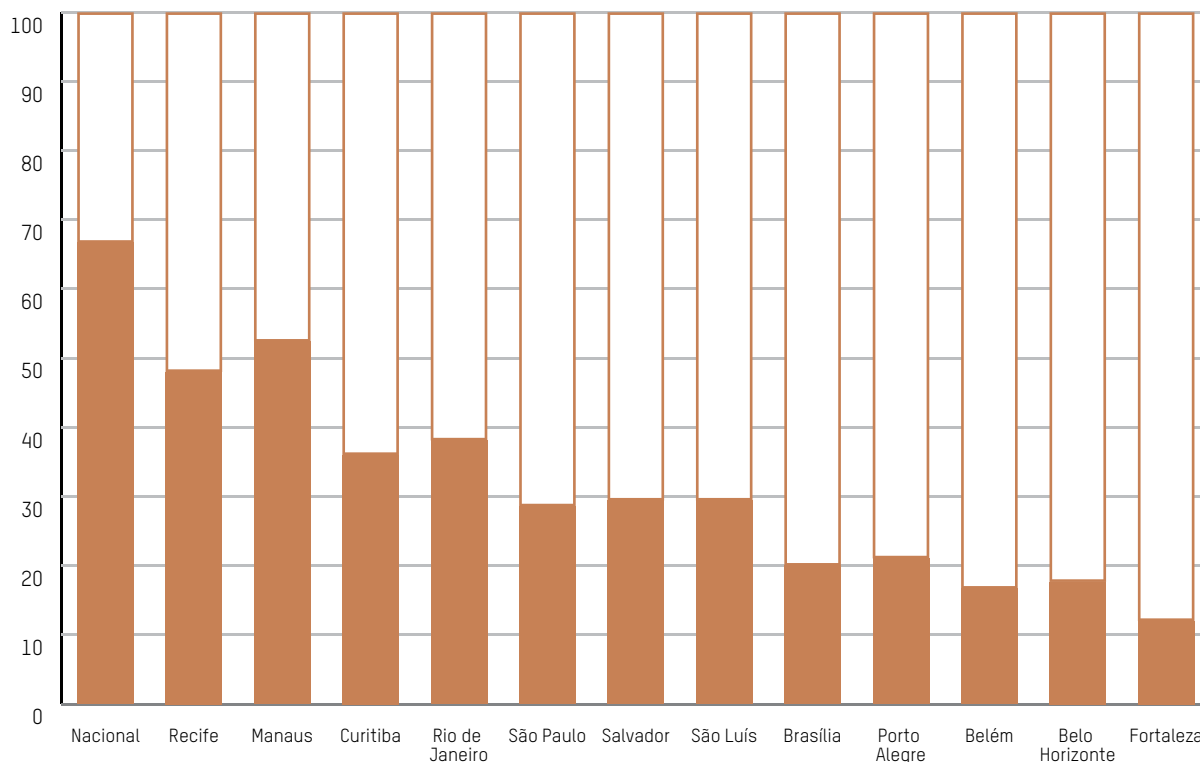
26%

24 TÊM MODERADAMENTE CONTROLADA

ATUAÇÃO COM MUDANÇAS CLIMÁTICAS POR CIDADE

Nesse universo, 16 grupos de atuação Nacional trabalham com mudanças climáticas (66%); 11 grupos de Manaus (52%) e 12 grupos de Recife (48%). As menores porcentagens foram encontradas em Fortaleza, Belo Horizonte e Belém, apenas 12% (3), 18% (3) e 17% (3) dos grupos, respectivamente. O caso de Belo Horizonte mostra como não há uma

correspondência direta entre as políticas públicas e a pauta da sociedade civil. BH possui a política municipal de mudanças climáticas, mas os grupos participantes da pesquisa não atuam nessa agenda. A cidade difere de Manaus e Recife, em que além da existência da política municipal, há um conjunto de grupos atuantes no tema de mudanças climáticas.



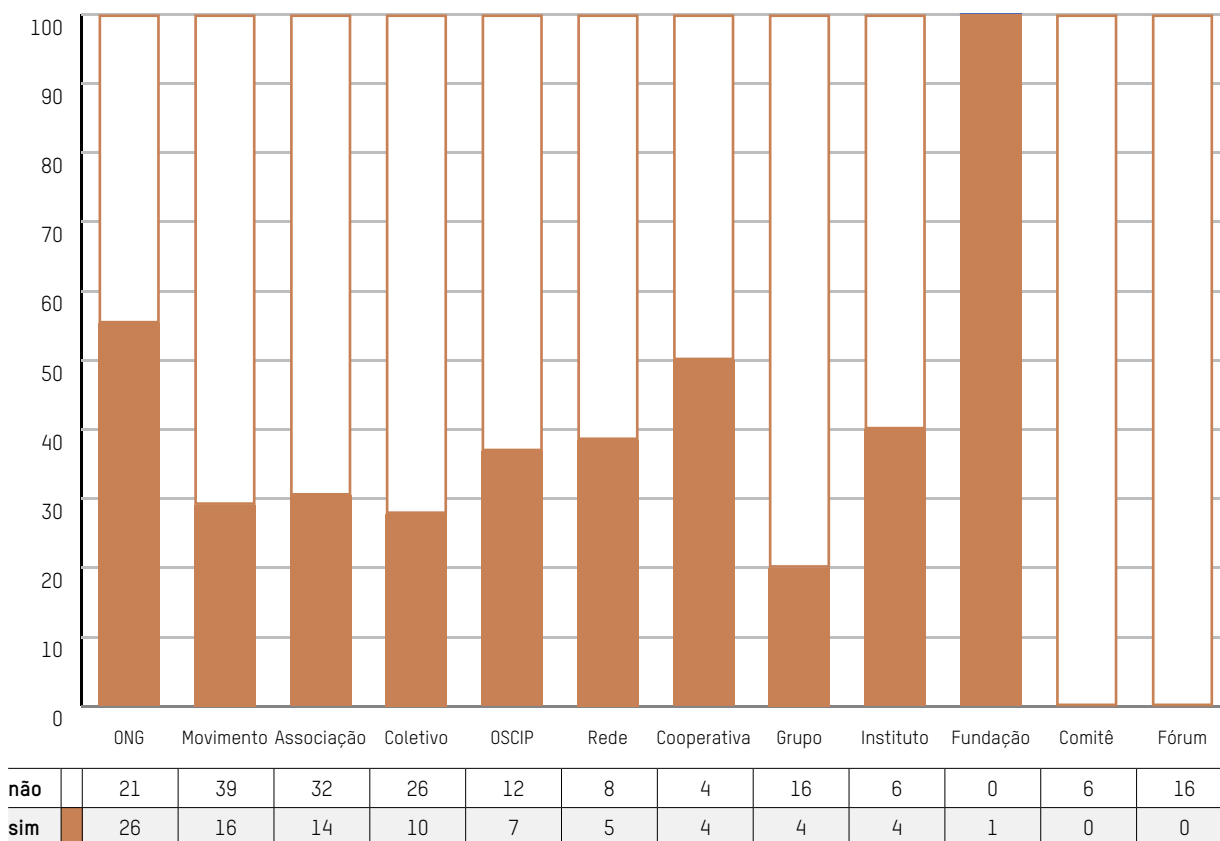
não atua	8	13	10	16	13	20	12	12	16	15	15	14	22
atua	16	12	11	9	8	8	5	5	4	4	3	3	3



Ver referências ao final do documento.

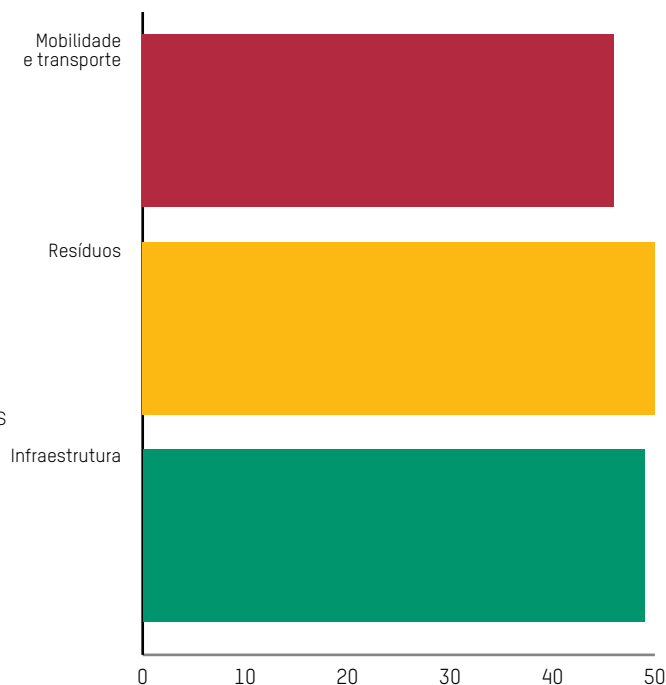
ATUAÇÃO COM MUDANÇAS CLIMÁTICAS POR NATUREZA

Em relação à natureza dos grupos que atuam com mudanças climáticas, o maior percentual é de ONGs (55%) correspondendo a 25 grupos – exceto o caso da Fundação que representa apenas um grupo. Os menores percentuais são os de Grupos (20%, 4 grupos), Coletivos (28%, 10 grupos), Associações (31%, 14 grupos) e Movimentos (29%, 16 grupos).



ATUAÇÃO COM MUDANÇAS CLIMÁTICAS POR TEMA

No que se refere à área de atuação, há uma distribuição homogênea sendo que 55% dos grupos trabalham com resíduos sólidos (50), 54% com infraestrutura (49) e 50% com mobilidade (46).

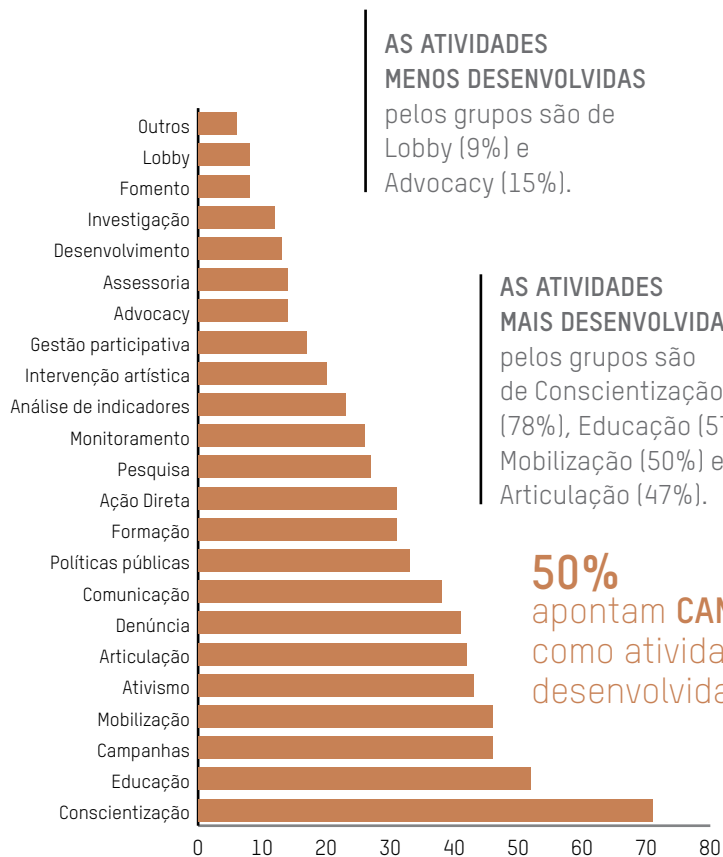


ATUAÇÃO COM MUDANÇAS CLIMÁTICAS POR TIPO DE FINANCIAMENTO

As principais fontes de financiamento dos 91 grupos que trabalham com mudanças climáticas são editais e recursos próprios, sendo responsáveis pelos recursos de 35% (32) e 31% (28) dos grupos, respectivamente. Há ainda, 21% (19) dos grupos que não são financiados e outros 17% (16) que são financiados por entidades estrangeiras.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS GRUPOS QUE TRABALHAM MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Do total de 91 grupos que trabalham com mudanças climáticas, 71 realizam trabalhos de conscientização (78%), 52 de educação (57%), 46 de campanhas e mobilização (50%), 43 com ativismo (47%) e 42 com articulação (46%). Há um distanciamento das atividades relacionadas ao tema das mudanças climáticas e o poder público: apenas 8 dos grupos trabalham com lobby (9%) e 14 com advocacy (15%).



MITIGAÇÃO

58%

TRABALHAM COM MITIGAÇÃO (53 GRUPOS)

ADAPTAÇÃO

42%

TRABALHAM COM ADAPTAÇÃO (38 GRUPOS)

COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

24%

APENAS 22 GRUPOS TRABALHAM
COM COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

OUTROS

27%

25 GRUPOS INDICARAM TRABALHAR EM OUTROS TEMAS.
VEJA LISTA AO LADO.

FOCO DE ATUAÇÃO

A lista dos outros temas com que os grupos trabalham sugere que eles não fazem a correlação das suas atividades com as categorias utilizadas na pesquisa.

Os outros temas que apareceram foram:

Construção Sustentável; Participação no Comitê Municipal de Mudanças Climáticas; Qualidade de Vida; Tecnologias Aplicadas de Baixa Emissão; Melhoramento do Ambiente Social; Políticas Públicas; Preservação dos Ecossistemas Locais; Soluções Sustentáveis; Diminuição de Resíduos; Diminuição de Impactos Ambientais; Igarapés e Florestas Urbanas; Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa; Combate aos Danos Ambientais de Grandes Projetos; Justiça Ambiental / Climática; Conscientização das Pessoas; Pressão aos Órgãos Legislativos e de Governo; Luta por outro Modelo de Desenvolvimento; Criação de Unidades de Conservação (UCs); Reciclagem de Materiais; Redução do Desmatamento; Resistência das Populações Locais a partir da Produção Sustentável; Mudança de Hábitos; Regeneração e Resiliência Comunitária.

REFERÊNCIAS

INFORMAÇÕES PÚBLICAS

75%

69 GRUPOS

PESQUISAS ACADÊMICAS

68%

62 GRUPOS

NOTÍCIAS

64%

58 GRUPOS

RELATÓRIOS

60%

55 GRUPOS

DADOS INTERNOS

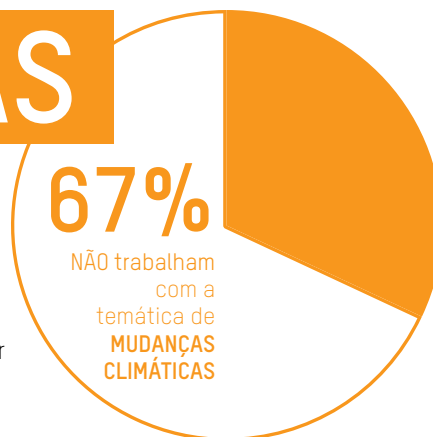
35%

32 GRUPOS

As fontes de informação dos 10 grupos que responderam “se basear em outras alternativas” na pesquisa são:

- Denúncias;
- Visitas aos locais ameaçados;
- Participação em eventos nacionais e internacionais;
- Participação nas COPs;
- Relatórios e publicações de instituições de alta reputação;
- Trabalhos científicos;
- Atividades de formação e capacitação.

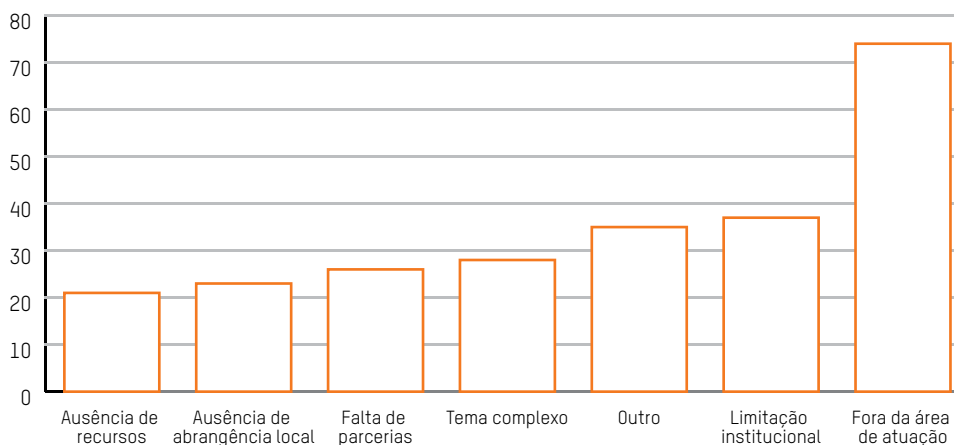
OS GRUPOS QUE NÃO TRABALHAM COM MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Dos 186 grupos que não trabalham com mudanças climáticas, a maior parte são Movimentos, Associações, Coletivos e ONGs e que atuam no tema de Mobilidade e Transporte.

Do total destes grupos que não trabalham com mudanças climáticas, 71% deles (133) afirmam que seu trabalho se relaciona com a agenda, enquanto cerca de 19% (35) disseram não se aplicar. Cabe ressaltar que 18 grupos não responderam essa questão.

POR QUE NÃO TRABALHAM COM MUDANÇAS CLIMÁTICAS?



OS MOTIVOS DE NÃO TRABALHAR COM A AGENDA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Há uma aparente contradição nos motivos levantados pelos grupos para não se trabalhar com a agenda climática. Embora 71% (133) dos grupos que não trabalham com as mudanças climáticas façam relação da agenda com suas atividades, a maior justificativa dos porquês de não se trabalhar é relacionada a uma percepção de que esse assunto está fora da sua área de atuação (74 grupos, 30% do total 244 de respostas de grupos para essa pergunta). O fato de mudanças climáticas ser tratado como um tema específico faz com que os grupos percebam e façam a relação com suas atividades e áreas de atuação, mas por este mesmo motivo acabam não considerando que possam estar atuando nessa agenda.

Os outros motivos que levam os grupos a não trabalhar com mudanças climáticas são menos representativos, 15% relacionados a limitações institucionais (37), 11% a complexidade do tema (28), 11% a falta de parcerias (26), 9% por atuar apenas localmente (23) e 9% pela ausência de recursos (21). Além desses, 14% apontaram para outras motivações (35).



ANEXO 1

LISTA COMPLETA DOS GRUPOS QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA

350.org; 4 Cantos do Mundo - Casa ManGaia; Acorda Águas Claras; Acorda Maranhão; ACZS; Agroflorestar; Akatu; ALIANÇA - Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis de Manaus; AMECiclo; Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho; Amigos de Bike; Articulação São Francisco Vivo; Asmare - Associação de Catadores; Assémblea Nacional do Estudantes Livres (ANEL); Associação Agroecológica Tijupá; Associação Bike Brasil; Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública; Associação Cidadania Para Todos; Associação Cidade Velha - Cidade Viva; Associação Civil Alternativa Terrazul; Associação Comunitária Itaqui Bacanga; Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São Luís (ASCAMAR); Associação de Catadores de Resíduos (ACR); Associação de Catadores Maria do Bairro; Associação de Defesa dos Usuários de Transportes (ADUT-RJ); Associação de Moradores Amigas da Vilas; Associação de Moradores da Rua Riachuelo (AMA-Riachuelo); Associação de Moradores e Amigos de Botafogo (AMAB); Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental (ARPA); Associação dos Amigos do Patrimônio de Belém (AAPBel); Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade); Associação dos Trapeiros de Emaús Recife; Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

(AGAPAN); Associação Liga de Skatistas Solidários; Associação Meio Ambiente Preservar e Educar (AMAPE); Associação Nacional Indigenista (ANAI); Associação Recicla Manaus - AM; Associação Socioambiental Carona Legal; Basurama; BH em Ciclo; Bicicletada Belém; Bicicletada Massa Crítica Salvador; Bicicletada São Luís; Bicicletaria; Bicicletaria Cultural; Bike Anjo; Bike Anjo BH; Bike Anjo Recife; Bike Belém; Brasil e Desenvolvimento; Brigadas Populares; Cáritas; Arquidiocesana de Manaus; Casa do Trabalhador; Casa dos Hólons; Casa Nexo; Central de Movimentos Populares; Central Unica das Favelas (CUFA-RS); Centro de Direitos Econômicos e Sociais; Centro de Inteligência Urbana de Porto Alegre (CIUPOA); Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec); Centro Escola Mangue; Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Centro Holos; Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH); Centro Sabiá; Ciclo Iguaçu - Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu; Ciclovida; Ciclovida (Associação dos Ciclistas Urbanos de Fortaleza); Cidadanize-se; Cidade verde, mobilidade sustentável, cidadania ativa; Circuito Cocó; Coletivo Casa da Videira; Coletivo da Cidade; Coletivo Dedos Verdes; Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Pará (CJ-PA); Coletivo Luto Por Salvador; Coletivo Organismo; Coletivo Projetação; Coletivo Solitária; Coletivo Urban Trash Art; Comitê Popular da Copa de Brasília; Comitê Popular da Copa de Fortaleza; Comitê Popular da Copa de Porto Alegre; Comitê Popular da Copa de Recife; Comitê Popular da Copa de Curitiba; Comitê Xingu Vivo; Comunidade Raízes da Praia; Conselho Comunitário do Setor Norte - Gama/DF; Conselho Popular do Serviluz; Cooperativa 100 Dimensão; Cooperativa CATAMARE; Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES); Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESL); Cooperativa de Reciclagem Eu Quero Liberdade; Coopercaps; Copa Favela 2014; Coque (R)

existe; Defesa Pública da Alegria; Dia do Basta; Diaconia; Direitos Urbanos; Eco Marapendi / Recicloteca; Ecóleo – Associação Brasileira para Sensibilização, Coleta e Reciclagem de Resíduos de Óleo Comestível; Ecolmeia; Edifício Ecológico; Eles Não Amam a Lapa; EQNC - Eu Quero Nadar no Capibaribe; Escritório Verde - Universidade Tecnológica Federal do Paraná; ESPAÇO Formação Assessoria e Documentação; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional de Recife (FASE); Festival Musicletada; Floresta Urbana; Fórum Belém; Fórum das Águas (FOPEAM); Fórum das Juventudes de Pernambuco; Fórum de Reciclagem; Fórum do Lixo e Cidadania; Fórum dos Lagos – Fórum de Participação Popular em Defesa dos Lagos Bolonha e Água Preta e da APA/Belém; Fórum Nacional de Reforma Urbana; Fórum Permanente de Cidadania de Colinas; Fórum Pró Cidadania; Fórum Suape; Frente de Luta Pelo Transporte de Curitiba; Frente de Luta por Moradia; Frente de ONGs Ambientalistas do DF e Entorno; Frente Popular Ecológica; GAMBÁ - Grupo Ambientalista da Bahia; Greenpeace; Grupo de Ciclismo Sincronia; Grupo de Consumidores do Benfica; Grupo de Estudos Anarquista; Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA); Grupo Direitos Urbanos; Grupo Transporte Humano; Imargem; Iniciativa Latino-Americana de Transporte Sustentável (ILATS); Inimigos do Rei - Grupo de Base de Trabalhadores da Petrobras; Instituto 5 Elementos; Instituto Amazonense Mão Amiga; Instituto Amazônico da Cidadania (IACi); Instituto Baía de Guanabara (IBG); Instituto Brasil Sustentável; Instituto CicloBR; Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Instituto de Permacultura

da Bahia; Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento; Instituto Ecológico e Comunitário da Amazônia (IECAM); Instituto GEA; Instituto iBiosfera - Conservação & Desenvolvimento Sustentável; Instituto Kairós; Instituto Lagoa Viva; Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Instituto Reciclar-T3; Instituto Refloresta; Instituto Rua Viva - Instituto de Mobilidade Urbana Sustentável; Instituto Socioambiental (ISA); Instituto Triângulo; Instituto Undió - Nessa Rua Tem Um Rio; Instituto Universidade Popular (UNIPOP); Instituto Viramundo; International Rivers; IPOEMA; JA.CA - Jardim Canadá Centro de Arte e Tecnologia; Jardinagem Libertária Manaus; Levante da Juventude Minas; Levante Popular da Juventude; Liga Ambiental; Manaus Verde; Manuelzão; Massa Crítica Fortaleza; Massa Crítica Manaus; Massa Crítica Porto Alegre; Meu Rio; Mobicidade Porto Alegre; Mobicidade Salvador; Moinhos Vive; Morada da Floresta; Moradia e Cidadania – PE; Movimento Boa Praça; Movimento de Defesa da Qualidade de Transporte para Todos (MDT); Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM) Comunidades do Trilho; Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Movimento em Defesa da Mata Uchôa/Recife; Movimento em Defesa do Morro Santa Teresa; Movimento Emaús Amor e Justiça; Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente (Mogdema); Movimento Humanista; Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); Movimento Nossa BH; Movimento Nossa Brasília; Movimento Nossa Curitiba; Movimento Nossa São Luís; Movimento Passeio Livre Salvador; Movimento Popular Unificado da Área Metropolitana de Belém (MPUB); Movimento Pró Parque; Movimento Pró Parque Raquel de Queiroz; Movimento Pró-árvore; Movimento Sempre Apinagés; Movimento Xingu Vivo; Mucuras Verdes; Nós Ambiente; Observatório das Metrôpoles; Observatório

de Favelas; Observatório do Clima; Observatório do Clima de Curitiba; Observatório do Recife; Observatório Social de Belém; Ocupa Cabral; Ocupe o Cocó / Salve o Cocó; Ocupeacidade; ONG Ceará Periferia; ONG Cidade; ONG Guardiões do Mar; ONG Guayi; ONG Libertas; ONG Nacipaz; ONG Noolhar; Origem; Pajeú - Resistência em Movimento; Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais; Pedala Gama; Pedala Manaus; PermaRio; Planta Na Rua; Plenária Popular do Transporte; Preserva SP; Prisma- Proteção e Revitalização Integrada e Sustentável da Serra de Monte Alto; Projeto Reciclar Dá Vida; Proprietarios do Brasil; Qual ônibus passa aqui?; Quem Dera Ser Um Peixe; Raízes do Semiárido; Rede Coque Vive; Rede de Desenvolvimento Local da Bomba do Hemetério; Rede de Gestão Ambiental do Maranhão (REGEAMA); Rede Justiça nos Trilhos; REDE NÓS - Nova Ordem Social; Rede SEIVA - Saúde, Ecossistema, Interdisciplina, Vulnerabilidade, Ambiente; Rede Transporte e Trânsito; Rede Tucum; Rodas da Paz; Rua de Gente; Sabiaguaba em Transição; Saia de Bici; Salve a Vila Apaco; Salve Santa Tereza; Salvem a Serra do Gandarela; Salvemos o Bosque da Casa Gomm; SampaPé; Shoot The Shit; Sociedade das Bicicletas; Sociedade do Sol; Sociedade Global; Sociedade Guarda-Chuva; SOS Igarapé Água Branca; SOS Mata Atlântica; SPIRALIXO; TETO de São Paulo; Transporte Ativo; Transporte Ativo Rio de Janeiro; Travessia - Cicloativismo em Planaltina; Tudo Muda; União Ciclistas do Brasil (UCB); União da Juventude Rebelião do Pará; União da Juventude Socialista Maranhão (UJS); União Nacional por Moradia Popular; Urbanistas em Defesa de Brasília; Utopia Luta e Assentamento; Valoriza - Catadores de Lixo Reciclável; Viralatas Bike; Vitae Civilis; Vumbora Junto; WWF.

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO APLICADO

1. Concordo em participar da pesquisa “Ativismo no Contexto Urbano”. Os dados são confidenciais e serão utilizados para fortalecer o campo de atuação dos atores participantes da pesquisa por meio de processos de aprendizagem em ativismo e mudanças climáticas. Nenhuma informação coletada será utilizada para fins comerciais e/ou partidários. A participação não acarretará em custos e/ou reembolsos. O resultado dessa pesquisa será compartilhado com seus participantes.

Estou de acordo com os termos acima descritos.
[Sim/ Não]

2. Nome:

3. Telefone:

4. E-mail:

5. Twitter:

6. Facebook:

7. Skype:

8. Qual a natureza da organização?

(ONG/OSCIIP/Cooperativa/ Fundação/Instituto/
Associação/Coletivo/Movimento/Rede/Grupo/Outra)

9. Qual função você desempenha?

10. Nome da organização:

11. Site:

12. Facebook:

13. Telefone:

14. E-mail:

15. Endereço:

16. Cidade:

17. Início das atividades:

18. Tem CNPJ?

[Sim/Não]

19. Tem sede própria?

[Sim/Não]

20. Quem faz parte da organização? [Múltipla
escolha]

[*associados ou cooperados* Zero/ Entre 1 e 10/ Entre 11 e 30/ Entre 31 e 60/ Entre 61 e 100/ Mais de 100
ativistas ou militantes Zero/ Entre 1 e 10/ Entre 11 e 30/ Entre 31 e 60/ Entre 61 e 100/ Mais de 100
funcionários CLT Zero/ Entre 1 e 10/ Entre 11 e 30/ Entre 31 e 60/ Entre 61 e 100/ Mais de 100
funcionários temporários Zero/ Entre 1 e 10/ Entre 11 e 30/ Entre 31 e 60/ Entre 61 e 100/ Mais de 100]

voluntários Zero/ Entre 1 e 10/ Entre 11 e 30/ Entre 31 e 60/ Entre 61 e 100/ Mais de 100
outra Zero/ Entre 1 e 10/ Entre 11 e 30/ Entre 31 e 60/ Entre 61 e 100/ Mais de 100]

21. Quais destes canais de comunicação vocês utilizam? [Múltipla Escolha]

[Site/ Twitter/ Facebook/ E-mail/ Jornal/ Revista/ Panfleto/ Rádio/ Nenhuma/ Outra]

22. Que tipo de atividades desenvolvem? [Múltipla Escolha]

[Ação Direta/ Advocacy/ Análise de indicadores/ Articulação/ Assessoria/ Ativismo/ Campanhas/ Comunicação/ Conscientização/ Denúncia/ Desenvolvimento/ Educação/ Fomento/ Formação/ Gestão participativa/ Políticas públicas/ Intervenção artística/ Investigação/ Lobby/ Mobilização/ Monitoramento/ Pesquisa/ Outro]

23. Qual é a área de abrangência dessas atividades?

[Estadual/ Internacional/ Local/ Municipal/ Nacional/ Regional]

24. Em quais destas áreas atuam?

[Mobilidade e transporte/ Resíduos/ Infraestrutura/ Outra]

25. Em quais subtemas? [Múltipla Escolha]

[*Mobilidade/Transporte:*

Campanhas de educação para o trânsito/
 Combustíveis alternativos/ Estrutura cicloviária/
 Incentivo ao uso de transporte público/ Melhorias de transporte público/ Pedestres/ Planejamento urbano/ Plano municipal/ Políticas públicas de mobilidade/ Poluentes atmosféricos/ Redução de emissões/ Tarifas de transporte público/ Transparência pública/ Outro]

26. Em quais subtemas? [Múltipla Escolha]

[*Resíduos sólidos:*

Aterros sanitários/ Coleta seletiva/ Compostagem de resíduos orgânicos/ Consumo consciente/ Lixões/ Logística reversa/ Organização social de catadores/ Padrão de consumo/ Políticas públicas para reciclagem/ Reciclagem/ Redução de consumo/ Reutilização/ Tecnologias para reciclagem/ Transparência pública/ Outro]

27. Em quais subtemas? [Múltipla Escolha]

[*Infraestrutura:*

Áreas de Preservação/ Energia/ Impacto ambiental de grandes empreendimentos/ Impacto social de grandes empreendimentos/ Impactos ambientais de obras da Copa/ Impactos sociais de obras da Copa/ Moradia/ Ocupações/ Permacultura/ Plano Diretor/ Políticas públicas/ Poluição de rios/ Saneamento/ Tombamento de Patrimônio Material e Imaterial/ Transparência Pública/ Outro]

28. Atuam em outro(s) tema(s) que não seja(m)

Transporte, Mobilidade, Resíduos e Infraestrutura?
Qual(is)?

29. Vocês realizam planejamento estratégico?

[Sim/ Não]

30. Com que frequência realizam planejamento estratégico?

[Semestral/ Anual/ Bianaual/ Trienal/ Sem frequência definida/ Outro]

31. Vocês trabalham com análise de conjuntura, de contexto ou de cenário?

[Sim/ Não]

32. Como coletam informações para essa análise?

[Múltipla Escolha]

[Pesquisa na internet/ Pesquisa em outros meios/ Pesquisa de campo/ Levantamento de informações com parceiros/ Análise de legislação/ Debates internos/ Pesquisa contratada/ Apoio de pesquisadores/ Dados próprios/ Outro]

33. Em média, com quanto tempo de antecedência costumam planejar uma atividade?

[Alguns dias/ Uma semana/ Duas semanas/ Um mês/ Dois meses/ Mais de dois meses/ Não sei/ Varia Muito/ Outro]

34. Vocês tem objetivos a serem alcançados?

[Sim/ Não]

35. Vocês têm um objetivo de longo prazo?

[Se sim, descreva resumidamente]

36. Vocês têm um objetivo de curto prazo?

[Se sim, descreva resumidamente]

37. Como vocês avaliam o resultado das suas ações?

[Métricas/ Satisfação/ Volume de recursos/ Avaliação externa/ Retorno de mídia/ Realização do cronograma/ Cumprimento dos objetivos/ Atração de outras fontes de recursos/ Retorno das parcerias/ Envolvimento da comunidade/ Não fazemos avaliação/ Outro]

38. Diante de objetivos não alcançados, como vocês atuam? [Múltipla Escolha]

[Mantém a estratégia/ Reformula a estratégia / Altera as atividades/ Altera os objetivos/ Não avalia/ Outro (especificar)]

39. Como as decisões estratégicas são tomadas dentro da sua organização?

[Assembleia/ Comissão/ Conselho/ Consultorias de especialistas/ Outro]

40. Vocês atuam em parceria com outras organizações?

[Sim/ Não]

41. Qual o tempo médio de duração dessas parcerias?

[Sem Parceria/ Governo/ Organizações Privadas/ Organizações Não-Governamentais/ Movimentos Sociais/ Coletivos Autônomos/ Cidadãos/ Outro]

42. Como vocês articulam suas parcerias? [Múltipla escolha]

[Elaboração de ações em conjunto/ Convites formais/ Convites pessoais/ Disponibilização de recursos/ Mobilização em redes sociais/ Comunicação dirigida em outros meios/ Articulação em Fóruns, Comitês, Conselhos, Grupos de Trabalho/ Promoção de eventos, workshops, oficinas/ Outros]

43. Que tipo de parcerias vocês realizam? [Múltipla escolha]

[Apoio financeiro/ Apoio institucional/ Apoio político/ Não possuímos ações conjuntas/ Parceria para ações/ Outro (especifique)]

44. Vocês dependem do apoio ou da participação dessas parcerias para o desenvolvimento das suas ações?

[Sim/ Não]

45. Quem seriam seus maiores aliados? [Múltipla escolha]

[Organizações governamentais/organizações privadas/ organizações não-governamentais/ movimentos sociais/ coletivos autônomos/ cidadãos/ Não tenho/ Outros]

46. Quem seriam seus maiores oponentes? [Múltipla escolha]

[Organizações governamentais/ organizações privadas/ organizações não-governamentais/ movimentos sociais/ coletivos autônomos/ cidadãos/ Não tenho/ Outros]

47. Vocês realizam trabalho de base?

[Sim/Não/Às vezes]

48. Como vocês trabalham pra conquistar o apoio da população?

[Múltipla Escolha: Mídias Sociais/ E-mail/ Atividades de rua/ Materiais impressos/ Veículos de comunicação/ Promoção de eventos/ Campanhas/ Nenhuma/ Outra]

49. As manifestações de junho mudaram sua forma de atuação?

[Sim/ Não]

50. As manifestações de junho ajudaram sua causa?

[Sim/Não]

Se sim: de que forma? [Listar]

51. As manifestações de junho atrapalharam sua causa?

[Sim/ Não]

Se sim: de que forma? [Listar]

52. Após as manifestações de junho a mobilização de pessoas ficou:

[Mais fácil/ Mais difícil/ Igual]

53. As manifestações mudaram o País para melhor, para pior ou não mudaram?

[Melhor/Pior/Não mudaram/Não tenho uma opinião formada]

54. Como vocês são financiados? [Múltipla escolha]

[Contribuição de associados / Entidade estrangeira/ Prestação de Doação de pessoa jurídica/ Doação de pessoas físicas/ Editais/ Outro (especifique)]

55. O financiamento influencia no trabalho de vocês?

[Sim/Não]

56. O volume de recursos interfere no trabalho da organização?

[Totalmente, Parcialmente. Não interfere/ Não é uma questão]

57. Que outros tipos de recursos não-financeiros vocês recebem?

58. Vocês contabilizam esses recursos não-financeiros?

[Sim/ Não]

59. Existe algum tipo de fonte que vocês NÃO aceitam por princípios?

[Sim/ Não]

60. De quais fontes vocês não aceitam?

[Bancos/ Cooperativas/ Empresas/ Fundações de empresas/ Fundações independentes/ Outro (especifique)]

61. No caso de empresas, as restrições são de algum segmento específico?

[Não tem especificação/ Agronegócios/ Agrotóxico/ Armamentista/ Automotivas/ Bebidas alcoólicas/ Outro (especifique)]

62. Como é a prestação de contas de vocês?

[Extremamente controlada/ Moderadamente controlada/ Pouco controlada/ Sem controle/ Não temos prestação de contas]

63. Caso tenham prestação de contas, ela é aberta para o público?

[Sim/ Não]

64. Qual é o seu orçamento anual aproximado?

[Não trabalhamos com recursos financeiros/ Até R\$ 1 mil/ Entre R\$ 1 mil - 3 mil/ Entre R\$ 3 mil - 6 mil/ Outro (especifique)]

65. Vocês realizam processos de capacitação para seus membros?

[Sim/ Não]

66. Quais as atividades realizadas para promover a capacitação? [Múltipla Escolha]

[Aulas / Exibição de/ Oficinas de/ Conferências/ Cursos de curta duração/ Outro (especifique)]

67. Qual a frequência dessa capacitação?

[Semanal/ Quinzenal/ Mensal/ Bimestral]

68. Qual o grau de relevância vocês atribuem ao assunto das Mudanças Climáticas?

[Alto/ Moderado]

69. Quais temas você considera prioritários em relação às Mudanças Climáticas nos centros urbanos?

70. Vocês trabalham diretamente com o assunto das Mudanças Climáticas?

[Sim/ Não]

71. Em quais atividades vocês trabalham com o assunto das Mudanças Climáticas?

[Ação Direta/ Advocacy/ Análise de indicadores/ Articulação/ Assessoria/ Ativismo/ Campanhas/ Comunicação/ Conscientização/ Denúncia/ Desenvolvimento/ Educação/ Fomento/ Formação/ Gestão participativa/ Políticas públicas/ Intervenção artística/ Investigação/ Lobby/ Mobilização/ Monitoramento/ Pesquisa/ Outro]

72. Com qual o foco?

[Adaptação/ Mitigação/ Combate à indústria de combustíveis fósseis/ Outro]

73. O trabalho se baseia em que tipo de referências?

[Notícias/ Pesquisas Acadêmicas/ Relatórios/ Dados Internos/ Informações Públicas/ Outro]

74. Se sua organização não trabalha diretamente com o tema das Mudanças Climáticas, você considera que o trabalho da sua organização se relaciona de alguma forma com o tema das Mudanças Climáticas?

[Sim/ Não]

75. Se sua organização não trabalha diretamente com o tema das Mudanças Climáticas, quais seriam os motivos?

[Ausência de recursos/ Tema complexo/ Falta de parcerias/ Limitação institucional/ Atuação de abrangência local/ Fora da área de atuação/ Outro]

76. Como ficaram sabendo dessa pesquisa?

[Divulgação pública na internet/ Recebimento de convite por email/ Contato direto feito pela Escola/ pesquisadores/ Indicação de conhecidos/ Outro (especifique)]

77. Vocês teriam indicações de outros contatos importantes que fazem parte do perfil dessa pesquisa na sua cidade? Se houver, favor indicar.

78. Vocês teriam interesse em participar de um processo de aprendizagem sobre ativismo no ano de 2014, baseado nos resultados dessa pesquisa?

[Sim /Não]

Outro (especifique)

REFERÊNCIAS

Página 15

- (1)** IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000-2060. Estimativa da população residente dos municípios brasileiros com data de referência em 1o. de julho de 2013. Retificação nas estimativas das populações municipais divulgadas em 29 de agosto de 2013 (em formato pdf) - divulgada em 04/10/2013. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/retificacao_estimativa_2013_dou.pdf. Acessado dia 06 de agosto de 2014.
- (2)** IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pnsb/lixo_coletado/lixo_coletado110.shtm. Acessado dia 06 de agosto de 2014.
- (3)** Ministério das Cidades. Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Frota de veículos, por tipo e com placa, segundo os municípios da Federação. Junho de 2014. Disponível em <http://www.denatran.gov.br/frota2014.htm>. Acessado dia 07 de agosto de 2014.
- (4)** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Estimativas anuais de emissões dos gases de efeito estufa no Brasil. 2013.
- (5)** Prefeitura de Belém. Disponível em <http://ww3.belem.pa.gov.br/www/?p=7002>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.
- (6)** Prefeitura de Belém. Disponível em <http://ww3.belem.pa.gov.br/www/?p=18927>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.
- (7)** Prefeitura de Manaus. Disponível em <http://www.manaus.am.gov.br/2014/03/04/prefeitura-comeca-obras-de-ciclovias-e-intervencoes-na-ponta-negra/>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.
- (8)** Inventário de Emissões de GEE do Município de Fortaleza. http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/inventario_da_emissao_dos_gases_do_efeito_estufa.pdf Acessado dia 29/11/2014
- (9)** Prefeitura de Fortaleza. Plano Diretor Cicloviário Integrado - diagnóstico e proposta de rede. 20 de fevereiro de 2014. Disponível em http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/apresentacao_diagnostico_preliminar_pdc_i_fortaleza.pdf. Acessado dia 04 de agosto de 2014.
- (10)** Prefeitura Municipal de Recife <http://www2.recife.pe.gov.br/recife-ganha-instrumentos-de-combate-as-mudancas-climaticas/>. Acessado dia 29/11/2014.
- (11)** Prefeitura de Recife. Disponível em <http://www2.recife.pe.gov.br/pcr-implantara-12-novas-rotas-ciclovias-na-cidade/>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.
- (12)** Estado de Pernambuco. Plano Diretor Cicloviário da Região

Metropolitana do Recife. Lançado dia 05 de fevereiro de 2014. Disponível em http://www.cidades.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=3278071&folderId=10787755&name=DLFE-54901.pdf. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[13] Informações oficiais não disponíveis. Dado retirado de Vá de bike. Disponível em <http://vadebike.org/2013/01/ciclovias-salvador-cidade-bicicleta>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[14] Governo do Distrito Federal. Disponível em <http://www.df.gov.br/noticias/item/7732-malha-de-ciclovias-do-df-%C3%A9-a-maior-do-pa%C3%ADs.html>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[15] Governo do Distrito Federal. Disponível em http://www.casacivil.df.gov.br/images/PDF/ciclo_vida.pdf. Acessado em 04 de agosto de 2014.

[16] Prefeitura de Belo Horizonte. BH TRans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte. Disponível em <http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Temas/Nao%20Motorizados/ciclovias-em-bh-2013>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[17] BH em Ciclo. Disponível em <http://www.slideshare.net/bhemciclo/plano-de-mobilidade-urbana-de-belo-horizonte-marcelo-cintra>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[18] Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/exibeconteudo?id=4590920>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[19] Ciclocidade. Disponível em <http://www.ciclocidade.org.br/biblioteca/ciclovias>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[20] Prefeitura de São Paulo. Programa de Metas 2013-2016. Meta 78. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/AF_FolhetoProgramaMetas.pdf. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[21] Prefeitura de Curitiba. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JTRC6QogLKw>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[22] Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/epct/default.php?p_secao=227. Acessado em 04 de agosto de 2014.

[23] Prefeitura de Porto Alegre. Plano Diretor Cicloviário Integrado de Porto Alegre. Setembro de 2009. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/epct/usu_doc/pdci_relatorio_final.pdf. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[24] Prefeitura de São Paulo. Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa do Município de São Paulo para o período de 2003 - 2009. Estimativas para 2011.

Página 61

[25] Plano de Mobilidade de BH. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Temas/Observatorio/observatorio-da-mobilidade-publicacoes-2013/lei10134-Lei%20da%20Mobilidade.pdf>. Acessado em 20/11/2014.

Página 65

[26] Políticas Municipais de Resíduos

Manaus: Decreto nº 1.349 de 9 de novembro de 2011. Prefeitura Municipal de Manaus. Disponível em: <http://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/PLANO-DIRETOR-MUNICIPAL-DE-RES%C3%8DUOS-S%C3%93LIDOS.pdf>. Acessado em 05/11/2014.

Belém: Lei n. 8.899 de 26 de dezembro de 2011. Prefeitura Municipal de Belém. Disponível em <http://www.cinbesa.com.br/diario/arquivos/dom-26-12-2011.pdf>. (P.16) Acessado em 20/11/2014.

Recife: Decreto nº 27045 de 19 de abril de 2014 Prefeitura Municipal de Recife. Diário Oficial 20 de abril de 2013. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial/> Acessado dia 05/11/2014.

Rio de Janeiro: Decreto Nº 37.775 de 10 de outubro de 2013. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?edi_id=2202&page=1. Acessado em 05/11/2014.

São Paulo: Decreto nº 54.991, de 2 de abril de 2014. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/decretos/D54991.pdf>. Acessado em 05/11/2014.

Porto Alegre: Lei Complementar nº 728, 8 de janeiro de 2014. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000033832.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=6&d=atos&SECT1=TEXT>. Acessado em 05/11/2014.

Curitiba: O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Curitiba foi revisado em outubro de 2010 e incorporou as normas da Lei Nacional de Resíduos Sólidos. Atualmente ele faz parte do Plano Municipal de Saneamento, que está sendo finalizado. Até 2015 ambos os planos serão oficializados por decreto ou resolução.

[27] Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000. (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/lixo_coletado/lixo_coletado110.shtm)

Página 69

[28] Total de empreendimentos Site PAC 2 <http://www.pac.gov.br/>. Acessado dia 26 de maio de 2014.

[29] Número de pessoas ameaçadas ou removidas: Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

Páginas 90 e 91

[30] Manifestantes protestam contra aumento de passagens na Capital. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2013/03/manifestantes-protestam-contr-aumento-de-passagens-na-capital-4085383.html>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[31] RS: protesto contra aumento de ônibus acaba em confronto com PMs. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rs-protesto-contr-aumento-de-onibus-acaba-em-confronto-com-pms,c87ed8e5a0ead310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[32] Porto Alegre reduz passagem de ônibus já nesta 6ª; jovens comemoram. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/porto-alegre-reduz-passagem-de-onibus-ja-nesta-6-jovens-comemoram,e32589fe067dd310VgnVCM5000009cceb0aRCRD.html>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[33] Protesto marca o primeiro dia do aumento da tarifa em SP; novo ato será nesta quinta (6). Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/13099>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[34] Manifestantes fazem protesto contra aumento da passagem do ônibus no RJ. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/manifestantes-fazem-protesto-contr-aumento-da-passagem-do-onibus-no-rj,e645fb60e9c0f310VgnVCM3000009acc eb0aRCRD.html>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[35] Em uma semana, quatro protestos contra aumento da tarifa em São Paulo. Disponível em <http://www.estadao.com.br/infograficos/em-uma-semana-quatro-protestos-contr-aumento-da-tarifa-em-sao-paulo,203763.htm>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[36] Prefeito de Manaus anuncia redução da tarifa de ônibus para R\$ 2,90. Disponível em <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/06/prefeito-de-manaus-anuncia-reducao-de-tarifa-de-onibus-para-r-290.html>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[37] RJ: 31 são presos em protesto contra aumento da passagem. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rj-31-sao-presos-em-protesto-contr-aumento-da-passagem,0941d827f203f310VgnVCM5000009cceb0aRCRD.html>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[38] Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea. Disponível em <http://www.inodesign.com.br/nejuc/cronologia-das-manifestacoes/>. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

[39] Oito mil participam de protesto em Belo Horizonte, MG. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/oito-mil-participam-de-protesto-em-belo-horizonte-mg,4a06311bde84f310VgnVCM5000>

009ccceb0aRCRD.html. Acessado em 12 de agosto de 2014.

[40] Com bombas e balas de borracha, PM reprime protesto no Maracanã. Disponível em <http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-das-confederacoes/com-bombas-e-balas-de-borracha-pm-reprime-protesto-no-maracana,d61c138c86e4f310VgnVCM4000009 bccb0aRCRD.html>. Acessado dia 12 de agosto de 2014.

[41] Anexo: Cidades participantes dos protestos no Brasil em 2013. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_cidades_participantes_dos_protestos_no_Brasil_em_2013#Segunda_fase. Acessado dia 12 de agosto de 2014. Protestos pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>. Acessado dia 12 de agosto de 2014.

[42] Eduardo Campos reduz tarifa de passagem de ônibus no Grande Recife. Disponível em http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/06/18/interna_politica,445467/eduardo-campos-reduz-tarifa-de-passagem-de-onibus-no-grande-recife.shtml. Acessado dia 12 de agosto de 2014.

[43] Rio e São Paulo anunciam redução das tarifas. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/rio-sp-anunciam-reducao-nas-tarifas-dos-transportes-8745978#ixzz3AkjUeSjs>. Acessado dia 19 de agosto de 2014.

[44] Curitiba - Prefeito Gustavo Fruet anuncia redução de R\$ 0,15 na tarifa que passa a custar R\$ 2,70. Manifestantes exigem que a tarifa chegue aos R\$ 2,60.

[45] Governo desonera ônibus e prefeitura anuncia redução na tarifa em Manaus. Disponível em <http://www.d24am.com/noticias/amazonas/governo-desonera-onibus-e-prefeitura-anuncia-reducao-na-tarifa-em-manaus/89824>. Acessado dia 19 de agosto de 2014.

[46] Manifestantes continuam na Câmara de BH. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/manifestantes-continuam-na-camara-de-bh-8856322>. Acessado dia 19 de agosto de 2014.

[47] PA: manifestantes ocupam Câmara de Belém por diminuição da passagem. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/pa-manifestantes-ocupam-camara-de-belem-por-diminuicao-da-passagem,29840ae5c2d9f310VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acessado dia 19 de agosto de 2014. Câmara Municipal de Belém: de “casa do povo” à casa da repressão. Disponível em <http://www.pstu.org.br/node/19546>. Acessado dia 19 de agosto de 2014.

[48] Pedido para baixar tarifa de ônibus em Fortaleza terminou ‘sem avanço’. Disponível em <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/07/pedido-para-baixar-tarifa-de-onibus-em-fortaleza-terminou-sem-avanco.html>. Acessado dia 19 de agosto de 2014.

[49] Belo Horizonte anuncia redução de R\$ 0,15 no preço da passagem de ônibus. Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,belo-horizonte-anuncia-reducao-de-r-0-15-no-preco-da-passagem-de-onibus,1050611>. Acessado em 19 de agosto de 2014.

[50] Câmara de Vereadores de Porto Alegre é ocupada por manifestantes. Disponível em <http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-vereadores-de-porto-alegre-e-ocupada-por-manifestantes/>. Acessado em 19 de agosto de 2014.

[51] MPL deixa Câmara de Salvador e promete manifestações na cidade. Disponível em http://bahianoar.com/n/mpl-deixa-camara-de-salvador-e-promete-manifestacoes-na-cidade#.U_IQL7x5M71. Acessado dia 19 de agosto de 2014.

[52] Recife - Cerca de 50 pessoas ocuparam a Câmara dos Vereadores para exigir a instalação de CPI para investigar as contas do Consórcio que opera o transporte na região metropolitana. Todos os manifestantes foram retirados na madrugada.

[53] Manifestantes ocupam Assembleia e Câmara. Disponível em <http://www.anonymousbrasil.com/brasil/protesto-em-sao-paulo-manifestantes-ocupam-assembleia-e-camara/>. Acessado dia 19 de agosto de 2014.

[54] Manifestantes deixam a Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1417425>. Acessado dia 19 de agosto de 2014.

[55] Agnelo diz que tarifa de ônibus fica sem aumento até dezembro de 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/agnelo-diz-que-tarifa-de-onibus-fica-sem-aumento-ate-dezembro-de-2014.html>. Acessado dia 04 de agosto de 2014. Cinco capitais têm aumento nas tarifas de ônibus em 2014 Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/04/cinco-capitais-tem-aumento-nas-tarifas-de-onibus-em-2014.html>. Acessado dia 04 de agosto de 2014. Passagens de ônibus já estão mais caras neste sábado em BH. Disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/05/10/interna_gerais,527335/passagens-de-onibus-ja-estao-mais-caras-neste-sabado-em-bh.shtml. Acessado dia 04 de agosto de 2014.

Página 112

[56] Política Municipal de Mudanças Climáticas

Manaus: Política Municipal de Combate ao Aquecimento Global e às Mudanças Climáticas. Lei N.254 de 01 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.cmm.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/LEI_254_DE_01_12_2010.pdf. Acessado em 05/11/2014.

Fortaleza: Dados de emissões de CO₂. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/seuma/prefeitura-promove-workshop-de-capacitacao-para-inventario-de-emissoes-de-gases-de> Acessado em 05/11/2014.

Recife: Dados de emissões de CO₂. Prefeitura Municipal de Recife. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/recife-ganha-instrumentos-de-combate-as-mudancas-climaticas/> Acessado em: 05/11/2014.

Recife: Política de Sustentabilidade e de Enfrentamento das Mudanças Climáticas do Recife. Lei nº 18.011 de 28 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial/exibemateria.php?cedicacodi=46&aedicaano=2014&ccadecodi=2&csecaocodi=49&cmatercodi=1&QP=8TP=>

Brasília: Política de Mudança Climática no âmbito do Distrito Federal. Lei de nº 4.797 de 06 de março de 2012 - Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2012/03_MarC3%A7o/D0DF%20N%C2%BA%20048%2008-03-2012/Se%C3%A7%C3%A3o01%20-%20048.pdf. Diário Oficial do Município de 08 de março de 2012, p.12. Acessado em: 05/11/2014.

Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte. 2o. Inventário de Emissão de Gases do Efeito Estufa. Período de referência 2008-2010. Disponível em: http://issuu.com/geel/docs/relat_rio_final_inv_pbh_6_ Acessado em 05/11/2014.

Belo Horizonte: Política Municipal de Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática. Lei nº 10.175, de 6 de maio de 2011. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1072962>. Acessado em 05/11/2014.

Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Coppe-UFRJ. 3o. Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa da Cidade do Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1712030/4114528/CRJ_InventarioGEE2012_resumo_tecnicoPORTUGUESFINAL.pdf Acessado em 05/11/2014.

Rio de Janeiro: Política Municipal de Mudanças Climáticas. Lei N.º 5.248 de 27 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/exibeconteudo?id=2209008> Acessado em 05/11/2014.

São Paulo: Prefeitura de São Paulo. Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa do Município de São Paulo para o período de 2003 - 2009. Estimativas para 2011. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/ekos%20geoklock.pdf. Acessado em 05/11/2014.

São Paulo: Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo. Lei no. 14.933, de 5 de junho de 2009. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=06062009L%20149330000%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&secre=28&depto=0&descr_tipo=LEI. Acessado em 05/11/2014.

Nacional: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Estimativas anuais de emissões dos gases de efeito estufa no Brasil. 2013. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0226/226591.pdf. Acessado em 05/11/2014.

